



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ROSEANE DE ALMEIDA BARBOSA

**A ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DA RESIDÊNCIA
UNIVERSITÁRIA DA UFPB**

**JOÃO PESSOA – PB
2009**

ROSEANE DE ALMEIDA BARBOSA

**A ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DA RESIDÊNCIA
UNIVERSITÁRIA DA UFPB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: Estado, Direitos Sociais e Políticas Sociais.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria de Fátima Melo do Nascimento

**JOÃO PESSOA – PB
2009**

ROSEANE DE ALMEIDA BARBOSA

**A ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DA RESIDÊNCIA
UNIVERSITÁRIA DA UFPB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: Estado, Direitos Sociais e Políticas Sociais.

Data da defesa: ____ / ____ / ____.

Banca Examinadora:

Prof^ª Dr^ª Maria de Fátima Melo do Nascimento
Orientadora – DSS/UFPB

Prof^ª Dr^ª Maria de Lourdes Soares
Examinadora – DSS/UFPB

Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva
Examinador – DMS/UFPB

**JOÃO PESSOA – PB
2009**

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sabedoria concedida e permissão na realização deste estudo;

À minha família, especialmente à minha mãe, pelo incentivo e apoio constante, sempre buscando me estimular para que eu seguisse em frente;

Ao meu esposo Victor, pelo estímulo, paciência e por estar sempre presente na construção deste estudo;

À Professora Doutora Maria de Fátima Melo do Nascimento, pela confiança, paciência, dedicação e pelo precioso conhecimento que me transmitiu durante toda sua orientação;

As professoras Giacomina Magliano de Moraes e Aparecida Ramos de Menezes, pela contribuição acadêmica e incentivo para que eu concluísse este trabalho;

As minhas amigas, Josenice Araújo, Carolina Magna, Kathleen Vasconcelos, Ires Vieira, Eliane Mamede, que sempre me incentivaram e estiveram prontas e dispostas a me ajudar como companheiras e amigas no decorrer deste estudo acadêmico;

As minhas colegas de trabalho da Fundação José Américo, Maria da Conceição Rodrigues e Mercedes Limeira pelo companheirismo, apoio diário e palavras de otimismo para que eu nunca desistisse dos meus objetivos;

Ao meu colega Ronaldo Navarro da Diretoria do Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN da UFPB, pelo precioso apoio que me proporcionou;

A todos os meus colegas da turma de Mestrado em Serviço Social, que me apoiaram durante o período acadêmico;

Ao Professor Kleber Salgado Bandeira, pela ajuda, incentivo e contribuição que me concedeu como pessoa; por sensível às causas sociais e como excelente profissional que é;

A todas as minhas colegas de trabalho que compõe a Coordenação de Apoio e Assistência Estudantil - COAPE, pela experiência profissional repassada e estímulo para que eu não desistisse e concluísse este trabalho;

A professora Ilka Maria de Lima Araújo, pelo apoio, sempre buscando me incentivar na realização dos meus objetivos acadêmicos e profissionais;

Aos estudantes moradores das Residências Universitárias Masculina e Feminina da UFPB, em especial à Vanusa Medeiros, Raphaela Ramalho, Laura Kelly dos Santos, Dênis de Souza e Almir da Silva, pela participação e contribuição para que o estudo fosse desenvolvido;

A Fátima da Silva, secretária do Mestrado em Serviço Social, pelo grande apoio para a conclusão deste trabalho;

A Renata Ayres, pela ajuda significativa no término deste estudo;

Aos membros da Banca Examinadora, Professores Doutores Maria de Lourdes Soares e Severino Bezerra da Silva pela compreensão do momento e disponibilidade em contribuir no aprimoramento deste trabalho.

A todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente no alcance deste objetivo.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a assistência estudantil no âmbito das Residências Universitárias. Pretende-se conhecer com isto a realidade dos estudantes, as relações interpessoais, os sonhos e as perspectivas, ou seja, vislumbrar no seu espaço de moradia o seu dia-a-dia. O estudo foi realizado através de pesquisa de campo, junto aos estudantes veteranos e novatos, no período de maio a junho de 2007, em duas Residências Universitárias localizadas no bairro do Centro e no Campus I da UFPB, em João Pessoa. Para desenvolver esta pesquisa foi necessária a definição de uma amostra aproximada de 10%, vinte e quatro estudantes de um universo de trezentos. Utilizamos como instrumento de coleta o formulário com perguntas abertas e fechadas e, para análise dos dados, as tabelas, os gráficos, além da pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. O estudo aponta que a assistência ao estudante vem sendo mantida através de esforços pontuais, nem sempre suficientes, das unidades de assuntos comunitários e estudantis de cada instituição. É indispensável que a política educacional contemple a assistência aos estudantes que realmente não tem condições de se manterem na universidade. A assistência estudantil é importante para a concretização de uma formação profissional de nível superior qualificada. Assim, este estudo pretende não só contribuir para novos conhecimentos, como também para ampliar o debate da questão da assistência estudantil, enquanto política pública, aos que realmente necessitam de apoio para o seu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Palavras-chave: Residência Universitária. Assistência Estudantil. Juventude.

ABSTRACT

This study aims to analyze the student assistance within the university residences. It is known that with the reality of students, interpersonal relationships, the dreams and perspectives, or see in their area of living your day to day. The study was conducted through field research, from students to veterans and rookies in the period May-June 2007 in two university residences located in the neighborhood of the Center and the Campus I of UFPB in João Pessoa. To develop this research was necessary to define a sample of approximately 10%, twenty-four students from a universe of three hundred. Used as a tool to collect the form with open and closed questions, and analysis of data in the tables, the graphics in addition to desk research and literature search. The study suggests that assistance to students has been maintained through efforts punctual, not always sufficient, the units of community and student affairs of each institution. It is essential that the education policy includes assistance to students who really is unable to remain in college. The student assistance is important for achieving a higher level of training qualified. Therefore, this study aims to contribute not only new knowledge but also to broaden the debate on the issue of student assistance, as public policy, those who really need support for their academic and professional development.

Key words: University Residence. Student Assistance. Youth.

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CCEN – Centro de Ciências Exatas e da Natureza

COAPE – Coordenação de Apoio e Assistência Estudantil

COPERVE – Comissão Permanente do Vestibular

EAN – Escola de Agronomia do Nordeste

FJA – Fundação José Américo

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Assistência Estudantil

FMI – Fundo Monetário Internacional

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MEC – Ministério da Educação e dos Desportos

ONU – Organização das Nações Unidas

ONG`s – Organizações Não-Governamentais

PND – Plano Nacional do Desenvolvimento

RU – Restaurante Universitário

RUMF – Residência Universitária Masculina-Feminina

RUF – Residência Universitária Feminina

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNE – União Nacional dos Estudantes

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo escolaridade dos pais	87
Tabela 02 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo situação ocupacional dos pais	88
Tabela 03 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo formas de conhecimento sobre a Residência Universitária	89
Tabela 04 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo o significado da Residência Universitária	94
Tabela 05 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo o dia-a-dia na Residência Universitária	94
Tabela 06 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo tipos de dificuldades encontradas na Residência Universitária	96
Tabela 07 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo número de pessoas que dividem o quarto da Residência Universitária	97
Tabela 08 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo se a Residência Universitária oferece condições para estudar	97
Tabela 09 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo a importância da assistência estudantil	98
Tabela 10 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo se Assistência Estudantil está sendo satisfatória	99
Tabela 11 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo tipos de serviço que faltam	100
Tabela 12 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo opinião sobre lazer	101
Tabela 13 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo tipos de lazer	102
Tabela 14 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo passarem por algum tipo de pressão física e/ou psicológica	103
Tabela 15 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo quem comete pressão física e/ou psicológica	103
Tabela 16 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo os sonhos formulados antes e após o ingresso na universidade	104

Tabela 17 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo o tipo de mudança na vida deles	105
Tabela 18 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo o tipo de mudança no ambiente que vive	106
Tabela 19 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo as perspectivas após a formatura	107
Tabela 20 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo as perspectivas em relação à família	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo a cor	85
Gráfico 02 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo a faixa etária	85
Gráfico 03 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo a procedência urbana e rural	86
Gráfico 04 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo a renda familiar	88
Gráfico 05 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo permanência em lista de espera	90
Gráfico 06 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo recebimento de ajuda de custo para a manutenção na universidade	91
Gráfico 07 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo classificação de quem recebe ajuda	91
Gráfico 08 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo se ajuda foi suficiente	92
Gráfico 09 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo participação em alguma atividade remunerada	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo I	
CAMINHOS PARA CONSTRUÇÃO DAS UNIVERSIDADES	17
1.1 A universidade no Brasil	17
1.2 A Universidade na Paraíba	25
1.3 A universidade e a assistência estudantil	36
Capítulo II	
A JUVENTUDE E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	41
2.1 Políticas Públicas para a juventude	41
2.2 O Processo de desenvolvimento da política de assistência estudantil no Brasil	49
2.3 A Residência Universitária: breve histórico	60
Capítulo III	
O JOVEM E A UNIVERSIDADE	63
3.1 O que é ser jovem	63
3.2 As gerações e a juventude	71
3.3 O jovem e a universidade	73
Capítulo IV	
OS ESTUDANTES DA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA DA UFPB	78
4.1 Descrição metodológica da pesquisa	78
4.2 Os entrevistados	80
4.3 Perfil dos estudantes da Residência Universitária	83
4.4 Os estudantes e sua família	86
4.5 Os estudantes na universidade	88
4.6 Os estudantes e a Residência Universitária	93
4.7 A assistência ao estudante na UFPB	98
4.8 Sonhos e Perspectivas	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	114
ANEXOS	119
Anexo A – Termo de Consentimento do usuário	
Anexo B – Formulário Semi-Estruturado	
Anexo C – Documentos necessários para cadastro	
Anexo D – Fotos das Residências Universitárias	

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar a assistência estudantil no âmbito das residências universitárias e conhecer a realidade dos estudantes que nelas habitam, principalmente a convivência, a relação interpessoal, os sonhos e as perspectivas, ou seja, vislumbrar o seu dia-a-dia dentro da universidade e exclusivamente no ambiente da Residência Universitária.

A construção do objeto de estudo nasceu a partir da experiência profissional na Fundação José Américo – FJA, como Assistente Social, desde o ano de 2001, quando começamos a atuar nesta instituição. A relação profissional-usuário iniciou-se através de contatos diários com os estudantes moradores das Residências Universitárias, que freqüentavam com assiduidade aquela Fundação, pois necessitavam de serviços médico-odontológico e social, bem como medicamentos, exames e consultas médicas, já que não tinham condições financeiras de arcar com os gastos do tratamento de saúde. No transcorrer dos atendimentos surgiu uma inquietação para estudar a respeito de como viviam esses estudantes e como era o dia-a-dia dentro da Residência e na Universidade Federal da Paraíba.

A Fundação José Américo, espaço onde iniciamos a construção do nosso estudo, constitui-se numa organização de direito privado, sem fins lucrativos credenciada pelo Ministério da Educação e do Desporto – MEC e Ministério de Ciência Tecnológica – MCT; é reconhecida como de utilidade pública, cumpre seu papel assistencial prestando serviços médicos, odontológicos, social e psicológico à comunidade universitária da UFPB, professores, funcionários e estudantes.

O processo de investigação teve como pano de fundo a discussão da assistência estudantil, destacando-se a vivência dos estudantes moradores da residência universitária, sujeitos da nossa pesquisa.

A assistência estudantil é uma política que se insere na política social de educação e na política de assistência social. É o conjunto de políticas realizadas através dos programas de Promoção, Assistência e Apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência do estudante nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e, conseqüentemente, seu desempenho acadêmico.

Desta forma, entendemos que a assistência estudantil se caracteriza como uma política de apoio aos estudantes necessitados, de baixa renda, que não têm condições financeiras de se manter e, conseqüentemente, de seguir sua carreira acadêmica. Esse apoio se refere ao fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos através da participação em atividades de extensão, pesquisa e monitoria, assistência alimentar, dentária, como também investimentos de fundos federais para a concretização desta política.

A assistência estudantil tem por objetivo garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes, que são reconhecidos como pobres. Ela pretende diminuir as desigualdades sociais, permitindo o acesso à educação, neste caso, à educação superior, dando um suporte assistencial no sentido da concretização de direitos sociais.

Sposati (2003) explica sobre a importância de prestar assistência aos que concretamente necessitam:

“Ao assistir, recoloca-se a questão fundamental da existência da necessidade e a ausência das condições de supri-la por si só. E são as necessidades mais vitais que, via de regra, são incluídas nesses serviços. Eles constituem, portanto, a expressão palpável da condição de vida a que segmentos da população estão sujeitos” (p. 74).

Torna-se necessária uma política de assistência ao estudante, porque é um mecanismo e um espaço de conquista, de direitos sociais e de reconhecimento da cidadania das classes mais desfavorecidas, a que pertencem os estudantes das Residências Universitárias.

Existem em algumas universidades brasileiras programas de assistência estudantil como a moradia, a alimentação, bolsa-auxílio, entre outros. As ações voltadas para os estudantes na UFPB referem-se às residências universitárias, sua manutenção, organização e funcionamento, o fornecimento de refeições gratuitas (almoço e jantar) no restaurante universitário, além do café da manhã na própria residência. É oferecida também assistência médica através da FJA. Na UFPB, como já foi mencionado, existe duas residências, uma localizada no bairro do Centro da cidade de João Pessoa/PB, que permite morar apenas estudantes do sexo feminino, chamada de “Residência Universitária Feminina Camponesa e Educadora Elizabeth

Altina Teixeira” – nomeação dada no ano de 2007, e a do Campus Universitário, situada na Cidade Universitária, também em João Pessoa/PB, dentro da universidade, residindo estudantes do sexo masculino e feminino. É a chamada Residência Mista ou Residência Universitária Masculino-Feminina (R.U.M.F.).

As Residências Universitárias são espaços instituídos pelo Governo Federal para acolher estudantes, oriundos do interior, que têm poucos recursos financeiros. Estes ambientes têm como objetivo facilitar o acesso à universidade e contribuir para que segmentos menos favorecidos da sociedade tenham a possibilidade de estudarem e concluírem o curso, agregando a isso, sobretudo, a prestação de assistência estudantil em todos os seus aspectos. Além deste programa de moradia existe também o de alimentação, o de concessão de passagens para congressos e eventos, a fim de contribuir para o crescimento profissional dos estudantes.

Partindo do pressuposto de que a assistência estudantil é um investimento valioso para possibilitar a permanência do estudante com carência financeira, nossa análise será norteadada pela perspectiva de direito à assistência integral, focalizando a vivência dos estudantes das Residências Universitárias. Neste sentido, buscamos inserir a análise da educação superior no contexto atual da universidade brasileira, que engloba a assistência estudantil na UFPB.

Fizemos, no caminhar da investigação, um estudo bibliográfico, documental e a pesquisa de campo, vistos como procedimentos necessários à constituição do estudo. No que se refere ao estudo bibliográfico, fizemos levantamentos na literatura disponível, que abordam a questão da assistência como garantia de direitos, direito à educação superior e a importância do jovem na sociedade e no ensino superior. Também utilizamos no processo de pesquisa fontes bibliográficas, que oferecem contribuição à definição das categorias analíticas, tais como: Política de Educação Superior, Assistência ao estudante universitário e Políticas Públicas para a juventude.

No processo investigativo também fizemos uso de relatórios, fichas cadastrais e documentos como: (Regimento Interno dos Serviços de Residência Universitária) da COAPE (Coordenação de Apoio e Promoção Estudantil), a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da educação), Relatórios de Encontros do FONAPRACE, Plano Nacional de Assistência Estudantil da Andifes e a Constituição Federal do Brasil.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de maio e junho do ano de 2007, pela qual podemos vislumbrar a situação dos estudantes: seu perfil, análise do acesso aos serviços e programas de assistência estudantil, as dificuldades encontradas na universidade, relação com os outros residentes, os sonhos e perspectivas, sendo possível a identificação de suas principais demandas.

Na presente dissertação sistematizamos o estudo em quatro capítulos. O primeiro teve como objetivo mostrar a relação entre a assistência estudantil e a universidade, como inclusão de direito, e necessário à formação do estudante universitário, especificando as raízes da educação superior no Brasil e na Paraíba, fator importante para entendermos as reais situações vividas pelos estudantes na atualidade. A universidade, enquanto instituição social é constantemente afetada pelas transformações sociais, políticas, culturais e econômicas da sociedade local e mundial, assim como ela própria é causadora de transformações para a melhoria social. Ela é também uma instância crítica e produtora da cultura e da sociedade, devendo sempre contribuir para a inclusão social, diminuindo as desigualdades sociais existentes na nossa sociedade.

No segundo capítulo discorremos sobre as Políticas Públicas para o jovem na atualidade, sublinhando o significado e a importância da assistência e também a implantação e desenvolvimento da política de assistência estudantil, considerada aqui como essencial e obrigatória na educação brasileira, como também fizemos uma breve descrição da origem das Residências Universitárias, como fator crucial da pesquisa e pela sua relevância dentro da política de educação superior e um dos programas da Assistência Estudantil.

No terceiro capítulo fizemos uma breve análise sobre a juventude, seu significado, considerando como um processo de construção cultural, situando a faixa etária em que se encontram nossos sujeitos da pesquisa, bem como inserindo tal categoria na atualidade e no ambiente em que vivem. Também fomentamos o movimento dos jovens na educação superior e os variados grupos geracionais marcantes da sociedade moderna.

No quarto e último capítulo mostramos o resultado da pesquisa, na qual evidenciamos os relatos dos estudantes das Residências Universitárias sobre sua vivência na “casa”, a assistência estudantil, mostrando suas opiniões acerca do ambiente em que mora, da universidade, seus sonhos e perspectivas, relacionamento com os colegas e o perfil dos mesmos.

Na conclusão, a partir da análise, foi possível verificar se os estudantes passam por dificuldades no dia-a-dia para poder concluir o curso, analisando, desta forma, a assistência estudantil nas Residências Universitárias da UFPB - Universidade Federal da Paraíba, Campus I.

CAPÍTULO I

CAMINHOS PARA CONSTRUÇÃO DAS UNIVERSIDADES

1.1 A UNIVERSIDADE NO BRASIL

As universidades sempre desempenharam um papel importante na sociedade. Segundo Arruda e Pilleti (2002, p. 141), a partir do século XII, na idade média (séc. V ao séc. XV), começaram a surgir escolas que se chamavam universidades, pertenciam a corporações de alunos e mestres dirigidas por elas. Denominava-se *universitas*, pois era um ensino com a pretensão de ser universal.

As universidades mais antigas surgiram na Europa, são as de Bolonha (1158), Pádua (1222) e Nápoles (1224), localizadas na atual Itália, Cambridge (1209) na Inglaterra; Paris (1200) e Toulouse (1229), na França. A universidade de maior prestígio era a de Paris, onde se reuniam os maiores mestres da época, como o frade dominicano Tomás de Aquino, professor de teologia (Id.).

A educação pública no Ocidente teve um papel especial da Igreja. Em escolas instaladas anexas às catedrais ou em escolas monásticas (escola solitária) nos mosteiros, a Igreja arcou com a grande responsabilidade da tarefa educacional. Normalmente a escola da catedral era dirigida por um cônego (padre secular), ao qual se dava o nome de *scolarius* ou *scholasticus*. Os professores clérigos (sacerdotes cristãos) de ordens menores lecionavam as “sete artes liberais”, que mais tardes, ampliadas, constituíram o *curriculum* de muitas universidades. (Id.)

Nas universidades os professores e alunos se dedicavam a diversas áreas do conhecimento, quais sejam: artes, com estudos gerais (gramática, retórica, dialética-lógica, aritmética, música, geometria e astronomia); direito; medicina; e teologia. As aulas eram dadas em latim, para alunos vindos de diferentes lugares.

No Brasil, a educação, desde os primeiros anos da colonização portuguesa, foi efetivamente “de intenção, forma e fundamentos religiosos”, e importados de países cujos modelos atendiam aos interesses da elite dominante, na construção de quadros políticos e na manutenção de seu poderio econômico, como assinala Castelo Branco (2005, p. 57).

Segundo Cunha (1980, p. 22), o Brasil, antes mesmo de ser “descoberto”, já estava sendo explorado político e economicamente pela metrópole – Portugal,

bem como por outros estados europeus, principalmente a Espanha, a França, a União das Províncias dos Países Baixos e a Inglaterra.

A colonização surgiu para intensificar a acumulação primitiva de capital através da troca de mercadorias. Isso consistia tanto na acumulação de riquezas, como de metais transformáveis em moeda (ouro e prata) de um país, obtidos de vantagens sobre os parceiros, em operações comerciais. Este sistema colonial determinava todo o tipo de comercialização e a maneira de produzir através da exploração latifundiária e do trabalho escravo, de modo que fosse rentável. No plano ideológico, cabia à Igreja Católica, cuja burocracia naquela época, estava integrada ao funcionalismo estatal.

Este aparelho tinha por função difundir as ideologias legitimadoras da exploração colonial, voltada para o reforço dos integrantes do aparelho repressivo, para a aceitação da dominação metropolitana através do reconhecimento da figura do rei de Portugal e, finalmente, para a ressocialização dos índios, de modo a integrá-los à economia da colônia com força de trabalho servil (CUNHA, 1980, p. 23).

Na hierarquia religiosa, composta pelo clero secular e pelos religiosos de diversas ordens, destaca-se a Companhia de Jesus por ser numerosa e organizada. Os Jesuítas tinham como atividade principal catequizar os índios e, nos centros urbanos mais importantes, mantinham colégios para ensino das primeiras letras, (no ensino da língua latina), para o ensino secundário e superior.

Eles se destinavam a cumprir tripla função: de um lado, formar quadros padres para a atividade missionária; de outro, formar quadros para o aparelho repressivo (oficiais da justiça, da fazenda e da administração); de outro, ainda, de educar as classes dominantes no local, os filhos dos proprietários de terra e de minas, e dos mercadores metropolitanos aqui residentes (CUNHA, 1980, p. 23).

O ensino dos jesuítas foi estabelecido seguindo normas padronizadas que vieram a ser sistematizadas na *Ratio Studiorum*. Este tratado organizava-se em um currículo único para os estudos escolares, dividido em dois graus, para o domínio das técnicas elementares da leitura, escrita e cálculo: o ensino secundário e o superior. No ensino secundário estudavam as declinações e os gêneros da língua latina; e no ensino superior compreendia os cursos de filosofia e de teologia.

Segundo Cunha (1980, p. 35), o primeiro colégio jesuíta no Brasil foi fundado na Bahia em 1550, século XVI. Em 1553 começou a funcionar o curso de

humanidade e, em 1572, os cursos de artes e teologia. Em 1638 foi fundado o colégio do Rio de Janeiro, no Morro do Castelo, com o curso de Filosofia. Em 1687 foi fundado o colégio de Olinda/PE de cursos superiores. No Maranhão os estudos superiores iniciaram também pelo curso de teologia em 1688 e, posteriormente, o curso de artes. O estado do Pará iniciou o curso de artes em 1695, funcionando de forma complementar ao colégio do Maranhão.

Depois da saída dos jesuítas na Colônia brasileira, a educação, que era lecionada em escolas confessionais e em colégio de padres, passou a ser ministrada nas escolas régias por mestres e capelães de engenho, nomeados pelos bispos e pelos padres, os quais foram os principais responsáveis pela educação dos jovens brasileiros. A educação, neste período, era regida por interesses econômicos de acumulação de capital e incentivo às manufaturas na metrópole.

No início do século XIX não foi diferente. Segundo Cunha (1980, p.62), “o novo ensino superior nasceu sob o signo do Estado Nacional dentro ainda dos marcos da dependência cultural, aos quais Portugal estava preso”. A partir de 1808 são criados cursos e academias destinados a formar, sobretudo, profissionais para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos, e num plano, talvez, secundário, profissionais liberais (ibid).

Para Fávero (2000, p. 20), a Família Real deixou suas marcas em nosso ensino, pois “as escolas criadas pelo Príncipe Regente nasceram da preocupação e necessidade de se elaborar e desenvolver um modelo de instituição de ensino superior para atender as necessidades do Brasil”.

Assim, no período de transferência da Família Real para o Brasil é criado o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro. Relatou-se que um dos objetivos principais destes cursos era atender a formação de médicos e cirurgiões para o Exército e a Marinha.

Para este autor houve, no Brasil, apenas tentativas de criação das universidades, pois elas tinham um caráter profissionalizante. A coroa portuguesa não via nenhuma justificativa para a criação de uma instituição desse gênero no país, “considerando mais adequado que as elites da época procurassem na Europa para fazer seus estudos superiores” (MOACYR, 1937 apud FÁVERO, 2000).

Os Jesuítas tentaram criá-la na Colônia, mas foram impedidos pela Coroa Portuguesa. O ensino Jesuítico, oferecido na Colônia, em geral, abrangia os Cursos de Letras e Artes. Era em ensino médio de tipo clássico, chegando a ser, em alguns

estabelecimentos, como no Colégio Central da Bahia e no do Rio de Janeiro, em curso intermediário entre os estudos de humanidades e os cursos superiores.

Após a Independência do Brasil se despertou mais uma vez o interesse dos brasileiros pela criação de universidades. O debate sobre o ensino superior começa a marcar as discussões na Constituinte e a mudar a política adotada por D. João VI, mas a situação permaneceu inalterável durante todo o Império.

Foram inúmeras as tentativas dos representantes na Assembléia Geral Legislativa, todas sem êxitos e arquivadas:

Ao final do Império (...) tínhamos no Brasil seis estabelecimentos de ensino superior e nenhuma universidade, ou seja: as Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife; as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia; a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a Escola de Minas de Ouro Preto (ALMEIDA JUNIOR, 1956 apud FÁVERO, 2000, p. 24).

Em 1889, com a Proclamação da República, são feitas outras tentativas na criação de universidades. Na Constituição de 1891 o ensino superior é mantido como atribuição do Poder Federal, não exclusivo, e determina, em seu artigo 35, parágrafo 3º, “ser atribuição do Congresso criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados” (FÁVERO, 2000, p. 24).

Entre 1889 a 1930 o ensino superior sofreu várias mudanças resultantes das propostas, planos discutidos e que tornaram em dispositivos legais para a sua criação. “Seu início coincide com a influência positivista na política educacional, através de Benjamin Constant, que buscava alargamento dos canais de acesso ao ensino superior e de criação de novos estabelecimentos de ensino”. (CUNHA, 1980, apud FÁVERO, 2000, p. 24).

Embora a criação da universidade, determinada pelo Governo Federal, tenha sido impedida de acontecer, o próprio sistema acabou por gerar condições para o seu surgimento. Assim, segundo Fávero (2000), a criação das primeiras universidades ocorreu em 1920 no Rio de Janeiro e, em Minas Gerais, em 1927. Entretanto, outros autores como Cristóvão Buarque, ex-Ministro da Educação do Brasil (2003), diz que a universidade no Brasil surgiu em consequência do título de Doutor Honóris Causa, dado ao Rei Leopoldo da Bélgica em 1922, em visita ao país na cidade do Rio de Janeiro.

Não fosse por aquela visita e a ingênua vaidade de um monarca ou o capricho de algum de seus cortesãos, a universidade brasileira talvez tivesse demorado mais 10 ou 20 anos para ser criada (BUARQUE, 2003 p. 45).

Segundo Buarque (2003, p. 44), “[...] após cem anos da Independência e trinta e três anos depois da Proclamação da República, o Brasil ainda não possuía uma universidade e só foi criada para atender às conveniências de um rei europeu” (Id.).

As primeiras faculdades brasileiras eram independentes uma das outras, localizadas em cidades importantes e possuíam uma orientação profissional bastante elitista. Relata-se que a educação era voltada para as elites, pois tinham o privilégio de ter uma formação acadêmica. Através da reunião destas escolas isoladas formou-se a universidade.

As universidades surgiram num cenário de crise do modelo agrário comercial-exportador que foi substituído pelo modelo nacional desenvolvimentista, com base na industrialização, ou seja, antes dos anos 1930:

A economia brasileira vinha se desenvolvendo integrada no capitalismo internacional como exportadora de alimentos e matérias-primas e importadora de bens industrializados e combustíveis, até que as contradições geradas por esse desenvolvimento determinaram a substituição de importações por manufaturados locais por meio das indústrias. Com isso, o Estado passou a intervir diretamente na economia, promovendo a industrialização (CUNHA, 1980, p. 229).

Neste processo houve um despertar da sociedade brasileira em relação às causas do seu subdesenvolvimento, do seu atraso, em relação às sociedades tidas como desenvolvidas. Neste contexto, ocorreu o aumento da demanda por educação superior, em decorrência destas transformações econômicas, políticas, culturais e institucionais em processo no país.

É na década de 1930 que predomina uma maior preocupação pelos problemas educacionais, pois os representantes da educação brasileira acreditavam que a reforma da sociedade se daria pela reforma da educação e do ensino. Porém, neste período começa a existir uma centralização de poder, e é o governo quem determina as leis impostas à sociedade, pois o lema é manter a ordem e a segurança pública.

A partir de 1932, com o Movimento Escolanovista, a questão passou a ser enfrentada. Este movimento denunciou o atraso da evolução educacional por não incorporar a população a um amplo processo de educação escolarizada.

Em 1932, o Brasil contava com 41 faculdades, sendo 23 particulares, o que provocava uma situação inflacionária no mercado de diplomas de nível superior, desvalorizando o título acadêmico, pois havia uma concorrência tanto nos cursos tradicionais quanto naqueles cursos que preparavam para profissões novas em fase de ampliação como as de educadores, psicólogos, cientistas sociais, economistas, agrônomos, entre outros. (CASTELLO BRANCO, 2005, p. 141).

Ainda nesta década o governo provisório (Getúlio Vargas), “cria o Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como seu primeiro titular Francisco Campos, que elabora e implementa reformas de ensino – secundário, superior e comercial – com acentuada tônica centralizadora” (FÁVERO 2000, p. 40).

Em razão da economia no Brasil ser predominantemente agro-exportadora, o ensino tinha que estar voltado para o favorecimento da economia. Trata-se de adaptar a educação escolar à “modernização”, instaurado no país com o objetivo de formar as elites e capacitar para o trabalho.

É nesse contexto que o Governo elabora o seu projeto universitário, articulando medidas que se estendem desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras até à reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, passando pela proposta de reestruturação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1935, até chegar à institucionalização da Universidade do Brasil, em julho de 1937 (Id).

Com o término do Estado Novo, momento em que o Presidente Vargas foi destituído do seu cargo em outubro de 1945, inicia-se um movimento para repensar o regime autoritário. A “redemocratização” (que não houve) é realizada com a promulgação de uma nova Constituição, ocorrida em 1946, que se representou com um caráter liberal que assegurava a liberdade de pensamento.

O Ministro da Educação e Saúde, o professor Raul Leitão da Cunha, que exerceu durante onze anos o cargo de Reitor da Universidade do Brasil, institui o Decreto Lei nº 8.393, que concede a Universidade do Brasil autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar e dá outras providências. Neste Decreto é aprovado o Estatuto da Universidade do Brasil (U.B.), que deixa explícito os objetivos: abrangência da educação, o ensino e a pesquisa.

Em 1951 cria-se o Conselho Nacional de Pesquisa. Com isso, ampliam-se os recursos e, com eles, os projetos. Com a existência deste Conselho houve um grande avanço nas ciências, no desenvolvimento da pesquisa. É nesta década que se pode vislumbrar o desenvolvimento das atividades acadêmicas nas universidades.

Nos anos de 1960 e 1970, com a crise econômica e o desemprego, em consequência da política-econômica vigente e da ideologia Nacional-Desenvolvimentista, contrariamente, houve uma crescente procura à Universidade, como via de inclusão e ascensão social:

De um lado, porque a progressiva internacionalização da economia brasileira não absorve, intensivamente, a mão-de-obra mais escolarizada, ampliando o “exercito de reserva”, que busca na Universidade uma continuidade e incremento de sua formação profissional: de outro, porque o ensino profissionalizante implantado pelo regime militar redundou em completo fracasso ao mesmo tempo em que o ensino médio foi atingido por uma crise de identidade, perdido no dilema entre as suas funções formativa geral, propedêutica e profissionalizante (CASTELLO BRANCO, 2005, p. 205).

Assim, a universidade se tornaria uma saída para inclusão no mercado de trabalho.

Na verdade, já a partir de 1964 o Estado iniciaria, de acordo com os novos princípios educacionais, a adequação do aparelho escolar ao momento político e econômico, gerado pelo movimento de 1964. Uma característica da conjuntura que se inicia é, segundo Canuto (1987, p.89): “A concentração de esforços da política educacional ao nível superior de ensino, embora oficialmente as Conferências de Educação tenham-no praticamente excluído de suas pautas, com exceção da realizada em 1969”.

Na década seguinte, de 1970 em diante, esta tendência de valorização do ensino superior sob o ensino médio perdura, mas com novos acontecimentos. O Ensino Médio inicia sua expansão, que aguçará no final dos anos 1990 e início deste século (XXI), resultante do Ensino Fundamental ter sido universalizado neste momento. Também houve um grande crescimento do ensino superior privado, maior que o ensino superior público, favorecido por políticas governamentais.

A política econômica neoliberal predominou nas décadas de 1980 e de 1990, instaurando o Consenso de Washington e das suas instituições, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Seu real objetivo se assenta na:

Liberalização dos mercados, desregulamentação, privatização, minimalismo estatal, controle da inflação, primazia das exportações, cortes nas despesas sociais, concentração do poder mercantil nas grandes empresas multinacionais e do poder financeiro nos grandes bancos transnacionais (SANTOS, 1998).

Este modelo de economia atingiu consideravelmente a sociedade civil em tornar frágil a continuidade no reconhecimento dos direitos sociais ou do modo de sua permanência na agenda pública, já que se tornam dependentes da “sensibilidade política” do grupo no governo e não, efetivamente, resultado de conquistas consolidadas reclamáveis nos tribunais como direitos não efetivados pelo Estado.

Além disso, e da educação estar estabelecida de maneira mais abrangente como direito formal, na Constituição de 1988, a consolidação da cidadania no país sofre profundas oscilações provocados pelo processo de globalização e suas políticas neoliberais. O mundo do trabalho vem sendo destruído pela perda de direitos, que foram conquistados historicamente e pelo alto índice de desemprego e subemprego.

Segundo Castelo Branco (2005, p.206):

A universidade continua sendo vista como a *tábua de salvação*, talvez pela falta de outra saída. O diploma de Ensino Superior ainda condensa esperanças de inclusão em um contexto social bastante crítico, em que o ideal pretendido é fazer parte da sociedade de consumo.

No século XXI convive-se com o drama humano da pobreza e segregação, segundo Buarque (2003, p.35), de um lado, estão os incluídos nos benefícios técnicos do mundo moderno e, de outro, os excluídos. Nas palavras do autor, “a cortina de ferro foi derrubada e o mundo passou a ser dividido por uma cortina de ouro, erigida, em parte, graças ao saber universitário que beneficia apenas um dos lados”.

Podemos ressaltar que o ensino superior foi criado para as elites, ou para aqueles com maior poder aquisitivo. Para os segmentos populares seus espaços só foram conquistados após muita reivindicação. Mesmo, nos dias atuais, ainda há uma grande desigualdade, pois os que não possuem boas condições financeiras e que vem de escolas públicas são destinados, geralmente, para cursos da área de humanas e, os cursos tidos de elites, como medicina, advocacia, engenharia, entre outros, são ocupados por aqueles que estudaram em colégio particular e que

puderam fazer cursinhos preparatórios para o vestibular. Esta, ainda, é a realidade que perdura no Brasil.

1.2 A UNIVERSIDADE NA PARAÍBA

Na Paraíba a origem do ensino superior ocorreu a partir do século XVI e também está relacionada ao ensino religioso. Mesmo sendo a terceira cidade mais antiga do Brasil, a construção dos colégios da Companhia de Jesus localizou-se primeiramente em Salvador e Olinda e, posteriormente, na Paraíba, que recebeu o nome de Filipéia de Nossa Senhora das Neves em 1588 em homenagem a Filipe II rei da Espanha e Portugal. Sob o domínio holandês entre 1634 e 1654 denominou-se Frederica, em homenagem ao príncipe de Orange, Frederico Henrique. Restabelecida a soberania portuguesa foi chamada de Cidade da Parahyba. Por conta de uma visita temporária de D. Pedro II do Brasil à cidade em fins de 1859, recebeu provisoriamente o título de Imperial Cidade. Finalmente em 1930 recebe o nome de João Pessoa, sua denominação atual, em homenagem ao político paraibano João Pessoa, assassinado no Recife, quando era presidente do estado e concorria, como candidato a vice-presidente, na chapa de Getúlio Vargas (MELLO, 2002).

Segundo Silva (2001, p.38), “os jesuítas foram expulsos da Paraíba em 1593”, o que gerou uma modificação na educação paraibana, porque eram eles os únicos que se preocupavam com a formação do alunado português e nativo.

O ensino superior na Paraíba iniciou-se no terceiro quartel do século XVI, nos conventos Santo Antônio e Carmo, e do mosteiro de São Bento, construídos no topo da colina, onde, na encosta, encontrava-se o rio Sanhauá, caminho náutico dos portugueses para a conquista do território dominado pelos índios potiguara.

Em 1654, quando os holandeses foram expulsos, a cidade foi mudando suas feições, agora sob o domínio dos portugueses. As construções dos conventos de Santo Antônio, do Carmo e do mosteiro dos beneditinos ocasionaram a realização dos estudos superiores, cujos candidatos vinham de Portugal terminar seus estudos aqui. Foram os franciscanos os responsáveis em ministrar cursos nestes conventos. Como afirma o primeiro historiador paraibano Maximiano Lopes Machado:

Foi o convento uma das casas mais regulares da ordem, e onde existiam religiosos de virtudes e saber. Desde o ano de 1682 até o de 1708 teve noviciado e aulas maiores. Essas aulas maiores correspondiam ao ensino de Filosofia e Teologia (MACHADO, 1912 apud SILVA, 2001, p. 40).

Segundo Silva (2001), na década de 40 do século XVIII o padre jesuíta italiano Gabriel Malagrida chegou à Cidade de Parahyba, em 1745, com o objetivo de fundar um seminário ao lado do colégio da Companhia de Jesus, para formação de quadros da ordem.

Silva transcreve o comentário do cônego Florentino Barbosa sobre a visita de um padre e cronista Domingos Loreto Couto à Paraíba, em 1754, que fez a seguinte constatação:

A cidade é habitada de quase três mil vizinhos, com uma admirável Igreja Maior, Misericórdia, sete templos, convento de S. Bento, S. Francisco, Carmo e Collégio da Companhia, que tem anexo um magnífico seminário, onde se dão estudos de latim e filosofia, e nos conventos de Santo Antonio e Carmo, Filosofia e Teologia (BARBOSA, 1994 apud SILVA, 2001, p. 40).

Igualmente aos outros estados do Brasil, na Paraíba também teve o seu ensino superior arraigada na escolástica. No entanto, o primeiro ministro Marquês de Pombal, em 1759, mandou expulsar os jesuítas do Brasil através de decretos. Esta saída forçada dos prédios foi descrita pelo padre Serafim Leite nas linhas seguintes:

A reação do povo foi geral. Sobretudo quando chegou em Maio a ordem de se fecharem as Escolas. No dia 1º de Junho despediram-se os alunos do Seminário, entre a dor de todos os moradores. Havia mais de 70 anos, diziam eles, que os Jesuítas estavam na terra, e o povo os tinha pedido e obtivera por três decretos reais: do Príncipe Regente D. Pedro, de D. João V, e de D. José I, para os labores do ensino e dos ministérios da religião. Fazendo os Padres o que se pediu, e fazendo-o com a satisfação de todos e utilidade geral, como se privava agora a Cidade do seu Seminário, do Ginásio, e dos Professores, e se expulsavam os alunos? (...) No dia 6 de Fevereiro de 1760 deixaram os Jesuítas o Colégio da Paraíba, conduzidos a Pernambuco, donde seguiram exilados para a Europa (LEITE, 1945 apud SILVA, 2001, p. 40).

Além dos jesuítas, as outras ordens também foram alcançadas pelo mesmo decreto. Contudo, restou aos carmelitas manter seu curso superior de filosofia por pouco tempo. Em 1762 o governo proibiu catequista nos conventos, aceitando-os só com licença régia. Em 1764 só restavam 10 coristas no convento dos carmelitas. Deste modo, termina o período colonial.

Segundo Silva (2001), no período do Império, quando D. João VI chegou

ao Brasil, em 1808, alojou-se com a comitiva em Salvador, na Bahia. Esta região era a mais importante do Brasil. Algum tempo depois o monarca, com sua comitiva, foram para o Rio de Janeiro, onde se estabeleceu até seu retorno a Portugal. Veio depois a Independência do Brasil de Portugal em 1822. Um dos primeiros atos do novo monarca D. Pedro I foi a convocação da Assembléia Constituinte, instalada no Rio de Janeiro a 3 de maio de 1823. Na composição da Assembléia Constituinte a Paraíba encaminhou alguns políticos para se representar.

Na sessão do dia 28 de agosto de 1823 foi apresentada a criação da Universidade do Brasil. A proposta foi assinada por um representante da Bahia e por um representante do Ceará. Na discussão para estabelecer o local da sede da Universidade, o representante da Bahia sugeriu que fosse localizada uma no Maranhão e outra na Bahia, mas o representante da Paraíba, aproveitando a ocasião, requisitou uma universidade para esta província, enaltecendo sua economia e a riqueza de seus prédios, para a finalidade da educação.

Continuando em Silva (2001, p. 41), a discussão sobre a universidade foi encerrada no mesmo ano de 1823, em decorrência da anulação da Constituinte por D. Pedro I. Posteriormente, foi convocada nova constituinte com a mesma discussão sobre a universidade, e nela foi decidido “a formação de dois cursos jurídicos, um em São Paulo e outro em Olinda que em 1827 iniciaram suas atividades”.

Como a Paraíba não conseguira seu objetivo, em 1836 o governo da época criou o Lyceu Paraibano. Tal colégio tinha por finalidade preparar paraibanos para ingressarem nos estudos jurídicos e médicos, existentes no Brasil. Além destes cursos, as ordens religiosas também estavam envolvidas na formação de novos padres. Segundo Silva (2001, p. 41), “a Paraíba, em 1885, despontava com grande contingente de doutores, formados na Faculdade de Direito do Recife”.

É importante observar que, no período colonial e do império, houve apenas tentativas de implantação da universidade, bem como em outras cidades brasileiras. Como não havia sido construída nenhuma, as aulas eram ministradas nos conventos e mosteiros, e eram consideradas como universidades.

No período republicano, (século XIX), após a proclamação da República, em 1894, o bispo D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques assumiu a Diocese, recém-criada, e “fundou o seminário diocesano com os cursos superiores de Filosofia e de Teologia”. [...] este foi o último curso superior criado na Paraíba, no final do século XIX (SILVA, 2001, p. 41).

Com a expansão da economia vigente no período agro-exportador no século XX, coloca a perspectiva de estimular os intelectuais, que passam a surgir significativamente.

São formados em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, nessa época, Orris Soares, Augusto dos Anjos, Álvaro de Carvalho, Alcides Bezerra, José Américo de Almeida e outros. Ao mesmo tempo saíam do Seminário Diocesano, único estabelecimento de curso superior, os padres Pedro Anísio, Florentino Barbosa, Odilon Coutinho além de outros companheiros. Além disso, o Lyceu acomodava alguns desses notáveis acima mencionados, civis e religiosos. Na falta de uma faculdade, o Lyceu fazia suas vezes. Os jornais multiplicavam-se em conhecimento e informações. Muitos desses intelectuais assinavam colunas nesses veículos de comunicação (SILVA, 2001:41).

Na primeira década deste século, o presidente Castro Pinto (1912-1916), sugeriu estabelecer uma Universidade Popular que estava em moda na Europa. Segundo Silva (2001), em janeiro de 1913 foi realizado no Teatro Santa Roza uma série de palestras como parte da Universidade Popular. Após este período de conferência, a Universidade Popular se encerrou ali mesmo.

Transcorrido um período longo, só na década de 1930 é criada a primeira faculdade de ensino superior. Segundo Castelo Branco (2005, p. 149), nesta década: “o produto mais cultivado era o algodão, o que gerou uma conseqüente associação entre os produtores paraibanos e os setores têxteis do Sudeste, que enviavam o produto, já manufaturado, para a Alemanha”. Nesse estado era legítima a defesa da criação de escolas voltadas para o ensino agrícola no sentido de dar às escolas uma feição mais prática e útil.

Era de interesse do governador (Argemiro de Figueiredo) dar suporte ao ensino rural, tendo a escola de cumprir sua função de ser um centro de educação integral, que promovesse, mais tarde, a independência intelectual e econômica do povo. Assim, em 1934, é criada a primeira faculdade de ensino superior, a Escola de Agronomia do Nordeste (EAN), na cidade de Areia, sob a influência de José Américo de Almeida, também responsável, posteriormente, pela criação da Universidade Federal da Paraíba.

A Escola de Agronomia recebeu autorização para funcionar somente em 15 de abril de 1936 e o seu primeiro curso, o de Agronomia, recebe autorização oficial no ano seguinte, reconhecido através do Decreto Federal nº 5.347 em 06 de março de 1940 (CASTELO BRANCO, 2005, p. 150).

A Escola de Agronomia, idealizada por José Américo, não foi bem

recebida pela elite da cidade de Areia, que optaria por cursos para a formação de médicos, advogados e sacerdotes como garantia de prestígio, tradição e saber, desejando que esta fosse substituída por uma Faculdade de Direito.

Em termos regionais muito se poderia esperar de uma Escola Superior de Agronomia, no que se refere aos problemas técnicos da terra, aos quais estavam relacionados ao fenômeno das secas. Entretanto, “a grave estiagem de 1932, criava dificuldades ao projeto de que lhe facilitava o andamento” (LIMEIRA e FORMIGA, 1986, p. 05).

Havia alguns empecilhos ao funcionamento da Escola de Agronomia que, segundo Limeira e Formiga:

A localização com relativa dificuldade de acesso, carência de professores, que vinham de outros Estados para lecionar, diminuição da procura de alunos para os cursos agrícolas que deslocavam para outros centros e problemas financeiros, com escassos repasses de verbas, impedindo a compra de equipamentos e a remuneração de pessoal docente e administrativo (1986, p. 06).

As autoras Limeira e Formiga (1986) afirmam que estas verbas deveriam chegar via Ministério da Agricultura, contudo, por causa de questões burocráticas, o governo estadual é que intervinha com auxílio financeiro para que a escola continuasse funcionando.

Na década de 1940 registra-se, em termos econômicos, a crise comercial iniciada em 1929, sendo agravado pela segunda Guerra Mundial e pelo fechamento do comércio com a Alemanha. Houve uma diminuição no cultivo do algodão, que em alguns momentos é substituído pelo sisal e, principalmente, pela cana-de-açúcar.

No período de 1940 a 1945, em termos educacionais, o governador Rui Carneiro, substituto de Argemiro de Figueiredo, adequou o sistema de ensino paraibano às diretrizes nacionais do ensino, tendo o suporte técnico do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Segundo Castelo Branco (2005, p. 151), “houve neste momento, a criação de dezenas de escolas de primeiras letras e de grupos escolares”.

A Escola de Agronomia do Nordeste, segundo Castelo Branco (2005), abre perspectivas de criação de outras escolas isoladas. Até então somente duas escolas formavam pessoal a nível médio na área do comércio – A Escola Técnica de Comércio Epitácio Pessoa e a Escola Comercial Underwood. Porém, tais escolas

mostravam-se insuficientes em termos de qualificação de pessoal. Esta situação pressionou os docentes e a direção da Escola a criar em 1947 uma escola de ensino superior de Ciências Econômicas.

Mesmo com todo o estímulo político partidário recebido e das exigências de maior qualificação para o mercado de trabalho na área técnico comercial, o Curso de Ciências Econômicas “somente foi reconhecido oficialmente pelo Decreto Federal nº 30.236 (04 dez. 1951), em função de complicadores de ordem burocrática” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 152).

Para as autoras Limeira e Formiga (1986), a Escola de Ciências Econômicas aparece na história da educação da Paraíba como sendo a transição para a fase do ensino superior. Dois anos depois, em 1949, ocorre a fundação de mais duas faculdades: a de Direito, de natureza particular e a de Filosofia mantida por verbas estaduais. A criação da faculdade de Filosofia, chamada de FAFI, era formada pelos cursos de Filosofia, Ciências, Letras, Pedagogia e Didática, e funcionava nas dependências do Lyceu Paraibano, que na época era chamado de Colégio Estadual Central. Depois foi autorizado pelo governador José Américo o funcionamento dos cursos de Pedagogia, Geografia e História e Letras Neolatinas. Segundo o Professor Nicodemos, ex-diretor da Faculdade de Filosofia, a clientela da faculdade era composta por:

[...] em sua quase totalidade composta por mulheres que provinha predominantemente da classe média e tinha os seus interesses voltados para o magistério secundário e para a cultura humanística (NICODEMOS, 1980, p.04 apud CASTELO BRANCO, 2005, p. 153).

Isto vem demonstrar uma evidência marcante do sexo feminino nos cursos da área de Ciências Humanas.

Segundo Castelo Branco (2005), o corpo docente da FAFI era composto por profissionais vindos dos seminários católicos e da Faculdade de Direito do Recife, exercendo uma influência importante na formação humanística recebida pela elite paraibana.

Registra-se também a criação e outras instituições isoladas como:

A Faculdade de Finanças (1948), a de Direito (1949), a de Serviço Social (1951), a Escola de Engenharia da Paraíba (1952), a Escola Politécnica de Campina Grande (1952), A Escola Auxiliar de Enfermagem (1953), a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande (1954), a Escola de

Enfermagem da Paraíba (1955) e a Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande (1955) (MELLO, 1956 apud CASTELO BRANCO, 2005, p. 158).

As profissões superiores, nas décadas de 1940 e 1950 representaram o degrau necessário à ascensão social, razão pela qual foi mobilizada uma comissão de Planejamento do Ensino Superior, criada pelo Governo Estadual (José Américo de Almeida) para viabilizar o projeto de Ensino superior na Paraíba.

O movimento pela criação do Ensino superior deve ser observado como um dos resultantes, na Paraíba, da euforia redemocratizadora pós-45; a normalidade democrática realiza em todo o país um clima de debates acerca dos problemas nacionais mais candentes, como: nacionalização e estatização do petróleo, questões de saúde, de educação (LIMEIRA e FORMIGA, 1986, p. 08).

Para Limeira e Formiga (1986) os motivos que propiciaram à criação da Universidade Estadual da Paraíba no ano de 1955 foram: o adequado funcionamento das escolas superiores isoladas estaduais e particulares, o satisfatório contingente de alunos, abrindo caminho para uma crescente procura de cursos, o andamento precário de algumas escolas por falta de infra-estrutura financeira e a formação a curtos e médios prazos dos mercados de trabalho nos diversos ramos profissionais.

A escassez de recursos da maioria das escolas seria um dos fatores de mobilização pela criação da Universidade. A primeira dificuldade aparece nas instalações físicas das escolas, como exemplo tem-se a faculdade de Direito, que era situada em um acanhado prédio do Estado, sem a mínima condição para o funcionamento acadêmico. Tal situação era vista em escolas da área de Humanas. Os auxílios financeiros regiam através do governo federal, via MEC – Ministério da Educação, no início da década de 1950, antes da criação da universidade, como afirma Limeira e Formiga:

Os auxílios federais são concedidos através de convênios entre as direções das escolas e o MEC, após aprovação de planos de aplicação nos quais as verbas são destinadas exclusivamente à aquisição de equipamentos e materiais de consumo (1986, p. 16).

A carência de recursos afetava principalmente as escolas particulares, visto serem mantidas quase exclusivamente com as mensalidades dos alunos, sem outros meios duráveis de manutenção.

As condições de funcionamento das escolas, precárias por falta de elementos materiais e o mercado de trabalho que começa a se esboçar nos setores referentes aos diversos ramos de ensino já instalados, pressionariam para que providências fossem tomadas no sentido da criação da Universidade, sob a cobertura do Estado. O fator mercado de trabalho se alia ao fator ascensão econômico-social para justificar, através da Universidade, a condição de elite. A criação da universidade serviu para que muitos rapazes pobres não precisassem se deslocar para outros centros. Segundo (CASTELLO BRANCO, 2005, p. 158), “todos os cursos reclamavam uma instituição que os congregasse, o que foi conseguido através da Lei Estadual nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955,” em que o então governador da Paraíba, José Américo de Almeida, cria a Universidade da Paraíba, que integra as diversas faculdades já existentes.

“Depois de reconhecidas todas as Faculdades integrantes do complexo universitário e dos necessários entendimentos com a Diretoria do Ensino Superior, foi instalada a Universidade da Paraíba” (MELLO, 1996, p. 161). O então governador da Paraíba, durante a inauguração da Universidade, fez um discurso ressaltando a importância da Universidade:

O que os outros pretenderam fazer, em 1885, há 70 anos passados, como primeira e única tentativa de fundação de uma Universidade na Paraíba, até hoje, fazemos, nesta solenidade, como coroamento de um trabalho de conjunto, dirigido por um ímpeto que nossas influências propiciaram (ALMEIDA, 1955, p. 1).

Segundo Castelo Branco (2005), a tentativa que houve anteriormente foi por causa da influência política de um grupo liderado por José Américo, pela reconhecida força política que ele possuía. Esta tentativa de implantar uma universidade foi obra de Joaquim da Silva que, naquela época, criou o Colégio Paraibano, cuja finalidade estava de preparar jovens para cursos superiores. Ele também é responsável pela elaboração do projeto de estatuto do chamado Instituto Jurídico Paraibano.

Nos discursos proferidos, quando se referia à instituição da Universidade, José Américo enfatizava a conservação na valorização das nossas raízes, das nossas tradições e das nossas fontes do saber, do conhecimento. Ele “exaltava a função da Universidade, não como uma fábrica de doutores, mas como coordenadoras de estudos e idéias (...)” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 169). José

Américo defendia uma formação prática, voltada para o trabalho, para o exercício das profissões, preparando o indivíduo competente para atuar no mercado de trabalho.

Em seu discurso, José Américo ressaltava com exatidão a importância irremediável da universidade:

Vieram às faculdades num ritmo revolucionário. Esses primeiros passos foram vitoriosos, obtendo o reconhecimento oficial pelo equilíbrio com que se conduziram. Isoladas, dominaram o pessimismo que descreia dessas iniciativas; agora, com a fusão dos valores, terão mais segurança de vencer. Oferece a cidade seu ar acolhedor, mais vegetal do que urbano, para a vida do espírito. O clima suave, sem temperaturas extremas que deprimem e estorvam o trabalho mental, e um ambiente discreto em que o estudante se sente melhor na escola do que na rua, melhor no seu quarto de estudo do que no torvelinho social (ALMEIDA, 1965, p. 24).

Segundo Castelo Branco (2005, p. 170), a criação da Universidade da Paraíba teve uma boa repercussão na imprensa local, sendo publicado em uma manchete de jornal daquela época o seguinte: O acontecimento eleva o nosso Estado ao nível dos maiores centros de educação superior, sendo conseqüente, de significação excepcional, para todos os paraibanos.

Porém, houve críticas, pela imprensa nacional, a respeito da sua criação, pelo fato da Universidade não ter sido instalada nos grandes centros, sendo chamada como a “Universidade da Caixa Pregos”, expressão conferida a Austregésilo de Ataíde, em artigo publicado na revista O Cruzeiro (Idem)

O processo de estadualização da Universidade da Paraíba só ocorre em 1956, através do governador José Américo:

Seu Estatuto foi publicado no Diário Oficial (Seção I), de 20 de outubro, de acordo com o Decreto nº 40.160 (16 out. 1956), que concede prerrogativas de equiparação à Universidade da Paraíba, recebendo a assinatura do Presidente Juscelino Kubitschek e do Ministro da Educação e Cultura, Nereu Ramos (CASTELO BRANCO, 2005, p. 171).

Apesar da sua estadualização, a universidade passou por grandes dificuldades financeiras, pois quem mantinha a instituição eram as subvenções federais, o pagamento pelos alunos e a influência política de representantes de algumas faculdades já existente. Federalizar a universidade se fazia necessário para aliviar os cofres do governo estadual, melhorar os quadros universitários e ampliar as maiores possibilidades de acesso, sobretudo da classe média, na espera de um

ensino gratuito. Houve pressão dos estudantes e dos setores médio na ampliação das escolas superiores.

Até que a universidade passa a ser federalizada pela Lei Federal nº 3.835 (13 dez. 1960), acelerando este processo, também em outros estados, a exemplo do Rio Grande do Norte e Alagoas. Assim, pouco a pouco a universidade foi se tornando um complexo universitário composto por diversos campi.

A criação das universidades nas capitais brasileiras passa a ser símbolo de prestígio e crescimento que, segundo Castelo Branco (2005), foi-se configurando em ponto de honra e obtenção de status:

A arraigada mentalidade de enobrecimento concedido pelo título de “doutor” foi, aos poucos, transferida à universidade, da mesma forma que o “prestígio” imputado às instituições de Ensino Superior foi, igualmente, deslocado para o título por ela delegado, que se tornou traço distintivo de classe e prerrogativa para o acesso às carreiras burocráticas (CASTELO BRANCO, 2005, p. 173).

Com sua federalização, foi exigida da universidade que ela respondesse à demanda do mercado de trabalho, que formasse mão-de-obra produtiva e capacitada, “o que não era vista como ponto positivo, pois poderia resultar criticidade e exigência por melhores condições de trabalho e remuneração, o que passaria a dificultar o crescimento econômico e a exploração das elites proprietárias de terra” (Idem).

A educação estava colocada a último plano. A formação universitária na Paraíba esteve arraigada a bases políticas, em que os dirigentes políticos viam nas escolas de nível superior o símbolo de poder local ou vitória de sua influência ao poder Legislativo, e não como o reflexo de uma necessidade da população.

Segundo Castelo Branco (2005, p. 174), algumas marcas ainda permanecem nas universidades:

[...] como as imposições político-partidárias na sua criação, a ascensão social, a relação ensino superior-mercado de trabalho, as desigualdades regionais interferindo na esfera educacional e a escala de valores das profissões, marcas essas bastantes influentes na formação acadêmica dos indivíduos.

É preciso eliminar aquela vocação paternalista que herdamos de nossa formação colonial, substituindo-a por uma forma de cooperação, em que o povo

também se sinta governo, considere-se partícipe e responsável na tarefa de recuperação, que ampliará os caminhos do nosso desenvolvimento.

A partir da década de 1970 foram criados os Institutos Paraibanos de Educação (IPÊ), a princípio com os cursos de Direito, Administração, Educação Física e Psicologia. Estes cursos são implantados no sistema educacional mais amplo para melhor suprir as necessidades imediatas do mercado. Na mesma década outras faculdades foram criadas pelo interior do Estado, quase todas direcionadas para o ensino humanístico. Encontram-se estas faculdades em Guarabira, Cajazeiras e Santa Rita.

Em 1973 o Conselho Universitário aprova a reformulação da estrutura acadêmica da Instituição, através da Resolução nº 12/73, em consonância com o disposto nos Decretos-leis nº 53, de 18.11.66, e 252, de 28.02.67, e a Lei nº 5.540, de 28.11.68, em que são lançadas as bases para a formação de Centros como órgãos intermediários e de concentração dos Departamentos por áreas de conhecimentos básicos e profissionais.

A partir de então, a Universidade Federal da Paraíba ficou estruturada da seguinte forma: Campus I, na cidade de João Pessoa, Campus II, em Campina Grande, Campus III, em Areia, Campus IV, em Bananeiras, Campus V, em Cajazeiras, Campus VI, em Sousa e Campus VII, em Patos.

Após uma luta de vários anos envolvendo a comunidade acadêmica, a sociedade como um todo e a classe política local, foi criada a Universidade Federal de Campina Grande, com o desmembramento da Universidade Federal da Paraíba, através da Lei nº 10.419, de 09 de abril de 2002, integrada pelo Campus I, na cidade de Campina Grande, abrangendo o Centro de Ciências e Tecnologia (CCT); Centro de Humanidades (CH) e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS); Campus II, na cidade de Cajazeiras, abrange o Centro de Formação de Professores (CFP); Campus III, na cidade de Sousa, abrange o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) e o Campus IV, na cidade de Patos, abrange o Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR).

Atualmente, a Universidade Federal da Paraíba está estruturada da seguinte forma: Campus I, na cidade de João Pessoa, compreende os seguintes Centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN) com os cursos de Estatística, Física, Matemática, Química e Ciências da Computação; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) cursos de Ciências Sociais, Teatro,

Filosofia, Comunicação Social, Educação Artística, História, Letras, Música, Serviço Social, Artes Visuais e Psicologia; Centro de Ciências da Saúde (CCS) cursos de Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição e Odontologia; Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) cursos de Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas; Centro de Educação (CE) com o curso de Pedagogia; Centro de Tecnologia (CT) cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Produção Mecânica, Engenharia Mecânica, Química Industrial, Engenharia de Materiais, Engenharia Elétrica, Engenharia Química e Engenharia Ambiental e Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) com o curso de Direito; Campus II, na cidade de Areia, foi criada em 1936 denominada de Escola de Agronomia do Nordeste, compreende o Centro de Ciências Agrárias (CCA) abriga os cursos de Agronomia, Zootecnia, Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, criado recentemente; o Campus III, na cidade de Bananeiras, iniciou na década de 1970, abrange o Centro de Formação de Tecnólogos (CFT) com dois cursos de graduação: Bacharelado em Administração – com habilitações em Administração de Cooperativas e de Agroindústrias e o de Licenciatura em Ciências Agrárias; e no Campus IV nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape, criada no ano de 2007, com o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAE), abriga os cursos de Ecologia, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências da Computação, Hotelaria, Secretariado Executivo Bilíngüe, gestão de Negócios, Design, Ciências Contábeis, Pedagogia, Sistemas de Informação e Antropologia e Culturas Indígenas. Portanto, a universidade é de suma importância para a sociedade, pois fomenta o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Segundo Buarque (2003), chegamos ao início do século XXI com um governo comprometido com a educação, ainda que sem recursos suficientes para atender a toda a demanda, mas, além deste incentivo, há muito que fazer, pois não basta oferecer educação, é preciso que se dêem condições para que o processo de aprendizagem se concretize.

1.3 A UNIVERSIDADE E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Historicamente, as Instituições de Ensino Superior públicas têm desenvolvido suas atividades de assistência estudantil, a partir das demandas

apresentadas pelos estudantes, e tem como objetivo maior ampará-los através de projetos e ações que lhes permitam não só ingressar no curso superior, mas também dar-lhes assistência para que possam chegar ao fim do curso escolhido com sucesso. Este apoio aos estudantes foi se consolidando e se regulamentando por lei lentamente no Brasil e, particularmente, na Paraíba.

Apesar dos enfrentamentos socioeconômicos que perpassam todo o sistema brasileiro e o escasso investimento na área educacional, algumas faculdades públicas ainda dispõem de abrigos para estudantes de outros estados e/ou de cidades do interior e alimentação, mesmo que precária. Mas, é imprescindível ressaltar que isto não é o suficiente para atender e suprir os imperativos deste segmento, e o papel da universidade de oferecer apoio é bem maior que isto, engloba uma série de medidas sócio-político-econômico e educacional, de fomentação de idéias, de alternativas, de propostas para a sociedade, medidas de inserção do indivíduo ao mercado de trabalho, ao exercício de sua cidadania, a possibilidade de aproveitamento científico, de retribuição à sociedade do conhecimento adquirido ao longo de sua carreira acadêmica. Mesmo com o seu papel valioso de formar cidadãos e de garantir políticas públicas, ela vem sofrendo ofensivas no seu sistema educacional.

A universidade pública vem sendo ameaçada em suas funções de produzir e socializar o saber em face às constantes reduções orçamentárias que obedecem a uma política privatizante em consonância com as orientações de cooperações transnacionais interessadas na hegemonia do capital financeiro. Isto rebate diretamente no ensino público, em particular, o ensino superior, que pode ser privatizado e permitido apenas aos que possa pagá-lo:

A privatização do ensino superior brasileiro também representa grande ameaça ao desenvolvimento de um ensino crítico, pela subserviência dessas instituições às propostas econômicas, sociais e políticas do Golpe de 1964, além da lógica, sobretudo empresarial, que as rege (...) (SILVA, 1984, p. 29).

A busca das universidades por suas próprias fontes de financiamento decorre da crescente desobrigação do Estado para a manutenção do ensino universitário no país. Ao assumir tais diretrizes, o governo federal vem operacionalizando uma política de cortes orçamentários para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que tem por consequência a degradação e o

abandono dos bens materiais e dos serviços universitários, como os laboratórios, as bibliotecas e os programas de assistência social, de saúde e esportivos. Estes problemas atingem o cotidiano universitário de forma a desestruturar e desvalorizar o processo de formação profissional e acadêmico.

A assistência desenvolvida na universidade, do ponto de vista de sua implementação técnica, expressa, por um lado, o descaso com a área social e revela-se, por outro, enquanto um campo onde prevalecem concepções paternalistas e clientelistas, traduzidas em práticas de ajuda e no uso indevido dos recursos públicos disponíveis.

As formas de operacionalização da assistência perpassam pelas políticas sociais brasileiras. Estas caracterizam “como uma forma de mediação para respostas coletivas às necessidades sociais, como também uma forma de regulação tripartite entre Estado-Sociedade e Mercado” (SPOSATI, 2003, p. 39).

No entanto, vemos uma desresponsabilidade do Estado em gerir recursos econômicos e sociais às políticas sociais, em particular, de assistência estudantil, passando suas atribuições à sociedade civil e permitindo que o mercado opere segundo seus interesses.

Desta forma, as políticas sociais devem corresponder às ações desenvolvidas pelo Estado para responder as demandas advindas das camadas desfavorecidas da sociedade. A atuação do aparelho estatal consiste em conter e desmobilizar a massa para evitar manifestações e não prejudicar o mercado. Este não pode estar inerte para não impedir a produção capitalista. O que conduz a sociedade são as leis do mercado. Neste contexto, “o alcance das políticas sociais em contexto de desigualdade e exclusão deve alargar-se para dar conta das condições efetivas de vida de seus usuários” (SPOSATI, 2003, p. 43).

Isto expressa como uma das alternativas para responder à população desprovida de suas necessidades básicas, como habitação, educação, saúde, saneamento, lazer e cultura. As políticas sociais produzem os objetivos que informam determinados programas de ação governamental e que condicionam a sua execução.

Assim como as políticas sociais incorporam a política de educação, nesta, está agrupada a assistência estudantil, necessária à formação de cidadãos, para o compromisso efetivo, a eliminação da miséria e a construção de uma sociedade mais justa e proporcionar programas assistenciais no atendimento a uma

determinada população de estudantes, para que possam ter a possibilidade do acesso à educação. Porém, percebemos a existência de campos de tensão entre os critérios de necessidade e os meritocráticos em decorrência da escassez de recursos na área assistencial. Deparamos-nos com um contingente de estudantes que demandam estes benefícios em função de necessidades concretas. Não basta oferecer bons professores ou boas salas de aulas, é necessário que se dêem subsídios para uma boa alimentação, bom material didático, propiciar uma boa estrutura física e social, para que o estudante tenha a oportunidade de concluir seu curso e para que tenha uma excelente formação profissional.

Diante desta realidade, o sistema educacional, em particular, a assistência, expressa-se como sinônimo de emergência e improvisação. Sua intervenção padece, no nosso entender, da ausência de critérios técnicos e acadêmicos afinados com os objetivos de uma instituição universitária, qual seja da produção de conhecimentos científicos. Para alguns setores, comparativamente a outras prioridades acadêmicas, a assistência estudantil tem sido vista como um setor desvinculado do projeto da instituição e, conseqüentemente, como menos importante e dispensável.

Na maioria das vezes os programas e as ações de assistência têm se direcionado para o atendimento das necessidades imediatas do aluno. Eles não se referenciam na realidade e se operacionalizam através do binômio problema/solução:

Nas situações em que não houver abundância plena de recursos e não se tenha atingido um patamar significativo de justiça distributiva, a realização de objetivos de acumulação envolve sacrifício no consumo individual, no consumo coletivo e pode, dependendo da correlação de poder vigente, impor pesadas privações àqueles destituídos de recursos próprios de defesa (ABRANCHES, 1987, p. 10).

Para Bastos (1995, p. 07) “a noção de assistência deve estar vinculada a um projeto acadêmico porque ao contrário, adquire uma fisionomia e descaracteriza a universidade como uma instituição de produção e difusão do saber”.

A Assistência Estudantil é o conjunto de políticas realizadas através dos programas de Promoção, Assistência e Apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e conseqüentemente seu desempenho acadêmico e de cidadãos.

Neste sentido, é necessário compreender as políticas de assistência estudantil não como gasto social, e sim como investimento. Assim vemos na opinião de um estudante do curso de direito da Universidade Federal do Pará:

O Ministério da Educação (MEC) utiliza uma complexa fórmula para calcular o repasse de verbas às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), sendo que dois dos fatores levados em conta são a taxa de retenção e de evasão. A primeira corresponde à proporção de estudantes que não concluem seus cursos no período letivo indicado, trancam a matrícula ou ficam reprovados nas disciplinas; a segunda diz respeito à proporção de discentes que cancelam a matrícula ou abandonam o curso. Com isso, quanto maior são as taxas supra mencionadas, menor é o repasse orçamentário à Universidade. (ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO INVESTIMENTO, 10/06/2005: p. 03).

Sendo assim, podemos questionar quais são as causas da retenção e evasão. Será que existe uma política de assistência estudantil efetiva para mudar esse quadro?

Portanto, é necessário que a Universidade invista em políticas de assistência estudantil, pois, desta forma, estará trabalhando no produto que será oferecido a sociedade e será devolvido um produto de primeira categoria, que é o aluno ao iniciar sua vida profissional.

CAPÍTULO II

A JUVENTUDE E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

No Brasil, na segunda metade do século XX, os jovens tinham participação ativa na vida social e econômica. Aos poucos foram mostrando suas “caras” e revelando que tinham opiniões próprias e capacidade de contribuir para o desenvolvimento do país. Fruto de persistência, os jovens conquistaram um espaço dentro das políticas públicas de construção de propostas e programas para a juventude.

Na década de 1980, especificamente em 1985, com a comemoração do Ano Internacional da Juventude, a Assembléia Geral das Nações Unidas criou um referencial inicial para os países, em termos de políticas para a Juventude. O documento estabelece orientações para que os países construam bases para uma política de juventude, focalizando como prioridade os temas: participação, desenvolvimento e paz.

Segundo Chaves Júnior (1999, p. 44), o jovem necessita de se auto-orientar:

Já que o consumo de drogas, a Aids, as DST's, as diversas formas de exposição à violência, a desocupação, a fome e outras formas de vulnerabilidade social a que os jovens estão sujeitos evidenciam a necessidade de uma política bem estruturada que permita o desenvolvimento social de forma plena.

As políticas públicas para os jovens ocorreram como respostas às tensões e transformações no período compreendido entre 1950 a 1980. O Estado passou a desenvolver, para eles, serviços e ações de inclusão e atendimento às necessidades dos mesmos.

Werthein *et. al.* (2004, p. 59) identifica quatro modelos de políticas públicas nesse período. Primeiro, a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 a 1980) - com o crescente aumento dos jovens aos benefícios da educação, no nível do ensino fundamental e, mais recentemente, nos níveis médio e superior”. Para ocupar o tempo livre, o governo passou a investir em atividades

esportivas, recreativas e culturais como forma de evitar que eles se envolvessem com drogas e prostituição, impedindo comportamentos ilícitos.

O segundo se refere a programas criados por entidades de governo, “com acentuado elemento de controle e por estratégia de isolamento dos movimentos estudantis e sua reclusão nos estabelecimentos universitários (entre 1970 a 1985)” (Id, Ibid, p. 61). Estas medidas foram tomadas pelo movimento estudantil nos anos 1960, período da Ditadura Militar. Eles contestavam o sistema político e social estabelecido. Também fizeram alianças com movimentos populares e organizações sindicais. “Os estudantes universitários, com uma organização política de grande visibilidade, começaram também a influir na formação de agrupações políticas de esquerda e até de movimentos guerrilheiros” (Id, Ibid).

O terceiro tipo diz respeito a programas de combate à pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 a 2000). Com a instauração do regime militar, muitos jovens tiveram papel muito importante no “processo de democratização, fato coincidente com o começo da recessão econômica e social e a expansão da pobreza no decênio de 1980” (Idem, Ibidem).

Neste contexto, jovens de áreas caracterizadas por situações de marginalidades econômica e social, também excluídos da educação e do acesso a serviços e bens coletivos, organizaram-se como reação à expansão da pobreza:

[...] se implementaram diversos programas de combate à pobreza, sustentados na transferência direta de recursos para os setores mais empobrecidos, assim como mecanismos de assistência alimentar e de saúde, e criação de empregos transitórios, programas de distribuição de renda a famílias vinculadas à permanência de crianças e jovens na escola (Id, Ibid, p.62).

E, por último, temos o quarto tipo que, segundo Werthein *et al* (2004), pode ter começado nos primórdios dos anos de 1990 até os anos 2000, exaltando o ser humano através da lei dos direitos humano e social e inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Os programas sociais criados para inserir os jovens no mercado de trabalho têm o objetivo de contribuir para a transformação produtiva:

Esses programas são executados através de diversas entidades públicas e privadas, em um marco de regras de jogo competitivas; os governos participam em funções de desenho, supervisão e avaliação, afastados da execução (Id., Ibid., p. 63).

Na verdade estes programas são realizados somente para incorporar os jovens no mundo moderno e na transformação da produção capitalista, como forma de contribuição para a internacionalização do capital.

Apesar dos avanços, os serviços e programas destinados aos jovens ainda são insuficientes e inconstantes. É indispensável ouvir os jovens, conhecer suas reais necessidades para, a partir daí, criar políticas públicas condizente com as suas realidades.

Wertheim *et. al.* (2004, p. 69) sugere que se faça uma consulta pública como mecanismo de credibilidade às propostas que serão apresentadas, pois, fazendo isto, seria uma prática que extrapolaria o simples fato de “ouvir”, mas de “trabalhar *de e com* os jovens, e não somente para eles. Desta forma, passarão a ser vistos como atores e sujeitos de direitos importantes e, não como um problema a ser resolvido”.

Para o desenvolvimento de políticas públicas à juventude é necessário que haja investimento de alocações de recursos tanto para as áreas educativas, como para outras, sendo imprescindível

Ampliar os gastos públicos destinados às novas gerações, ao mesmo tempo buscar maior equilíbrio entre as diversas esferas onde esse gasto deveria se concentrar, aumentando de forma mais significativa as dotações destinadas a programas variados para os jovens (Id. Ibid., 2004, p. 77).

Pode-se constatar casos de financiamentos de órgãos internacionais nos programas juvenis, bem como a participação de Organizações Não-Governamentais (ONG's) quando a participação do Estado se torna mínima, mas é indispensável a busca por linhas de financiamento para este tipo de iniciativa, para que tenham impactos nos reais destinatários finais – os jovens em geral e os que se encontram em piores condições econômico e social.

O investimento no jovem representa o impulso no desenvolvimento social e econômico de um país, pois, dando credibilidade à juventude, está oferecendo incentivo à formação profissional, às novas idéias, através da criatividade e aos novos conhecimentos que, conseqüentemente, desencadeará para o crescimento econômico e científico da sociedade.

Ainda se presencia discursos que fomenta a juventude como um estado passageiro e que há grupos que não estão interessados em potencializar as

políticas de juventude. Segundo Werthein *et. al.* (2004, p. 81), há três grupos: os partidos políticos, os sindicatos e as representações patronais:

Para os partidos políticos, o tema juventude é apenas marginal, pelo fato de alguns jovens não se interessarem em votar. Os sindicatos e as representações patronais também não têm preocupação no tema. Os primeiros dão prioridade à atenção dos trabalhadores já incorporados ao processo produtivo e, o segundo, à contratação de trabalhadores adultos mais experientes. Assim também atua o Ministério do Trabalho, que preferem se concentrar nos adultos chefes de família.

Este discurso se mostra ultrapassado, pois com as diversas transformações ocorridas nas ultimas décadas, a partir de 1990, o grupo familiar sofreu mudanças significativas na sua unidade mononuclear. Inicialmente, a família era composta pelo pai, a mãe e os filhos e, na maioria das vezes, era somente o pai o provedor do lar. Nas sociedades modernas passou também a ser a mãe, “chefe” e mantenedora da casa, como também outros membros familiares – os jovens e/ou um parente próximo.

Cada vez mais se amplia a participação dos jovens em diferentes esferas da sociedade e por diferentes canais de participação; tem responsabilidade pelo orçamento familiar ou contribuem para ele de forma significativa, além de constituírem famílias próprias.

Este é um dado relevante, constatado neste século XXI pelas tendências demográficas, “uma vez que já não nascem mais os grandes contingentes de crianças como nos últimos cinquenta anos e, contudo, ainda não há um número amplo de idosos, especialmente em países em desenvolvimento” (Id. *Ibid.*, p. 101).

Werthein *et. al.* (2004), referindo-se aos dados do boletim demográfico do Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia – CELADE de 1998 revela que nos anos de 1970 a 2050 a quantidade dos jovens entre 15 a 29 anos de idade no Brasil será evidente e de grande proporção. “Em 1970 o número de jovens era de 25.222 e a proporção para 2010 é de 49.933” (Id., *Ibid.*, p. 105).

O autor afirma que, considerando a população na faixa etária entre 15 a 24 anos, tem-se que em 1940 eram de 8,2 milhões, em 1996 de 31,1 milhões, e já, segundo o último censo de 2000, são cerca de 34 milhões, o que representaria 20% da população brasileira, sendo que 80% estariam em áreas urbanas:

A dinâmica populacional do contingente jovem reflete os processos que vêm ocorrendo, particularmente nas últimas três décadas e afetando a estrutura etária da população brasileira. Estes são a queda da fecundidade e da mortalidade. Assim, a desaceleração no ritmo de crescimento da população de 15 a 24 anos é consequência da intensa e continuada queda da fecundidade. Seus efeitos, como em ondas sucessivas vão se fazer sentir nas faixas etárias subsequentes a cada década. O impacto desse processo resulta num aumento absoluto da população e vai engrossando as faixas etárias seguintes, fenômeno caracterizado como 'onda jovem' - tanto pela queda da fecundidade quanto pelo decréscimo da mortalidade infantil (Id. Ibid., p.121).

A mudança demográfica brasileira estaria sendo influenciada pela maior expectativa de vida e pela diminuição da fecundidade, projetando-se que, em 2030, 40% da população terá entre 30 a 60 anos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Tais constatações, apesar de trazer melhorias na qualidade de vida da população brasileira, de educação e saneamento, alertam analistas da área de população que as desigualdades sociais e regionais têm persistido como traço mais marcante da sociedade brasileira.

Diante dos fatos, é necessário considerar como aspecto central estes dados, que constituem ao mesmo tempo uma oportunidade e um desafio para dar respostas aos problemas deste contingente jovem.

Neste sentido, a discussão sobre políticas públicas para a juventude no Brasil, veio a público na década de 1990, quando pesquisadores, organismos internacionais, movimentos juvenis e gestores municipais e estaduais passaram a enfatizar a singularidade da experiência social desta geração de jovens, com suas vulnerabilidades e potencialidades. Mas, foi a partir do início do século XXI, no ano de 2003, que a Sociedade Civil, o Legislativo e o Executivo mobilizaram-se em torno do tema Juventude. Entre várias iniciativas, além da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, das ONGs e das Universidades que já vinham produzindo sobre o tema, destacou-se o Projeto Juventude, realizado pelo Instituto Cidadania, que produziu uma ampla pesquisa ouvindo os jovens, fez interlocuções com movimentos sociais, produziu livros sobre a juventude brasileira e recomendações para a formulação de uma política nacional de Juventude. Também apontavam para a necessidade de pensar a juventude com categoria social específica, como sujeito de direitos.

Através destas contribuições foi instituída a Política Nacional de Juventude, por meio da Medida Provisória 238, assinada pelo Presidente da República em 1º de fevereiro de 2005, já aprovada pelo Congresso Nacional e

transformada em lei. No mesmo ato, o Presidente criou o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Pela primeira vez na história o País passa a contar com uma política de Estado voltada para os jovens.

A implantação da Política Nacional de Juventude é fruto da reivindicação de múltiplos movimentos juvenis, de organizações da sociedade civil e de iniciativas do Poder Legislativo e do Governo Federal.

O Conselho Nacional de Juventude tem a participação do governo, especialmente das áreas que desenvolvem ações voltadas para a população jovem, de organizações e personalidades identificadas com a juventude e com políticas públicas voltadas para a população jovem. Foi implantado em agosto de 2005, em solenidade realizada no Palácio do Planalto. O Conselho tem como finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental voltada à promoção de políticas públicas para a juventude e fomentar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica juvenil.

A Secretaria Nacional de Juventude, além do papel de integrar programas e ações do governo federal, é a referência da população jovem no Governo Federal, como ocorre em vários estados e municípios do Brasil. A nova Secretaria, que integra a estrutura da Secretaria-Geral, é responsável por iniciativas do governo voltadas para a população jovem, levando em conta as características, especificidades e a diversidade da Juventude. O ProJovem foi lançado pelo Presidente da República em 2005 e está implantado em todas as capitais e no Distrito Federal. Atende moças e rapazes com 18 a 24 anos de idade que terminaram a quarta série, mas não concluíram o Ensino Fundamental e que não têm emprego com carteira profissional assinada. O curso dura um ano e vai proporcionar aos jovens a conclusão do ensino fundamental, o aprendizado de uma profissão e o desenvolvimento de ações comunitárias, além do incentivo mensal de R\$100 (cem reais).

Com a criação da Política Nacional de Juventude, muitos questionamentos foram levantados acerca do assunto e pelo fato de acontecer tardiamente. Porém, Regina Novaes, presidente do Conselho Nacional de Juventude e Subsecretária Nacional de Juventude, justifica a necessidade de existir esta Política por motivos emergenciais: “os jovens são os mais atingidos pelas

transformações no mundo do trabalho e pelas distintas formas de violência física e simbólica que caracterizam o século XXI” (NOVAES, 2005, p. 01).

Foi realizada em 2007 uma pesquisa intitulada “Juventude e Integração Sul-americana, com jovens do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia”, através do Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase) e do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Pólis), com apoio do Internacional Development Research Centre (IDRC) do Canadá, para compor informações de criação e aperfeiçoamento de políticas públicas direcionadas para os jovens, especialmente do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. A professora Regina Novais, consultora da pesquisa, relatou que nas respostas dos jovens entrevistados destacaram seis demandas para assegurar sua inserção social neste cenário de incertezas.

Primeiro, acesso à educação de qualidade. Não se trata apenas de assegurar vagas. É preciso enfrentar o desafio de professores preparados e currículos mais condizentes com a realidade atual (...); segundo, oportunidade de “trabalho decente” e criativo, assegurando remuneração condizente e direitos trabalhistas, e que abram espaços para novas ocupações na área da cultura, da agroecologia, das ocupações sociais que permitem aliar inserção produtiva (individual ou em grupo) e valores; terceiro, acesso a produção cultural como um direito dos jovens que não tem recursos, seja para produzir artisticamente, seja para escolher como usar o tempo livre e para ter acesso ao patrimônio cultural material de seus pais (...); (DESAFIOS, 2008, p. 25)

Também fomenta a questão do transporte, de segurança pública e de respeito aos direitos civis de liberdade de expressão, seja de que forma for.

Acesso ao transporte subsidiado como direito à circulação na cidade, e entre cidade e campo, visto como condição para o exercício de outros direitos fundamentais como educação, trabalho, cultura e lazer; quinto, condições para uma vida segura por meio de valorização da diversidade e respeito aos direitos humanos para reverter ações violentas (...), assim como preconceitos e discriminações (étnicas, de gênero, por local de moradia), que sempre tornam os jovens os principais suspeitos; e o sexto, viabilização de pactos societários em busca de sustentabilidade sócioambiental (Ibid., 2008, p. 25)

Neste sentido, é imperativo criar mecanismos que dêem respostas aos inúmeros desafios postos no trato com a juventude. A própria massa jovem expõe suas opiniões e reais necessidades, relatando as dificuldades que enfrenta no seu cotidiano para atingir suas metas, sofrendo pela sua condição social, cultural, étnica, econômica, entre outros. Deste modo, precisa-se mudar este contexto em que estão

mergulhados e criar políticas públicas condizentes, sérias e efetivas, de legitimação dos direitos sociais conquistados.

Para Chaves Júnior (1999, p. 44), uma política de juventude precisa se diferenciar de todas as outras formas de política de atendimento a um grupo populacional, pois orienta um poder social específico, exerce um papel de proteção e concessão de direitos e realiza um projeto de nação.

Para o autor, uma política de juventude constitui:

Um conjunto coerente de intenções do Estado para que, em parceria com a sociedade civil, sejam estabelecidos objetivos, diretrizes e estratégias destinados a fomentar e coordenar as atividades em favor da juventude, de modo que façam parte de um dinâmica de desenvolvimento (Id., Ibid., p. 46).

Para ele, nesta definição, a política deve ser: integral, no sentido de apreender a problemática juvenil em todos os seus componentes, por meio de uma visão de conjunto e como parte das estratégias de desenvolvimento social e econômico; orquestrada, deve envolver todos os atores, direta e indiretamente, vinculados ao processo decisório; sistematizada, deve estudar, de forma sistematizada e permanente, a dinâmica da juventude, definir suas necessidades, progressos e retrocessos, propor ações adaptadas às necessidades da juventude, atual e coordenar as ações de forma articulada e concertada.

Também a política de juventude precisa ser de forma incisiva, que apresenta, com a devida precisão, respostas às múltiplas dimensões das problemáticas juvenis, de forma específica e objetiva; participativa, favorecendo ao protagonismo juvenil, possibilitando a construção de projetos de vida para os jovens, e estabelecendo pontos de referência de lideranças locais formadas e hábitos de conduta positivos estimulados; seletiva, como toda a política de natureza social, e este é um ponto de polêmica, a política de juventude deve ser universalista, humanista e adequada ao contexto, mas deve ter também um caráter pragmático, proporcionando aos jovens de baixa renda, do meio rural e urbano, e às mulheres jovens, em particular, serviços emergenciais de atenção.

Por último, uma política descentralizada, que entende o papel dos atores locais na solução dos problemas, deve promover a desburocratização dos serviços proporcionando capacidade operacional, eficiência no atendimento e participação local dos jovens:

Uma política de Juventude deve ter como eixo norteador o estímulo à capacidade do jovem em lidar com seus problemas, fornecendo mecanismos para que ele se afirme socialmente e tenha pontos de referencia. Deve estabelecer valores e princípios que comprometam os jovens com as outras gerações, pois somente desta forma, a juventude responderá positivamente às expectativas sociais a seu respeito, sendo uma efetiva protagonista social no pacto de desenvolvimento humano (Id. Ibid., 1999, p. 47).

Portanto, deve-se ter uma atenção em especial ao jovem, estabelecendo prioridades para a educação, como também ao primeiro emprego, na área das políticas de trabalho, na área de saúde, de direitos humanos, considerando as vulnerabilidades dos jovens em face de diversos tipos de situações sócio-econômico e cultural. Caso os organismos governamentais não tomarem providências a este respeito, pobre e desarticulado será o futuro da sociedade.

2.2 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

Considerando os espaços de lutas sociais entre os indivíduos, destacam-se os jovens que na busca por seus ideais, travaram embates para que seus direitos fossem concretizados. Em se tratando da educação superior, marca-se na história brasileira a conquista dos jovens pela implementação da lei que assegura o direito a assistência ao estudante como integrante das políticas públicas para a juventude. Deste modo, a discussão sobre esta temática da assistência estudantil, no Brasil, ocorreu em meados dos anos de 1920, a partir da Escola Nova, que foi um movimento dos pioneiros da educação brasileira, que implementou as idéias dos Estados Unidos e da Europa para aperfeiçoar o ensino. Os educadores que participavam dos debates e discussões nutriam um grande entusiasmo pela educação: acreditavam que através dela poderiam modificar a própria sociedade.

A assistência ao estudante foi marcada por grandes lutas e mobilizações para que passasse a existir. Esta conquista ocorreu na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, através da Reforma Francisco Campos em 1931, que instituiu o decreto 19.850, de 11 de abril de 1931, chamada de Lei Orgânica do Ensino Superior, institucionalizada pelo Estado. Nela dispõe a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário com o objetivo de conservar o

ensino e garantir a igualdade de oportunidade, como mostra o artigo 100, parágrafo 4º:

As medidas de providências e beneficência serão extensivas aos corpos discentes dos institutos universitários, e nelas serão incluído bolsas de estudos, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se recomendem pela sua aplicação e inteligência, ao auxílio instituído (ESTATUTO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, 1931, p. 22).

Nas palavras do então Ministro da Educação, Francisco Campos, sobre a organização do ensino superior, expressa:

A finalidade exclusiva não há de ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar em qualquer situação as decisões mais convenientes e mais seguras (PILETTI, 1990, p. 78).

A Reforma Francisco Campos se constituiu na primeira tentativa de regulamentação da política de assistência estudantil no Brasil. Esta lei atinge o status constitucional em 1934, e é defendida pelo artigo 157, § 2º, da Carta Magna Brasileira, que estabelece a alocação de recursos para educação. “Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas”. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1934).

O direito à educação pública só aparece ao final do segundo quartel do século XX – Constituição de 1946 – e dentro de forte movimento de educadores e intelectuais de destaque. Outros direitos sociais, como a saúde pública, só foram reconhecidos nas últimas décadas do século XX – Constituição de 1988.

Segundo Sena (1994), a partir da Constituição de 1946, período em que se restabelecia o regime democrático e foi permitido certo desenvolvimento dos movimentos populares, a assistência estudantil passa a ser obrigatória para todos os sistemas de Ensino. O artigo 172 da Carta Magna de 1946 determina: “Cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar”. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1946).

A primeira lei brasileira a estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional em todos os níveis, do pré-primário ao superior, foi a Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. Neste período, com a influência dos pioneiros da Escola Nova, o Ministro Clemente Mariani apresenta Anteprojeto de Lei de Diretrizes de bases, em que a assistência estudantil figura como aspecto de gratuidade escolar. Este Anteprojeto foi encaminhado à Câmara Federal no ano de 1948, mas só é decretada como lei nº 4.024 em 1961, isto é, treze anos depois. Nesta lei – LDB - está contida no seu artigo 3º o seguinte:

O direito à educação é assegurado: II- pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família desta e os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos (LEI DE DIRETRIZES E BASES DE 1961).

Em meados da década de 1960, o governo de João Goulart estabelece a instituição do Programa de Reforma de Base, que incluía a reforma universitária, visando a ampliação de vagas nas universidades públicas e o acesso dos estudantes aos diretivos educacionais.

A partir de 1964, com a entrada do regime militar, traçou-se a política de recuperação econômica. A educação brasileira, da mesma forma que os outros setores da vida nacional, passou a ser vítima de autoritarismo que se instalou no país. Reformas foram efetuadas em todos os níveis de ensino, impostas de cima para baixo, sem a participação dos maiores interessados – alunos, professores e outros setores da sociedade.

Foi nesta década, em 1968, com a promulgação da lei nº 5.540, que o Estado impôs ao ensino superior a Reforma Universitária, tentando atender as reivindicações das décadas anteriores.

Ao lado da contenção e da repressão, que bem caracterizaram essa fase, constatou-se uma aceleração do ritmo do crescimento da demanda social de educação, o que provocou consequentemente, um agravamento da crise do sistema educacional (ROMANELLI, 1986 p. 196).

Isto serviu de justificativa para a assinatura de uma série de convênios entre o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e seus órgãos e a Agência Interamericana de Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID), que se tornaram famosos com o nome de Acordo MEC-USAID. Consistia na implementação de

assistência técnica e cooperação financeira desta Agência à organização do sistema educacional brasileiro.

Na verdade, este projeto MEC-USAID foi uma iniciativa sugerida pelo exterior e não pelo Brasil, tendo como finalidade responder as exigências do mercado, como também propunha substituir a expressão autonomia universitária por auto-sustentar-se gerando lucros, exigindo, posteriormente, o ensino pago.

Em 1970, o governo federal criou, vinculado ao MEC, o Departamento de Assistência ao Estudante – DAE. Consistia no setor de âmbito ministerial com o objetivo de manter uma política de assistência ao estudante universitário, em nível nacional, priorizando os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico, mas foi extinto nos governos seguintes.

Foi a partir desta década que foi criada a maioria das Casas de Estudantes das Universidades Federais do país, que abordaremos posteriormente.

Por volta do final do regime militar, o Brasil se encontrava em uma grande crise, tanto financeira, quanto educacional; 60% da população brasileira estavam abaixo da linha da pobreza, o que evidenciava uma extrema necessidade de mudança no modelo político vigente. Com estes dados podemos perceber que a educação não foi capaz de promover todo o desenvolvimento esperado pela sociedade brasileira e apregoado pelo governo, tornando-se, agora, inevitável a necessidade de se redirecionar a legislação educacional.

Assim, o advento da passagem democrática na sociedade brasileira, nas instituições e noutros setores da sociedade, ocasionou um repensar nas atitudes e ações cotidianas. Neste sentido, na segunda metade da década de 1980, o Ministro da Educação, Marcos Maciel, constituiu a:

Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior Brasileira”, que recomendava a realocação de recursos suficientes para o custeio de um plano nacional de recuperação e conservação de prédios de refeitórios e residências estudantis e criação desses serviços em Instituições de Ensino Superior que ainda não possuíam (FONAPRACE, 1995).

No entanto, esta recomendação não foi concretizada, uma vez que todos os programas de Assistência ao Estudante Universitário vinham sendo mantidos precariamente com recursos próprios das instituições.

Dentre as leis que regulamenta a assistência estudantil, verifica-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 30 II da Lei nº 4.024 de 1961) também

está plenamente recepcionada pela Constituição de 1988, que consagra a educação como dever do Estado e da família (art. 205, “caput”) e tem como princípio a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (art. 206, inciso I). Neste sentido, vemos que a formulação de uma política de assistência estudantil, ou mais especificamente, de moradia estudantil, está amplamente respaldada na Constituição. A falta de verbas para a assistência na Educação Superior Pública está relacionada “à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1996, que retira a responsabilidade em relação à manutenção de programas assistenciais ao nível do ensino superior” (OLIVEIRA apud PAURA, 1997, p. 19).

Com a extinção do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) no final da década de 1980, setor criado para o desenvolvimento da política de assistência estudantil no espaço universitário, as ações de assistência ao estudante ficam fragmentadas pelos recursos já escassos de cada instituição de ensino superior brasileira, que ainda mantém estes serviços.

Considerando a realidade institucional do Estado da Paraíba, a assistência estudantil foi implantada em meados dos anos 70.

O maior volume de recursos da Universidade para a assistência ao estudante, era veiculado para as atividades esportivas, quase que exclusivamente para os jogos universitários, realizados uma vez por ano. O único programa de maior alcance se prendia a concessão de bolsas de trabalho, visando não só atender ao aluno carente, mas também proporcionar-lhe condições de treinamento pré-profissional (COSTA, 1979, p. 03).

A assistência estudantil na UFPB abrangia os sete Campis: João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Cajazeiras, Sousa e Patos. Nestes, eram fornecidos subsídios básicos para o aprimoramento e rendimento acadêmico e o exercício da cidadania.

O então reitor, Lynaldo Cavalcante, sentindo a necessidade de ampliar o atendimento aos estudantes da Universidade Federal da Paraíba, ativou a Fundação José Américo. As atividades e serviços assistenciais passaram a ser realizadas na Fundação para a comunidade universitária – funcionários, professores e seus dependentes e estudantes universitários. Para estes últimos, os serviços sempre foram inteiramente gratuitos. Esta instituição foi criada em 1965 como entidade de direito privado sem fins lucrativos e de caráter civil na forma da lei, reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 3401, de 18 de janeiro de 1966, registrada e

credenciada no Ministério da Educação e do Desporto, com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº 08.667.750/0001-23, com sede e foro na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba.

As atividades realizadas na F.J.A. na década de 1970 eram de: manutenção de alojamentos e de restaurantes, alimentação, apoio didático e produção de hortifrutigranjeiros, bolsas, empréstimos, serviços médicos-odontológicos, serviços de moradia, isenções de taxas de Inscrição do Vestibular e taxa de matrícula para filhos de ex-combatentes. A equipe técnica era formada de médicos, enfermeiros, ginecologista e assistentes sociais. Essas atividades eram desempenhadas para estudantes das Residências Universitárias, quanto para alunos não-residente, porém, com situação socioeconômica precária.

Na produção de hortifrutigranjeiros, a Fundação, em conjunto com a UFPB, desenvolveu convênio para produzir frutas e verduras, nos Campi de Areia e Bananeiras, para abastecer os Restaurantes Universitários.

[...] foram incentivados as áreas de Aviculturas, Serviculturas e Hortaliças cuja produção se destinou aos restaurantes Universitários, e em João Pessoa, foi ativado a produção de doces e sucos, por intermédio do Núcleo de Processamento e Pesquisa de Alimento (NUPPA), da UFPB, tendo o produto também destinado aos restaurantes (COSTA, 1979, p. 08).

A Fundação também mantinha os alojamentos nas Cidades de Areia, Bananeiras e João Pessoa, atendendo a um total de 1104 alunos no início da década de 1970 e ainda desenvolvia os serviços de reprografia, para angariar recursos para a instituição e para dar assistência ao estudante (COSTA, 1979, p. 04).

Para o aperfeiçoamento das Residências Universitárias como parte dos serviços assistenciais ao alunado, além da sua manutenção, foram feitos reparos nos prédios, desde a parte elétrica, hidro-sanitária até a pintura. Para propiciar lazer aos estudantes, foram adquiridos 02 aparelhos de TV em cores, sendo uma para a residência masculina e outro para a feminina. Também continuou a oferecer a alimentação para os restaurantes universitários, assistência médica e odontológica, o apoio em medicamentos, equipamentos médicos e do mesmo modo de convênios com médicos e dentistas e com os hospitais de Areia e Bananeiras. Estes serviços transcorreram entre o período de 1980 a 1984.

No final da década de 1980 e durante a de 1990, uma boa parte das atividades realizadas na F.J.A. foram transferidas para a UFPB e para a COPERVE. Na universidade foi criada uma Coordenação de Apoio e Promoção ao Estudante – a COAPE, responsável pela organização, funcionamento e manutenção das Residências Universitárias e do Restaurante Universitário e a Fundação da assistência médico, odontológica e social à comunidade universitária.

A COAPE¹, órgão vinculado à Pró – Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) é responsável por estabelecer e gerenciar a política da UFPB na área de promoção e assistência ao discente, instituindo ações e programas de natureza acadêmica e comunitária, apoiando e estimulando as formas de organização e representação estudantil, buscando despertá-los para os grandes problemas sociais da Paraíba, do Nordeste e do Brasil.

Essa Coordenação atua no Campus I em João Pessoa, II em Areia e III em Bananeiras e a partir de 2007 no Campus IV – Mamanguape / Rio Tinto, assegurando aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico, contribuindo para aumentar a eficiência e a eficácia do Sistema Universitário, diminuindo a retenção e a evasão, quando decorrentes de dificuldades sócio-econômicas.

A COAPE é responsável por vários programas e convênios, tais como: o programa de alimentação estudantil (PROAE), programa de moradia estudantil universitária (PROMEU), o programa de bolsas de extensão (PROBEX) e o programa de bolsa de trabalho (PROBAD), além da liberação de Transporte: Ônibus e Passagens.

O programa de alimentação estudantil comporta o Restaurante Universitário (R.U.), criado pela Universidade Federal da Paraíba em 16 de Julho de 1960, para atuar servindo à Comunidade Universitária oriunda principalmente do interior do estado da Paraíba. Na época, funcionava no Clube dos Estudantes Universitários (CEU) no Parque Sólon de Lucena - Lagoa, onde atualmente funciona o Cassino da Lagoa, lugar privilegiado e histórico da nossa cidade.

Em 1967, foi construído o novo Restaurante Universitário, na recém inaugurada Cidade Universitária no Conjunto Castelo Branco, onde hoje funciona o DCE da Mata. À medida que os cursos eram transferidos do centro da cidade para a

¹ A COAPE está situada na Reitoria da UFPB – Campus I.

cidade universitária, os alunos passavam a freqüentar o novo RU. Desta data até 1988, existia o pagamento de uma taxa tipo: A, B e C. A clientela era composta de funcionários, professores e estudantes. Com a criação de novos cursos e o desenvolvimento da universidade, surgiu a necessidade da construção de um novo Restaurante Universitário, o qual sua obra foi iniciada em Agosto de 1973, concluída em Setembro de 1974 e inaugurada em Outubro de 1975, local onde funciona o atual RU. A partir de 1988 a alimentação no R.U. passou a ser gratuito apenas para estudantes universitários. No período de 1988 a 1997 os estudantes utilizavam o R.U. apresentando somente a Carteira de Estudante e não era feito cadastramento dos mesmos. No reitorado de Jader Nunes em 1997, foi estabelecido o cadastro para o R.U. aos alunos de baixa renda, regularmente matriculados no curso de graduação. Atualmente só quem pode utilizar o R.U. é o aluno que esteja devidamente cadastrado na COAPE.

Os critérios para ter acesso ao R.U. são: ser aluno de graduação da UFPB matriculado no período letivo com carga horária máxima de 15 créditos; ser aluno de baixa renda² e oriundo de outra cidade, de João Pessoa e da grande João Pessoa; alunos oriundos de escola pública; não ter concluído um curso superior; e pela necessidade acadêmica/horário individual – estudar dois turnos consecutivos. As inscrições para o acesso ao R.U. é realizada no início de cada período letivo, sendo necessário ao cadastramento, apresentar uma série de documentações para a análise socioeconômica e acadêmica. (Ver anexo C).

As fontes de financiamento do RU. procede do Governo Federal. Ele é considerado o único restaurante que fornece refeição gratuita a comunidade universitária no Brasil.

Atualmente a COAPE é responsável pelo cadastramento dos alunos que utilizam os Restaurantes Universitários do Campus I - João Pessoa, Campus II - Areia, Campus III – Bananeiras e o Campus do Litoral Norte – Mamanguape / Rio Tinto³.

A Residência Universitária é um serviço temporário destinado, exclusivamente, a estudantes de curso de graduação de reconhecida necessidade,

² Segundo análise socioeconômica do Serviço Social da COAPE, considera-se baixa renda a condição do indivíduo possuir renda per capita igual ou menor que um salário mínimo. Consultar COAPE/UFPB.

³ Atualmente os Restaurantes Universitários do Campus do Litoral Norte encontra-se em fase de construção. Assim os alunos cadastrados pela COAPE oriundos de outras cidades que residem e estudam neste Campus, recebem um auxílio alimentação no valor de R\$ 100,00 (cem reais) para sua manutenção.

visando o apoio às suas atividades acadêmicas. Tem por finalidade assegurar condições básicas aos discentes para a realização de um único curso graduação, proporcionando aos residentes possibilidades de desenvolver suas potencialidades no tocante à vida acadêmica e sócio-cultural.

O Programa de Moradia Estudantil Universitária (PROMEU), regulamentada pela resolução do CONSUNI nº 10/2002, oferece moradia e alimentação aos alunos de baixa renda.

Os critérios para o acesso ao Programa de Moradia são; ser aluno oriundo do interior do estado, de estados vizinhos e do exterior, (não incluindo as cidades circunvizinhas da grande João Pessoa – Bayeux, Santa Rita e Cabedelo); ser aluno de baixa renda. (Ver anexo C).

As Residências Universitárias estão estabelecidas nos seguintes áreas: no Campus I em João Pessoa, II em Areia, III em Bananeiras e no IV – Litoral Norte elas se encontram em fase de construção, mas os alunos cadastrados neste Campus recebem um auxílio de R\$ 100,00 (cem reais) a bolsa moradia como apoio estudantil.

O programa de Bolsa de Trabalho (PROBAD) tem como objetivo a prestação de assistência técnica na elaboração, acompanhamento e implementação de planos, projetos, pesquisas, levantamentos básicos e treinamento de recursos, nas áreas de conhecimento e interesses comuns, que possam contribuir para o desenvolvimento econômico e sócio-cultural do povo paraibano, desenvolvido com entidades públicas e privadas.

O programa de Bolsa de Extensão (PROBEX) tem como objetivo de consolidar o ensino e a pesquisa, viabilizando a relação entre a universidade e a Comunidade, fundamentada nos princípios da extensão como prática permanente que oportuniza a democratização do saber, o desenvolvimento e organização da sociedade, a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e das suas responsabilidades.

Para ter o acesso à Fundação José Américo, é necessário o cadastramento através da seguinte documentação para o estudante universitário: carteira de estudante, declaração do curso e/ou horário individual atualizados; e funcionários e professores, através da associação e contribuição de uma taxa a título de doação para a instituição, podendo, dessa forma, incluir seus dependentes.

A F.J.A continuou oferecendo serviço de assistência médica, social e odontológica. Até o primeiro semestre do ano de 2003, ainda promovia programas de assistência com recursos do Governo Federal exclusivamente aos estudantes das Residências Universitárias. O programa objetivava desenvolver assistência na área de saúde, através de consultas, exames e medicamentos e farmácia básica fornecidos mensalmente aos estudantes moradores destas residências, denominados de “carentes”. Na segunda metade do ano de 2003, foram cortados os recursos para esta área específica da educação.

Em 2007 o atendimento nesta instituição envolveu o cadastramento a todos os estudantes universitários, (independente de morar na Residência Universitária), da graduação e pós-graduação, atendimento médico, ginecológico, odontológico e psicológico gratuito, bem como a distribuição de preservativos. Observa-se que, com o corte deste programa, diminuiu, consideravelmente, o número de estudantes das Residências Universitárias, o que vem comprovar a necessidade e a importância da aplicação e permanência de programas sociais como este, para o alunado que precisa do apoio técnico, político, social e econômico, para uma formação profissional de boa qualidade, sem deixar apartados dos seus direitos, enquanto cidadãos, como partes integrantes na transformação da sociedade.

É importante ressaltar que, na segunda metade da década de 1980, surgiu um grupo que se interessou em discutir com veemência sobre a assistência estudantil: o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Assistência Estudantil (FONAPRACE), órgão Assessor da Andifes, criado em 1987, tem como finalidade promover a integração regional e nacional das Instituições de Ensino Superior Públicas, visando fortalecer as políticas de Assistência ao Estudante.

O FONAPRACE tem como objetivos:

- garantir a igualdade de oportunidade aos estudantes das instituições de ensino superior públicas na perspectiva do direito social;
- proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na Instituição;
- assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico;

- contribuir na melhoria do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão, quando decorrentes de dificuldades socioeconômicas.

Pode-se perceber que ainda existem pessoas que acreditam na educação de qualidade, interessados em propor para as políticas públicas educacional mudanças e melhoria, lançando propostas aos dirigentes das IFES para o progresso nos parâmetros de bases educacionais.

Também foi criado, já neste século XXI, o Plano Nacional de Educação, aprovado em 10 de Janeiro de 2001, atendendo a uma reivindicação direta do FONAPRACE, que determinou a adoção de programas de assistência estudantil, tais como: bolsa trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico. Contudo, é inegável que as universidades brasileiras encontram limites para cumprir as normas desta lei. Cabe às IES públicas assumirem a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador.

Todavia, a Política de Assistência Estudantil na UFPB hoje ainda é marcada por poucos recursos financeiros, passando a oferecer os serviços assistenciais de formas e contornos bastantes seletistas nos seus programas básicos; de alimentação (restaurantes universitários) e de moradia estudantil (Casas de Estudantes).

A desestruturação da Política de Assistência Estudantil dificulta a permanência das camadas populares no ensino superior, como também compromete a qualidade do desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes que dela necessitam.

Toda esta situação tem suas bases na ausência de uma política de assistência ao estudante em nível nacional, “agravada pela crise das (Instituições Federais de Ensino Superior) IFES e o dismantelamento das políticas sociais pelo Estado” (ROCHA, 1997, p.20), o que determina perdas substanciais dos direitos já conquistados. Citamos como exemplos a grande luta política pela construção de restaurantes universitários e o atual descaso governamental em mantê-los, o que provocou o fechamento de grande parte dos restaurantes nas IFES.

Os limites conjunturais à implementação da assistência estudantil, enquanto direito, aliados ao processo de privatização das universidades federais, proporcionam a redução das oportunidades de acesso universal ao ensino público gratuito.

Com a carência de recursos as IFES, entre seus programas assistenciais, a UFPB tem priorizado o programa de moradia estudantil por ser este responsável pelo atendimento da parcela mais carente dos estudantes da universidade.

A importância da política de moradia estudantil se dá devido à necessidade de uma residência nas proximidades das universidades, possibilitando a permanência dos estudantes que procedem do interior do estado ou de outros estados. Caso esta política não seja assumida com a devida importância que merece, tais estudantes serão impossibilitados de concluir seus cursos nas universidades.

Apesar das diversas dificuldades que perpassam as universidades brasileiras para que elas formem cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade e com a sua transformação, os dirigentes das IFES devem assumir as questões sociais no seu cotidiano, tornando-se espaço de vivência e cidadania.

2.3 A RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA: BREVE HISTÓRICO

As casas de estudantes, de maneira geral, surgiram respectivamente na Europa, no século XII, berço das universidades. Nelas eram abrigados estudiosos oriundos de lugares diferentes. Segundo Arruda e Pilleti (2002, p. 141), foi muito turbulenta a vida dos estudantes, pois,

A maioria era pobre e muitos viviam internos em colégios ou hospícios, internatos que estabilizavam e disciplinavam a vida estudantil. Com o tempo, estes colégios passaram a se constituir em centros de estudos autônomos e era um conselho de nações que definia os rumos da universidade da época.

São poucos os registros sobre a criação das casas de estudantes na literatura brasileira, o que impossibilita um aprofundamento maior sobre o assunto. No entanto, consultas através dos meios eletrônicos via internet sobre a Assistência Estudantil e Casa de Campus, em se tratando do Brasil, obtivemos informações de que a mais antiga casa de estudante do país, está na Universidade Federal de Ouro

Preto – UFOP, criada a partir de 1876 pela necessidade de fixação dos alunos e professores no interior mineiro, na Escola de Minas de Ouro Preto, que tinha os cursos isolados da área de mineração, engenharia e geologia, liderada por Henri Gorceix - Antropônimo (1842-1919), geólogo francês, fundador da Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto (MG).

A questão da moradia só começa a ter relevância dentro da discussão da assistência estudantil, com a promulgação da Constituição de 1946, (década em que a educação foi realmente reconhecida por lei). Neste sentido, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro determina que o governo construirá ou adequará prédio na capital para residência de estudantes do interior reconhecidamente pobres e que cursam estabelecimento em Niterói. Já em São Paulo, no ano de 1948, é construída a Casa do Estudante do Centro Acadêmico XI de Agosto.

Na Paraíba, na gestão do governador José Américo de Almeida (1951-1955), além de suas inúmeras obras em benefício à Paraíba, também apoiou a classe estudantil criando casas de estudantes para dar apoio aos que não tinham condições de pagar a faculdade. Num de seus discursos disse:

Cooperei na construção da Casa do Estudante, aqui e em Campina Grande, oferecendo uma sombra aos que buscam a luz, dando um teto protetor para a democracia do ensino. Assim procedi para que os mais pobres não tivessem limitações, sentindo a falta do que desfrutaram os ricos, menos o pão do espírito, único meio de torná-los iguais, pela escalada social da inteligência, acima de todas as condições e sem divisões de raça (ALMEIDA. J. A., 1972, p. 31).

Porém, foi a partir da década de 1970 que foram criadas a maioria das Casas de Estudantes das Universidades Federais do país, como o Alojamento Estudantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), localizado na Ilha do Fundão. Em Pernambuco, no ano de 1971, é construída uma no campus universitário.

Na Paraíba a casa de estudante foi instituída no bairro de Jaguaribe, chamada Residência Masculina, sendo transferida no ano de 1996 para o Campus da UFPB. A Residência Feminina foi erguida no início do ano de 1970, no Centro de João Pessoa, que, recentemente (ano de 2007), passou a ser chamada de “Residência Universitária Feminina Camponesa e Educadora Elizabeth Altina Teixeira”, em homenagem a esta mulher que é camponesa e educadora, que luta por direitos coletivos e dignidade humana. (Ver anexo D).

As residências universitárias são espaços criados pelo Governo Federal para abrigar estudantes oriundos do interior, que sejam de baixa renda. Este ambiente tem como objetivo facilitar o acesso à universidade e prestar assistência em todos os seus aspectos. Elas definem como necessidades básicas de sobrevivência, visto ser de suma importância para a permanência na universidade, obtenção de conhecimentos e conclusão do curso e, ainda, favorecem aos estudantes universitários que residem nas mesmas o acesso à assistência médica:

As Residências Universitárias possibilitam uma infra-estrutura de acesso e permanência ao ensino superior aos estudantes de baixa renda proveniente do estado da Paraíba (fora da região metropolitana de João Pessoa) ou de outros estados (LIMA, 1999).

Com a reativação da União Nacional Estudantil (UNE), e o fim do Decreto-Lei nº 477, de 11 de Fevereiro de 1969, que proibia manifestações estudantis, foi retomada a luta Pró-Moradia Estudantil. Em 1976, no Rio de Janeiro, foi realizado o I Encontro de Casas de Estudante.

A implementação das moradias, desde a sua instalação, tem representado de enorme importância para os discentes, uma vez que facilita o acesso dos estudantes à universidade. Na verdade, é preciso haver um conjunto de medidas de apoio ao estudante, como forma de estar propiciando o direito à educação. As dificuldades sócio-econômicas que os estudantes das residências universitárias enfrentam diferenciam dos demais discentes, mas os igualam na medida em que ambos possuem o direito ao ensino público, contrariamente a isto a assistência estudantil, seguirá sendo sinônimo de emergência, de improvisação, algo a parte do projeto educacional de formação de profissional.

Ao longo de toda a criação e desenvolvimento político, econômico e social das universidades no Brasil, através de alguns segmentos sociais, da base estudantil, os docentes e representantes do sistema educacional travaram várias lutas e embates para a conquista da educação com qualidade e melhoria do ensino público. Uma delas foi assegurar a assistência estudantil, significando um avanço no acesso à universidade. Neste sentido, a constituição das moradias universitárias para alojar estudantes carentes de outras cidades se faz necessária para possibilitar uma formação acadêmica eficiente, disponibilizando um profissional qualificado para atuar no mercado de trabalho.

CAPÍTULO III

O JOVEM E A UNIVERSIDADE

3.1 O QUE É SER JOVEM

Falar de juventude nos dias atuais é bastante acentuado porque levanta uma série de discussões acerca dos elementos que envolvem este grupo social emergente, e porque é um tema presente nas agendas de desenvolvimento das políticas públicas.

Primeiramente, torna-se crucial estabelecer o significado de juventude para entender todas as implicações e desenvolvimento dos jovens na sociedade e também apreender em que espaço etário, se assim for determinada, esta categoria se insere, para depois situá-la no contexto da universidade e, por último, nas políticas públicas.

A juventude não é uma denominação fechada, limitada em si, ou simplesmente um grupo isolado da sociedade, mas ela tem uma conotação ampla, que engloba vários fatores existentes nas relações sociais.

Neste sentido, a juventude é a fase mais séria da vida humana. As grandes decisões amadurecem entre os 18 a 25 anos, quando se define uma vocação, seja profissional, espiritual, familiar ou social.

A origem da sociedade é concebida através das ações humanas e, desta forma, influencia nas atitudes e comportamentos do indivíduo.

A juventude é construída, do século XIX ao início do século XX, através de instituições preocupadas com a proteção dos indivíduos ainda não maduros e diagnosticados em suas fragilidades, ou através de instituições interessadas na potencialização das capacidades desses indivíduos, como as escolas, as ciências modernas, o direito, o Estado e o mundo do trabalho industrial (GROPPO, 2000, p. 77).

No século XIX os jovens já expressavam opiniões próprias e contrárias às instituições oficiais da época e “até formavam grupos opostos aos aspectos da sociedade capitalista industrial, burocrática e disciplinar que reclamava o ajuste funcional desses jovens” (Id., Ibid., p. 77)

O surgimento destes grupos se deu nos “últimos estágios da Revolução Industrial, a partir de meados do século XIX na Europa, paralelamente ao surgimento da concepção de uma juventude-problema na cultura europeia e norte americana” (EINSENSTADT, 1976 apud GROPPPO, 2000, p. 46).

O conceito de juventude se firma no advento do século XX, no período do pós-guerra:

Assim, a juventude passa a constituir um território próprio, paralelo ao mundo dos adultos, nas escolas, nas comunidades, nos bares, nas discotecas e nas praças. A juventude, com as características atuais, se põe a forjar uma “subcultura juvenil”, demarcando com vestimentas próprias e distintas, com ritmos musicais e culturais diferenciados, a criticar e a reagir contra o estabelecido. As formas e as conseqüências deste processo vão se manifestar diferentemente de acordo com os diversos contextos sociais nos quais estes grupos estão inseridos, ao longo de todo o século (WERTHEIN *et al.*, 2004, p.93).

Para os autores Castro e Abramovay (2002a) o conceito de juventude varia de acordo com a área da ciência que o utiliza e a corrente de pensamento em pauta. Além disso, o que influencia também o conceito de juventude é “o contexto social, histórico e econômico, bem como os critérios de diversidade de raça, gênero e localidade geográfica” (Id, 2002, p. 93).

Para estes autores há uma definição da condição de ser jovem que se remete:

A obtenção da condição de adulto, como uma meta; a emancipação e a autonomia, como trajetória; a construção de uma identidade própria, como questão central; as relações entre as gerações, como marco para atingir tais propósitos e a relação entre jovens para modelar identidades, ou seja, a interação como processo de socialização (Id, *Ibid*, p. 26).

A condição de ser jovem é transitória e se perde na passagem dos anos, assim como é a vida adulta e a velhice. Groppo (2000, p. 13) destaca três momentos básicos do curso da vida social – nascimento (ingresso na sociedade), fase de transição (entre a infância e a juventude) e maturidade (da adolescência à fase adulta) denominações “criadas e depois eliminadas ao sabor das mudanças sociais, culturais e de mentalidade, pelo reconhecimento legal e na prática cotidiana”. Cada termo se refere a um tipo de transformação que o indivíduo passa nesta fase da vida.

Numa visão sociológica, adolescência e juventude aparecem como fases contínuas do desenvolvimento individual – a adolescência ainda mais próxima da infância e a juventude mais próxima da maturidade.

Neste sentido, Adorno (2003) aponta que foi a sociedade ocidental, através das instituições adultas, a responsável pela construção do que se chama atualmente de juventude. São a escola, o exército, a família e a justiça. São instituições históricas e que sofreram transformações ao longo dos anos e que influenciou no comportamento dos jovens. Estas instituições do passado comandam algumas práticas presentes – a crise do papel autoritário dos pais sobre os filhos, o aumento da liberdade juvenil, a ampliação de um mercado e serviços de produtos direcionados aos jovens, o surgimento de uma indústria cultural voltada para o jovem, mudança dos valores, usos e costumes da sociedade.

Ainda citando Groppo (2000), a concepção de juventude tem um significado muito predominante. Para ele a juventude “é um estágio em que o indivíduo cria sua própria identidade e faz parte de uma série de saberes empíricos e científicos, que levam ao moderno conflito entre o papel social oficialmente outorgado à juventude e os comportamentos juvenis desviantes” (Id, 2000, p. 69). Baseando-se na teoria de Karl Mannheim, Groppo a define como uma categoria social e, neste sentido, torna-se uma representação sócio-cultural e uma situação social. O mesmo estabelece uma visão social da juventude, voltada para a sociedade, para as relações sociais, espaço onde se apreende as vivências, os costumes e comportamentos dos jovens:

[...] a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos (Id, 2000, p. 08).

Sendo assim, para o autor o termo juventude significa algo peculiar ao jovem, criado e mantido pelo mesmo ou pela sociedade em que vive.

Novaes (2007) explica que nas sociedades modernas a juventude também passa por limitações na idade e que é entendida “como um tempo de construção de identidade e de definição de projetos de futuro”. Por isso que ela é a etapa da vida mais marcada por indefinição, pois ao mesmo tempo em que se

submete à subordinação da família e da sociedade, também tem grandes expectativas de ter sua liberdade pessoal e profissional.

É nesta fase de sua existência que o jovem passa a se preparar para as diversas dimensões na vida, tais como: responsabilidade com a família própria, inserção no mundo do trabalho, exercício pleno de direitos e deveres de cidadania.

O conceito de juventude vai além de limites etários restritos como: 13 a 20 anos, 17 a 25 anos, 15 a 21 anos, etc., pois não existe uma classe social formada, ao mesmo tempo, por todos os indivíduos de uma mesma faixa etária.

A UNESCO entende os jovens como indivíduos com idade entre 15 a 24 anos. Com a devida salvaguarda de cada país, de acordo com a sua realidade, podem estabelecer sua “faixa etária”. Alguns países como o Japão, chegam a classificar como jovens indivíduos com idade de 20 a 35 anos. Esta mudança para a realidade japonesa é perceptível e legítima, já que o conceito de juventude, enquanto grupo populacional mutável, sofre variação de acordo com o contexto social. A maioria dos trabalhos desenvolvidos pela UNESCO no Brasil, até o presente momento, considera a juventude na faixa etária de 15 a 24 anos de idade.

Segundo Chaves Júnior (1999), há uma polêmica em relação à determinação da faixa etária do ser jovem, mas que é essencial para a afirmação de uma política de juventude. A discussão se torna favorável para efeitos das políticas públicas, para os países latinos americanos e, especialmente, para o Brasil, que é responsável por cerca de 50 % da população jovem, com faixa etária de 15-24 anos, já que serve como dado para os aspectos que nos permitem apreender a idéia de juventude, quais sejam: ingresso no mercado de trabalho, características biológicas e traços culturais marcantes. Porém, é provável aceitar, segundo Chaves Júnior, o grupo de 24-29 anos.

Na concepção de Baeninger (1998), o jovem é aquele inserido na faixa etária entre 10 a 24 anos. O autor divide este grupo em faixas de idades, ficando os seguintes recortes etários: 10 a 14 anos – pré-adolescentes, 15 a 19 anos – jovens adolescentes e 20 a 24 anos – são os jovens adultos.

De outra forma, outras faixas etárias construídas modernamente poderiam ser definidas como a infância, a adolescência e a própria idade adulta.

Trata-se não apenas de limites etários pretensamente naturais e objetivos, mas também, e principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdos que tem importante influência nas sociedades modernas (GROPPO, 2000, p. 08).

Pode-se ver que são utilizadas várias formas para delimitar a juventude, mas, de maneira geral, significa uma tentativa de identificá-la através de comportamentos e atitudes sob influências socioculturais no ambiente que estes jovens vivem.

Apesar dos vários conceitos para delimitar a fase jovem, bem como da constatação da pesquisa do presente estudo em que 71 % dos estudantes moradores das Residências Universitárias estarem na faixa etária entre 21 a 25 anos, concordamos com Groppo (2000) ao afirmar que a juventude vai além da delimitação por idade, mas, ela é resultado da sociedade, da representação sócio-cultural, voltada para as relações sociais, ambiente onde se alcança as vivências e comportamentos dos indivíduos.

Determinar o jovem pela faixa etária é relativo, pois seu comportamento muda de acordo com a classe social, o grupo étnico, a nacionalidade, o gênero, o contexto histórico, nacional e regional, entre outros. Groppo (2000) afirma que a juventude, assim como outras categorias baseadas na faixa etária, tem uma importância crucial para o entendimento, o funcionamento e a transformação de diversas características das sociedades modernas. Ele diz que, acompanhando as mudanças e vivências dos jovens, contribuirá para um melhor entendimento das mudanças na sociedade em diversas áreas como a arte, o lazer, o mercado de consumo, as relações cotidianas, etc.

Abramo (2005) chama a atenção para a indeterminação do termo "juventude" e investiga os sentidos da atual condição juvenil, levando em conta suas diferenças e desigualdades. Ela faz uma crítica à concepção clássica sobre a condição juvenil, que a considera mera fase de vida transitória entre a infância e a fase adulta. A autora (2005, p. 69) enfatiza a necessidade de considerar os atributos socioculturais deste período e lembra que a concepção atual de juventude o aponta como uma fase de proibição, não no sentido de interrupção dos "deveres e direitos da produção, reprodução e participação", mas de "possibilidade de vivência e experimentação diferenciada", nos campos da sexualidade e da educação, dos compromissos e dos encargos. A autora destaca, ainda, que as políticas públicas

deveriam considerar a participação dos jovens como forma de inserção na sociedade que vive.

Nas sociedades contemporâneas as faixas etárias sofreram várias alterações, abandonos, retornos, eliminação e acréscimos ao longo dos dois últimos séculos, como infância, adolescência, juventude, jovem-adulto, adulto, maturidade, idoso, velho, terceira idade e outros. Groppo expõe três concepções de juventude em três áreas diferentes:

As ciências médicas criaram a concepção de puberdade, referente à fase de transformações no corpo do indivíduo que era criança e que está se tornando maduro. – A psicologia, a psicanálise e a pedagogia criaram a concepção de adolescência, relativa às mudanças na personalidade, na mente ou no comportamento do indivíduo que se torna adulto. – E a sociologia costuma trabalhar com a concepção de juventude quando trata do período aberto entre as funções sociais da infância e as funções sociais do homem adulto (GROPPO, 2000, p. 13,14).

É na sociedade que se formam grupos de jovens, traço marcante das suas vivências e, desta forma, passam a construir “identidades juvenis diferenciadas de acordo com os símbolos e estilos adotados em cada grupo em particular, inclusive nos casos em que há coincidência étnica, de classe, gênero e localidade” (Id, Ibid, p. 17).

Os grupos juvenis são caracterizados pelo seu papel na sociedade global, pela sua identidade comum e uma vivência grupal.

Nas sociedades modernas a posição dos grupos juvenis é independente. Eles, quando estão aglomerados, avaliam as pessoas de acordo com seus próprios critérios, diferentes dos valores familiares. Mas Groppo afirma que a mera participação nestes grupos não lhes merece o status pleno. “Isso se explica pelo fato de as sociedades modernas serem extremamente especializadas e orientadas para o desempenho e a realização individual” (EINSENSTADT, 1976 apud GROppo, 2000, p. 47).

Einsensadt, citado por Abduch (2000), profere que os grupos juvenis, embora seja um importante ponto de articulação de sistemas de personalidade e social de seus membros, nem sempre tem um caráter integrativo, ou estão a serviço de promover a integração da personalidade, a solidariedade e a continuidade do sistema social.

Apesar das diferentes orientações de valor, tanto da sociedade quanto dos grupos juvenis, estes são ambivalentes porque insistem em mostrar suas diferenças em relação aos adultos e oporem-se aos papéis sociais oferecidos. Os jovens se esforçam para se comunicarem e serem reconhecidos pela sociedade global.

O autor também identifica outros tipos de grupos juvenis que se destacavam na Europa, como os delinquentes, os boêmios e os radicais tidos como uma concepção negativa de juventude anti-social, merecendo impor regras e disciplinas para não desestruturar a sociedade.

Neste tipo de grupo juvenil os jovens eram considerados como grupos generosos e, ao mesmo tempo, perigosos para a ordem política e social. Os delinquentes têm sua origem nas classes urbanas operárias, pobres ou desempregadas. A delinquência está relacionada às causas sócio-econômicas. “Eles formavam gangues de ruas e tinham raízes locais – seus nomes referiam-se ao bairro ou rua de onde provinham seus membros – e pareciam ter raízes também nas tradições de revolta e resistência das classes pobres” (HUMPHRIES, 1984 apud GROppo, 2000, p. 95). Os boêmios tinham uma postura de desprezar o trabalho, tinha a preocupação apenas com o presente, mantinha resistência à ordem e à disciplina e cultivava as religiões orientais, comportamentos totalmente contrários ao sistema.

Já os movimentos revolucionários, segundo Groppo (2000, p. 91), os radicais foram a primeira expressão de uma vontade de definir os “jovens” ou a “juventude” como os agentes da modernidade (ao lado ou no lugar do povo ou do “proletariado”).

Existem grupos juvenis destacados pela classe social a que pertence e pela localidade, espaço onde vivem e sofrem várias influências. Há também outros grupos juvenis com características particulares e específicas. Segundo Werthein *et. al.* (2004, p. 26), um dos grupos juvenis – o único que era socialmente reconhecido até os anos de 1970 – é o dos estudantes universitários e do ensino médio.

Foram os movimentos estudantis tradicionalmente os protótipos de juventude e, durante décadas, o único setor de jovens que participou no cenário social e político na qualidade de ator, em particular no enfrentamento das ditaduras e na busca de sociedades mais democráticas, assim por mudanças sociais.

Outro tipo que se destaca é o engajado em organizações não-governamentais e de base comunitária ligada a movimentos culturais. E nestes há os grupos de jovens afro-descendentes, que lutam contra a discriminação e por uma identidade racial. Isto significa que a juventude é uma construção social relacionada com as diversas formas de ver o outro, pelas suas diferenças, estereótipos e situações de classe, gênero, raça, entre outras.

Nas sociedades modernas ser jovem parece significar plenitude com o oposto de vazio, possibilidades amplas, valorização da aparência. Ou seja, a vida social é compartilhada pelas experiências vividas no cotidiano através de relacionamentos, linguagem e regras. Então, estas experiências se tornam realidades construídas com representações e relacionamentos e são essenciais à vida do jovem.

Nela a juventude ganha uma conotação diferenciada das sociedades tradicionais. Nesta os jovens têm a preocupação de se engajarem num grupo etário para formarem uma nova identidade e pertencerem a um novo grupo, além de participarem da família, diferentemente dos jovens da modernidade que não se baseia na unidade de parentesco e as ações tendem para o individualismo.

Desta forma, por estar a modernidade em contínuas transformações sociais, há uma interferência direta no cotidiano da sociedade e, conseqüentemente, dos jovens, porque se configura como:

O processo da racionalização das esferas sociais (a economia, política, cultura, religião etc.), a burocratização dos domínios da atividade humana e o desencantamento do mundo (secularização e abandono das explicações e concepções mágicas da vida) (WEBER apud GROPPPO, 2000, p. 33).

O modo pelo qual a juventude se apresenta de maneira impar, egocêntrica, explica-se pela forma universalista que a sociedade moderna lhe proporciona.

Segundo Groppo (2000), as sociedades modernas são os tipos mais puros de sociedade “sem parentesco”, em que há uma separação da vida familiar em relação às outras esferas institucionais. Os papéis de pais e filhos – típicos da vida familiar – estão separados dos demais, representados nas principais esferas da vida adulta.

Castro e Abramovay (2002a, p. 24) relatam que os jovens do atual século XXI experimentam um processo de “adultização” acelerado, estando exposto a grandes vulnerabilidades sociais e múltiplos desafios. “São os jovens – talvez mais do que qualquer outro grupo populacional – que enfrentaram as maiores incertezas e os riscos advindos do processo de globalização” (Id, Ibid).

Vê-se ainda hoje jovens passarem por grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho, podendo ser pela falta de oportunidade ou de experiência profissional.

Nos dias atuais a condição de ser jovem é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social, dos níveis de renda, das disparidades socioeconômicas entre campo e cidade, entre regiões do mesmo país, entre países, entre continentes e hemisférios.

Há que se considerar que os jovens já são atores presentes em nosso meio e, como confirma Castro e Abramovay (2002a, p.103), “terão uma validade central nos próximos vinte anos e, por isso, deve ser atendido prioritariamente nas duas últimas décadas”. Isso explica a importância deste setor populacional para o desenvolvimento social e sua relevância para a percepção dos grandes desafios coletivos.

3.2 AS GERAÇÕES E A JUVENTUDE

Na sociedade moderna as gerações juvenis se apresentaram de forma marcante na sociedade nos anos sessenta, e se diferenciavam por comportamentos externos, ou seja, a mudança era decorrente de uma ocorrência social, política e cultural, vigente no momento vivido como a geração coca-cola, os caras pintadas, entre outros.

Apesar de serem utilizados como equivalentes, o entendimento concreto dos grupos de idade e sua diferença com a definição de geração é fundamental para a compreensão do papel da juventude nas sociedades pós-modernas.

Segundo Chaves Júnior (1999, p. 42), “o que distingue uma geração de outra não seria meramente a faixa etária que as delimita, mas principalmente o conteúdo que ela simboliza que atua como elemento de distinção das demais gerações”, ou seja, é aquela que desenvolve traços marcantes na história da

sociedade. Ele enfatiza que determinados fenômenos culturais acabam concebendo diferentes grupos etários e, por consequência, uma geração inteira.

[...] Cada geração traz características e marcas próprias, compartilhadas por todo o universo social, devendo observar-se que as gerações não se apresentam sob a égide de determinado grupo, mas com referência a todos os grupos que formam o conjunto social (Id., 1999, p. 42).

Nesta esteira, cada geração teria um sentido próprio vindo das vontades dos indivíduos e das tendências de natureza política, econômica e cultural. “As atividades de cada geração e as mudanças de conteúdo seriam “sintomas” e apontariam para as mudanças de sentidos de uma geração para outra” (Id. Ibid., p. 43). As mudanças externas ao indivíduo acabaria por influenciá-lo na sua cultura e na sua vida como um todo.

Na verdade, são os jovens que imprimem os mais marcantes símbolos geracionais, por suas condutas, discordância com a ordem vigente, manifestações culturais e exposição às problemáticas sociais, o que diferencia estes dos demais grupos, pois ao mesmo tempo em que possui condições de mudar a ordem vigente, revelam um potencial para mostrar as pretensões do seu universo social. “Dentro do conceito de geração, a juventude seria o grupo etário responsável por determinar, de forma mais veemente, o ritmo da história” (Id., Ibid., p. 43).

Já Groppo (2000, p. 19) lança o conceito de geração, do ponto de vista sociológico, através da definição de Karl Mannheim, como um “fato coletivo”, “como uma forma de situação social. Ou seja, analogicamente ao conceito de juventude, a unidade de uma geração não é um grupo concreto como família, tribo ou seita como é o caso de juventude”. A geração é uma posição de classe de um indivíduo na sociedade, isto é, de uma situação comum dentro do sistema econômico e de poder. A situação de geração é baseada na existência de um ritmo biológico na vida humana. Ela poderia ser considerada uma vivência social criada a partir de um fundamento natural para explicar a forma de ela se apresentar na sociedade.

Chaves Júnior (1999) cita alguns movimentos de juventude, um deles data de 100 a.C. Era uma organização de jovens que protestavam contra a forma de governo de Marco Túlio Cícero. Um outro movimento foi criado pelo ditador Adolf Hitler, na imposição e proliferação da sua doutrina e domínio social. Segundo Chaves Júnior (1999, p. 43), “Ele se valeu do potencial dos jovens, assim como

inúmeros outros chefes de Estado, da pior forma possível: como elemento de propagação e violência”.

A manifestação social encontra na juventude seu tom mais forte e, quando é marcada de maneira confusa, pode gerar conflitos, crises, instabilidades e desagregação social.

3.3 O JOVEM E A UNIVERSIDADE

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é uma instituição pública de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), e tem uma quantidade numerosa de jovens ocupando os espaços físicos das salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, refeitórios, entre outros. A universidade possuía, no ano de 2007, um total de 19.420 alunos matriculados. A oferta de vagas para ingresso de alunos de graduação foi de 4.269 e, para alunos de pós-graduação, 696. Os alunos considerados de baixa renda estão relacionados aos programas das Residências Universitárias e do Restaurante Universitário, devidamente cadastrados. Soma-se um número aproximado de 1.300 alunos.

No ano de 2004 o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) realizou estudos que demonstram que o perfil socioeconômico da sociedade brasileira está reproduzido no perfil dos alunos das IFES. Este trabalho identificou as dificuldades socioeconômicas de uma parcela significativa do segmento estudantil como uma das causas da evasão e da retenção.

Questões como moradia, alimentação, manutenção, meios de transporte e saúde tornam-se demandas primordiais para garantir a permanência destes estudantes nas IFES. O FONAPRACE realizou pesquisas nacionais para traçar o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação das IFES entre 2003 e 2004. Contou com a participação de 88,68% das 52 IFES brasileiras. Para traçar o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, que representou um universo de 469.378 estudantes destas instituições, foi adotado o critério da Associação Nacional de Empresa de Pesquisa (ANEP). Constatou-se que 43% dos estudantes pertenciam às categorias de baixa renda – categorias que englobam alunos provenientes de famílias cujos chefes têm atividades ocupacionais que exigem pouca ou nenhuma escolaridade, cuja renda familiar média mensal é de no máximo R\$ 927,00.

As condições socioeconômicas dos estudantes de graduação das IFES refletem uma realidade semelhante àquela a que é submetida a população brasileira.

Em condições contrárias, o desempenho acadêmico é desigual. Os brasileiros tidos como pobres apresentam baixa qualificação, decorrente da baixa escolaridade. Os estudantes das classes de baixa renda não dispõem de recursos para suprirem suas necessidades básicas e, ainda menos, para as despesas típicas de um universitário. Para o desempenho do seu papel social o estudante precisa de livros, equipamentos de aprendizagem prática, acesso à informação, participação em eventos acadêmicos e culturais. Soma-se a essas desvantagens o baixo capital cultural representado pela insuficiência de acesso à cultura como e até mesmo ao estudo de uma língua estrangeira.

Os dados ainda revelam que os jovens na idade entre 18 e 24 anos se encontram sem acesso ao ensino superior. Este fato é decorrente da precária condição sócio-econômica do aluno, em necessitar trabalhar para obter seu sustento e da família. Os alunos que ingressam na universidade apenas têm como alternativa realizar o curso no horário noturno, como forma de obter um diploma acadêmico e ter uma melhoria de vida. Apesar do vigor que os jovens possuem de aprender, de buscar qualificação, vêem-se as dificuldades que passam para obter um espaço no mercado de trabalho.

Os jovens que estão saindo da universidade com sua formação acadêmica não encontram possibilidades de trabalho por que não tem experiência profissional.

Segundo o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Roberto Henrique Sieczkowski Gonzalez, tem-se como fator grave o jovem tentar o ingresso no mercado de trabalho e não conseguir:

Existem argumentos de que o desemprego é consequência de alta rotatividade, e que esta seria uma característica do jovem que está tendo sua primeira experiência no mundo do trabalho, como forma de acumular conhecimento e experiência (GONZALEZ apud AQUINO, 2008, p. 26).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/2006), divulgada no ano passado, enquanto apenas 26,6 % das meninas e meninos de 18 a 24 anos pertencentes às famílias com menor renda per capita

estudam (em qualquer nível de ensino, inclusive o superior), nas famílias que detêm a maior renda per capita, 52,5 % dos jovens tem acesso à educação formal.

Isto se reflete no ensino educacional público arcaico e desqualificado que ainda temos no Brasil, apesar da elaboração das novas diretrizes curriculares nacionais em fins dos anos 1990, em que apenas os estudantes com maior renda com possibilidades de estudar em colégios particulares têm acesso a uma educação eficiente e completa, que prepara o aluno para concorrer a uma vaga na universidade e/ou num curso profissionalizante.

Destacamos também na pesquisa do PNAD que o número relevante de jovens estudando em qualquer nível de estudo se explica pela necessidade de sobrevivência em ter que trabalhar para sustenta a família, impossibilitando a continuidade dos estudos primários.

Segundo matéria de Cristina Fernandes do Jornal Correio da Paraíba em junho de 2008, o acesso à universidade ainda é restrito para quem não tem poder aquisitivo elevado. Pesquisa revela que “apenas 8,1 % dos jovens da Paraíba estão na universidade”. A universidade ainda é privilégio de poucos na Paraíba. Dos 540 mil jovens que têm idades entre 18 e 24 anos e deveriam estar no ensino superior, apenas 8,1 % freqüentam alguma universidade e a dificuldade de acesso ao ensino superior é maior para os paraibanos de baixa renda vindos de escolas públicas.

Em entrevista cedida ao Jornal Correio da Paraíba, o Pró-Reitor de Graduação da UFPB, Umbelino Freitas, explica que “[...] a dificuldade de acesso à universidade atinge a população carente de qualquer cor e raça, que sofrem conseqüência a longo prazo: a baixa condição econômica”.

Em relação às cotas, a universidade já começou a discutir e também a implantar sistema deste tipo para alunos vindos de escolas públicas, no ano de 2007. Das quatro universidades existentes no estado da Paraíba, apenas uma, a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), começou a implementar.

O Pró-Reitor de Graduação da UFPB em 2007 expôs que foi apresentado aos centros de ensino uma proposta sobre cotas para o ingresso na UFPB de estudantes. Nestas seriam destinadas 50% das vagas dos cursos de graduação para alunos que tenham cursado integralmente os ensinos fundamentais e médios em escolas públicas da Paraíba. Dentro dessa cota, 20% das vagas seriam destinadas aos alunos que se declararem negros ou pardos; 2,5% para a população

indígena, 2,5% aos estudantes de comunidades quilombolas e 5% para alunos deficientes.

O Pró-Reitor concluiu, após um estudo feito na universidade, que havia poucos alunos negros, deficientes e vindo de escolas públicas nos cursos de graduação, principalmente nos cursos mais concorridos, como: Direito, Medicina, Odontologia e Engenharia. Este assunto torna-se polêmico entre os jovens universitários e divide opiniões.

A política de cotas deve levar em consideração dois grandes problemas: a desigualdade socioeconômica e a questão racial. Para o Pró-Reitor, a principal é a socioeconômica, pois o acesso à universidade atinge a população de baixa renda de qualquer cor e raça. Ele diz que a maioria da população carente é composta por negros e índios que foram, historicamente, excluídos e não tiveram oportunidade de estudar.

O que se quer levar em consideração, com esta temática de cotas, é que os indivíduos de baixa renda tenham a oportunidade de cursar uma universidade, para que seja cumprido o exercício de cidadania e a efetivação dos direitos inerentes ao ser humano. Além do problema do ingresso na universidade, outro que se enfrenta é o de permanecer nela. Algumas universidades apresentam em seu programa de apoio ao alunado uma política de assistência estudantil, passando a oferecer moradias para estudantes carentes vindos de lugares distantes da universidade. Mas não basta apenas conceder a estrutura física, o apoio aos estudantes deve englobar políticas de inclusão social que alcancem um ensino de qualidade. A mudança deve começar na educação básica, de melhorar o ensino fundamental e médio das redes públicas, para que o aluno possa competir igualitariamente com aqueles da rede privada de ensino.

Lúcia Pinheiro, em matéria na revista “Desafios” (2008), aponta as principais carências da juventude brasileira neste início de século: uma educação pública de qualidade voltada para a qualificação e inserção no mercado de trabalho; democratização do acesso ao esporte, lazer e cultura, às tecnologias de informações e comunicação; e mais segurança.

Portanto, é necessário vislumbrar com atenção e compromisso a questão da juventude, para que, num futuro próximo, possa-se construir uma sociedade mais justa e igualitária, com educação de qualidade e com crescimento sócio-político-econômico favorável aos jovens brasileiros.

Torna-se imprescindível conhecer os jovens e saber o que eles querem e esperam da educação, pois a geração de jovens vai além da dimensão biológica, mas engloba dimensões psíquicas, cognitivas, culturais e socioeconômicas.

Construir uma educação de qualidade voltada aos jovens sugere, entre outras coisas, uma aproximação com seu universo próprio, aprender com eles, de descobri-los e encontrar a resposta para entrar no seu universo cultural e ajudá-los a ampliar e enriquecer este universo, incluindo-os como membros plenos da sociedade.

CAPÍTULO IV

OS ESTUDANTES DA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA DA UFPB

4.1 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

O interesse pelo presente estudo ocorreu a partir da nossa experiência profissional na Fundação José Américo como Assistente Social, através de contatos diários com os estudantes moradores das Residências Universitárias, que freqüentavam com assiduidade esta instituição à procura de assistência médico-odontológico e social. Ao longo dos atendimentos surgiu uma inquietação a respeito de como viviam estes estudantes, como é o seu dia-a-dia na Residência e na vida acadêmica na Universidade Federal da Paraíba. Estudar a realidade dos estudantes moradores das Residências Universitárias da UFPB, particularmente à assistência estudantil, é o nosso objeto de estudo.

Em João Pessoa existem duas Residências Universitárias, uma localizada no Centro da cidade, que comporta somente estudantes do sexo feminino, e outra no do Campus Universitário, com estudantes do sexo masculino e feminino. É a chamada Residência Mista. Segundo a COAPE (2007)⁴, constam nestas casas um número aproximado de trezentos estudantes. Há um fluxo permanente de entrada e saída de estudantes, em razão do prazo limitado⁵ de permanência.

Segundo a Resolução nº 10/2002⁶, em seu Título II, que trata sobre a Residência Universitária e sua finalidade, no artigo 2º expõe que: “A Residência Universitária, masculina e feminina, é um serviço temporário oferecido pela UFPB, destinado, exclusivamente, a estudantes de cursos de graduação de reconhecida necessidade, visando ao apoio às suas atividades acadêmicas”. Um dos critérios para o estudante requerer sua inscrição é comprovar que não reside no município ou na região metropolitana em que estiver localizada a Residência Universitária, na qual concorre a vaga.

Entrevistamos 24 estudantes do sexo feminino masculino, na faixa etária entre 21 a 25 anos, representando 10% dos universitários moradores das

⁴ “Perfil dos Estudantes das Residências”, 2007. Consultar pelo site: [HTTP://www.ufpb.br](http://www.ufpb.br).

⁵ Coincidindo com o tempo de duração de cada curso universitário.

⁶ Trata sobre o Regimento Interno do Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Paraíba.

Residências Universitárias. A pesquisa foi realizada entre os meses de maio e junho do ano de 2007.

Utilizamos como instrumento de coleta o formulário composto de perguntas abertas e fechadas. A aproximação com os estudantes ocorreu através de contato com um deles, que freqüentemente procurava a Fundação. Este se mostrou bastante acessível a nos auxiliar. Combinei para encontrá-lo na Residência do Campus, onde seria o desenvolvimento do estudo. Ele passou a ser o facilitador dos contatos com os demais estudantes da casa (Residência Universitária).

Na aplicação da pesquisa nos apresentamos e falamos do objetivo da mesma, enfatizando que a participação deles era voluntária, apenas participava quem quisesse e, para não haver nenhum transtorno, elaboramos um termo de consentimento e entregamos aos participantes. O documento informa o objetivo da pesquisa e a livre escolha de participar ou não da mesma. Alguns deles indagaram se a nossa pesquisa tinha alguma ligação com a Coordenação de Apoio e Promoção Estudantil (COAPE), órgão responsável pelas Residências Universitárias, pois alguns se mostraram avessos aos profissionais que trabalham lá. Respondemos que não, que a pesquisa é um trabalho acadêmico, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB, e que estávamos ali como estudantes-pesquisadores, e não como profissional da Fundação (Assistente Social).

Ao iniciarmos a pesquisa fomos bem aceitos no seu ambiente, mas percebemos algumas vezes olhares e gestos de desconfiança, como se estivéssemos invadindo seus espaços. A maioria dos estudantes que se disponibilizou a participar não quis que fizéssemos uso do gravador, alegando que não se sentiriam à vontade. A escolha dos participantes ocorreu a partir da indicação de um estudante e, assim, consecutivamente, até considerarmos que as informações eram suficientes para o entendimento do nosso objeto.

A primeira entrevistada permitiu que fosse gravada a sua fala, mas o tempo de duração foi curto. Porém, somente esta aceitou. Os outros estudantes preferiram responder mais à vontade em seus quartos, para depois nos entregarmos. Para receber as entrevistas foi necessário irmos várias vezes nas Residências Universitárias, tanto a localizada no Campus, quanto a do Centro.

Ao longo das idas e vindas nas Residências estreitamos laços de amizade com alguns estudantes, de tanto freqüentarmos o seu ambiente. Algumas vezes nos ofereciam lanches, deixando-nos muito à vontade.

Abaixo sintetizamos algumas características dos estudantes entrevistados. Em seguida, analisamos os dados, organizando-os em gráficos e tabelas.

4.2 OS ENTREVISTADOS⁷

1. Alice: 24 anos, solteira, estudante de graduação, curso de Turismo, CCHLA, está há três anos na Residência Universitária; considera a residência como um lugar de passagem, para ela existe muita burocracia no atendimento médico ao estudante residente.
2. Beatriz: 23 anos, solteira, estudante de graduação, curso de Química Industrial, CCEN, está há três anos e cinco meses na Residência Universitária; considera a residência como uma casa que lhe acolheu, a assistência estudantil oferecida resume-se ao atendimento médico na Fundação José Américo.
3. Carla: 23 anos, solteira, estudante de graduação, curso de Ciências Econômicas, CCSA, está há três meses na Residência Universitária; considera a residência como uma única alternativa para morar e por isso, tornou-se sua casa, avalia que a assistência existente é o atendimento médico da Fundação José Américo e a carteira de estudante gratuita, pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE).
4. Daniel: 26 anos, solteiro, estudante de graduação, curso de Serviço Social, CCHLA, está há oito meses na Residência Universitária; considera a residência como uma casa e única opção de moradia em João Pessoa, a assistência estudantil resume-se no atendimento médico na Fundação José Américo.
5. Eliane: 25 anos, solteira, estudante de pós-graduação em Ciências Econômicas, CCSA, está há seis anos e nove meses na Residência Universitária; considera a residência como melhor local porque dar oportunidade para concluir um curso superior, a assistência estudantil oferecida é o atendimento médico da Fundação José Américo e a feira básica.

⁷ Os nomes são fictícios para preservar a identificação do (a) entrevistado (a).

6. Fábia: 28 anos, solteira, estudante de pós-graduação em Química, CCEN, está há seis anos na Residência Universitária; considera a residência como um segundo lar que oferece suporte básico para realizar os estudos, a assistência estudantil refere-se a alimentação através do Restaurante Universitário (RU) e a assistência médica da Fundação José Américo e do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW).
7. Geralda: 22 anos, solteira, estudante de graduação, curso de Comunicação Social, CCHLA, está há quatro anos na Residência Universitária; considera a residência como um suporte para estudar, a assistência estudantil refere-se a moradia, a alimentação através do RU, atendimento médico e gratuidade no curso de língua estrangeira oferecido pela UFPB.
8. Helen: 24 anos, solteira, estudante de graduação, curso de Geografia, CCEN, está há um ano e onze meses na Residência Universitária; considera a residência como uma oportunidade para estudar, mas que deixa a desejar, a assistência estudantil refere-se à alimentação precária através do RU.
9. Iara: 26 anos, solteira, estudante de graduação, curso de Engenharia de Alimentos, CT, está há quatro anos e seis meses na Residência Universitária; considera a residência como um abrigo e amparo para pessoas que necessitam de um local para estudar e também é voltada para pessoas de baixa renda, a assistência estudantil refere-se à alimentação e a assistência médica.
10. Joseane: 21 anos, solteira, estudante de graduação, curso de Arquitetura e Urbanismo, CT, está há seis meses na Residência Universitária; considera a residência como sua casa, a assistência estudantil oferece a alimentação através do RU, a assistência médica da Fundação José Américo e a feira básica.
11. Lúcio: 29 anos, solteiro, estudante de graduação, curso de Química (Bacharelado), CCEN, está há cinco anos na Residência Universitária; considera a residência como um local de apoio destinados a estudantes carentes do interior do Estado da Paraíba ou de outros Estados da Federação e de outros países, a assistência estudantil oferece oportunidade para o estudante concluir o curso superior e para a ascensão profissional.

12. Marcos: 21 anos, solteiro, estudante de graduação, curso de Física, CCEN, está há dois anos na Residência Universitária; considera a residência como um lugar para conclusão do curso, a assistência estudantil resume-se a alimentação no RU.
13. Noel: 23 anos, solteiro, estudante de graduação, curso de Engenharia Civil, CT, está há três anos e seis meses na Residência Universitária; considera a residência como sua segunda casa, uma oportunidade, um suporte importante, considera a assistência estudantil a moradia e a alimentação.
14. Otávio: 24 anos, solteiro, estudante de graduação, curso de Matemática, CCEN, está há quatro anos na Residência Universitária; considera a residência como um apoio estudantil de péssima qualidade, a assistência estudantil é oferecida através de condições subumanas.
15. Paulo: 20 anos, solteiro, estudante de graduação, curso de Turismo, CCHLA, está há mais de três meses na Residência Universitária; considera a residência como sua casa, pois sem ela não conseguiria estudar, a assistência estudantil não é oferecida.
16. Quebec: 24 anos, solteiro, estudante de graduação, curso de Psicologia, CCHLA, está há dois anos e seis meses na Residência Universitária; considera a residência como seu segundo lar, a assistência estudantil refere-se ao curso de extensão, carteira de estudante, alimentação e moradia.
17. Roberto: 32 anos, solteiro, estudante de graduação, curso de Biblioteconomia, CCSA, está há três anos na Residência Universitária; considera a residência como um meio de acesso e permanência na universidade, a assistência estudantil resume-se a alimentação através do RU.
18. Sérgio: 23 anos, solteiro, estudante de graduação, curso de Química Industrial, CCEN, está há três anos na Residência Universitária; considera a residência como um lugar ideal para quem quer estudar, a assistência estudantil oferece condições básicas como alimentação, livros antigos e computadores.
19. Túlio: 24 anos, solteiro, estudante de graduação, curso de Física (Licenciatura), CCEN, está há um ano na Residência Universitária; considera a

residência como um ambiente coletivo objetivando reintegrar o estudante de baixa renda na universidade, não tem assistência estudantil.

20. Ugo: 24 anos, solteiro, estudante de graduação, curso de Farmácia, CCS, está há quatro anos na Residência Universitária; considera a residência como um ambiente coletivo onde se encontra pessoas de todos os tipos, a assistência estudantil não é oferecida.

21. Valter: 23 anos, solteiro, estudante de graduação, curso de Biblioteconomia, CCSA, está há três anos e seis meses na Residência Universitária; considera a residência como o passaporte para conclusão do curso, a assistência estudantil oferecida resume-se a bolsa de extensão, monitoria.

22. Ximena: 25 anos, solteira, estudante de graduação, curso de Serviço Social, CCHLA, está há dois anos na Residência Universitária; considera a residência como uma janela de oportunidade, a assistência estudantil refere-se a alimentação e assistência médica.

23. Zélia: 23 anos, solteira, estudante de graduação, curso de Psicologia, CCHLA, está há oito meses na Residência Universitária; considera a residência como uma oportunidade de crescimento, a assistência estudantil resume-se a assistência médica.

24. Wilma: 29 anos, solteira, estudante de graduação, curso de Geografia, CCEN, está há seis meses na Residência Universitária; considera a residência como uma forma apoio, a assistência estudantil refere-se a alimentação e a assistência médica.

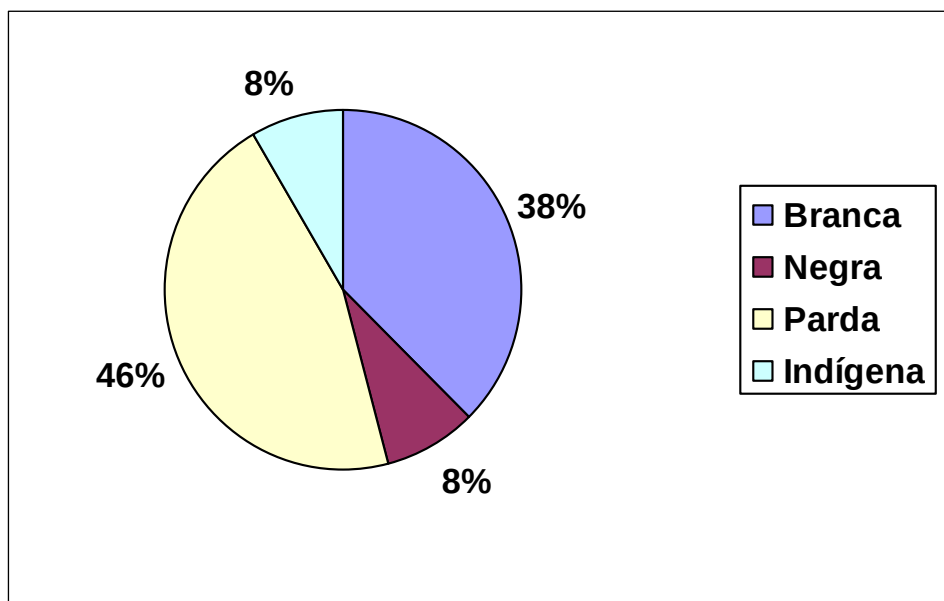
4.3 PERFIL DOS ESTUDANTES DA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Entrevistamos a mesma quantidade de estudantes, tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino. A maioria deles se considera de cor parda, 46%, a cor branca foi citada por 38%, apenas 8% se declararam de cor negra. Estes números refletem o que já é conhecido no Brasil, onde uma minoria, 17%⁸ de cor negra, consegue chegar à universidade. Em relação à idade, a maioria, 71%,

⁸ Dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) entre 1996 a 2006.

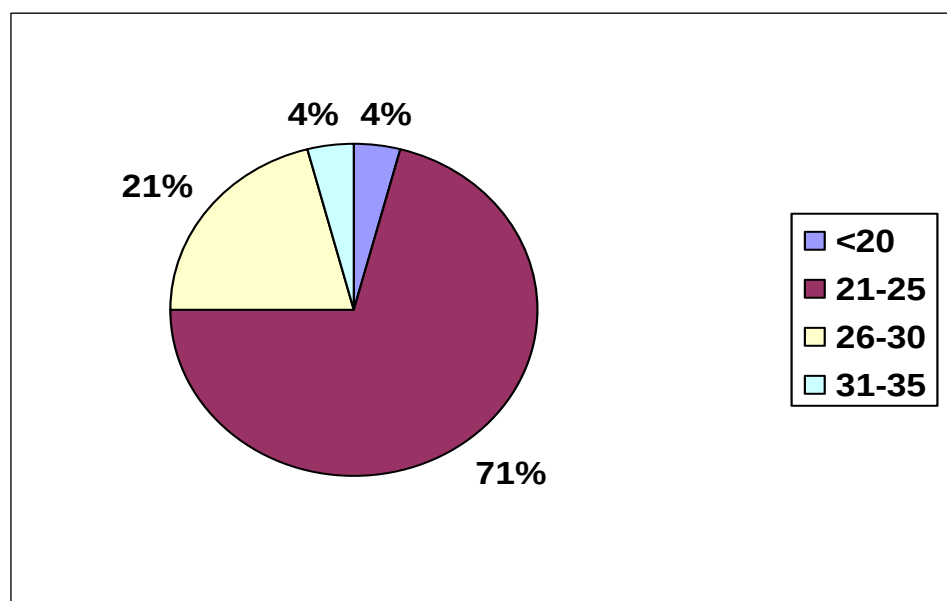
concentra-se na faixa etária entre 21 a 25 anos. Destes estudantes 75% são oriundos da zona urbana, vindos do interior do Estado da Paraíba, Ver gráficos abaixo.

Gráfico 1 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo a cor. João Pessoa – PB – 2007.



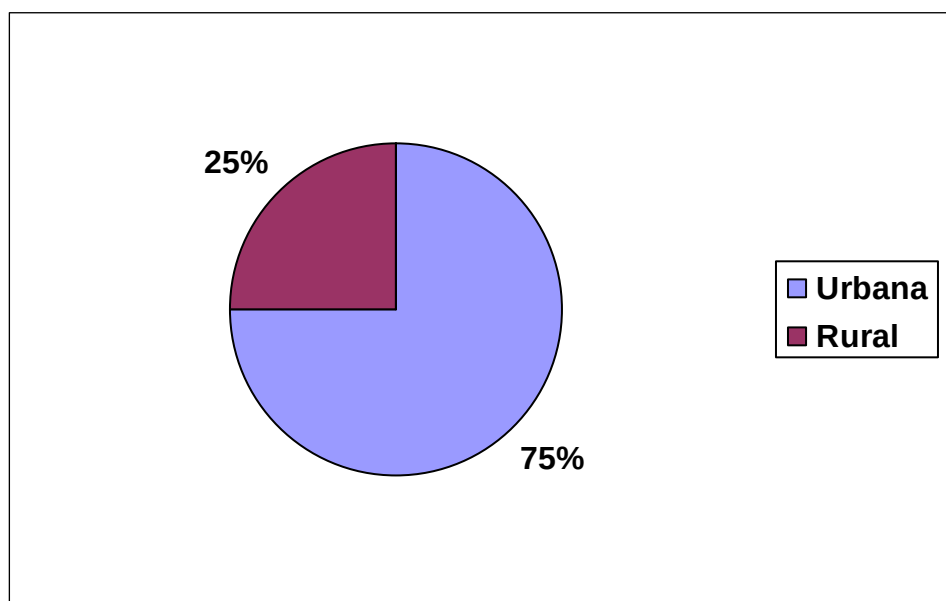
Fonte: Primária

Gráfico 2 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo a faixa etária. João Pessoa/PB: 2007.



Fonte: Primária

Gráfico 3 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo a procedência urbana e rural. João Pessoa/PB: 2007.



Fonte: Primária

4.4 OS ESTUDANTES E SUA FAMÍLIA

Segundo as informações sobre os pais dos entrevistados, observamos que a maioria tem formação inadequada, pois 70,8% tanto das mães quanto dos pais não concluíram o Ensino Fundamental. Em relação ao pai, o percentual atinge 83,3 quando nos referimos aos que nunca freqüentaram a escola. Em relação ao ensino superior, apenas 4,2% das mães fizeram pós-graduação e 4,2% dos homens concluíram o curso universitário. Apesar da pouca instrução da maioria, isto não foi obstáculo para que os filhos chegassem à universidade. Podemos verificar na tabela abaixo:

Tabela 01 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo escolaridade dos pais. João Pessoa – PB – 2007.

ESPECIFICAÇÃO	ESCOLARIDADE DO PAI		ESCOLARIDADE DA MÃE	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Não freqüentou a escola	03	12,5	-	-
Ensino Fundamental (1º grau) incompleto	16	70,8	17	70,8
Ensino Fundamental (1º grau) completo	01	4,2	02	8,3
Ensino Médio (2º grau) incompleto	-	-	01	4,2
Ensino Médio (2º grau) completo	01	4,2	02	8,3
Curso Universitário incompleto	-	-	-	-
Curso Universitário completo	01	4,2	01	4,2
Pós-Graduação (mestrado e/ou doutorado)	-	-	01	4,2
Não sabe informar	02	8,3	-	-
Total	24	100,0	24	100,0

Fonte: Primária

4.4.1 Ocupação e renda dos pais

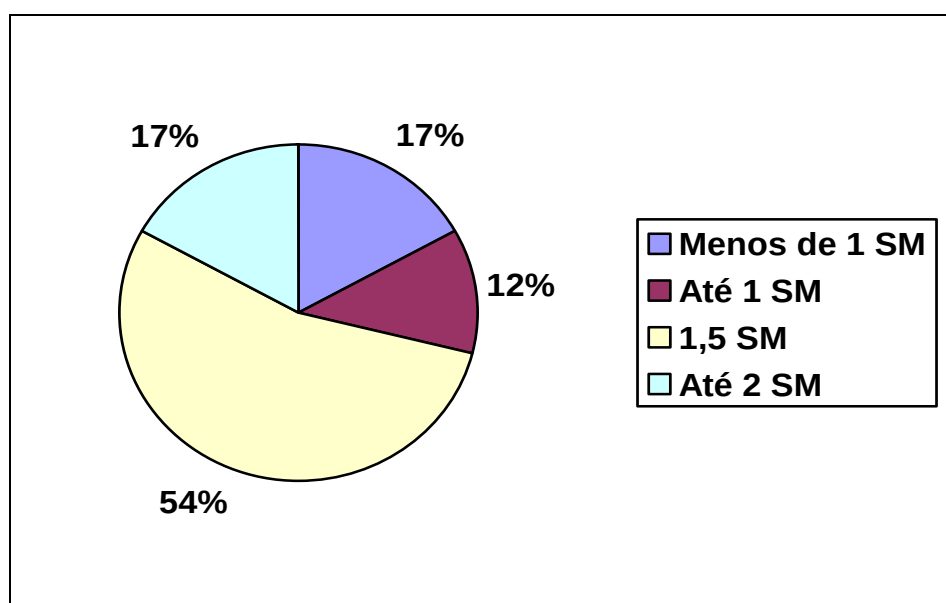
Os dados acima sobre a instrução já sugerem a condição ocupacional dos pais. 45,9% dos homens e 33% das mulheres trabalham, no entanto, a renda não ultrapassa dois salários mínimos (S.M.), sendo considerados de baixa renda. Outro ponto que merece destaque refere-se à condição de aposentado como trabalhador rural. Destes, 21% são homens e 29% são mulheres. Destas, 33% estão exercendo atividades restritas ao lar. Ver tabela e gráfico abaixo.

Tabela 02 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo situação ocupacional dos pais. João Pessoa – PB – 2007.

ESPECIFICAÇÃO	PAI		MÃE	
	Abs.	%	Abs.	%
Trabalha	11	45,9	08	33,3
Aposentado (a)	05	20,8	07	29,2
Não trabalha/ Do lar	03	12,5	08	33,3
Falecido (a)	02	8,3	01	4,2
Não tem contato	03	12,5	-	-

Fonte: Primária

Gráfico 04 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo a renda familiar. João Pessoa– PB – 2007.



Fonte: Primária

4.5 OS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE

A entrada dos jovens na universidade representa para eles uma oportunidade de inserção no mundo do trabalho. Neste sentido, as universidades

federais têm oferecido programas de apoio ao estudante vindo, principalmente, da rede pública de ensino. As fontes de informação para o acesso à residência foram através de amigos e parentes, 83,3%. Chama-nos atenção o fato de que apenas 4,2% foram informados através do “Guia do fera”, igual percentual indicou a página da UFPB, disponível na internet.

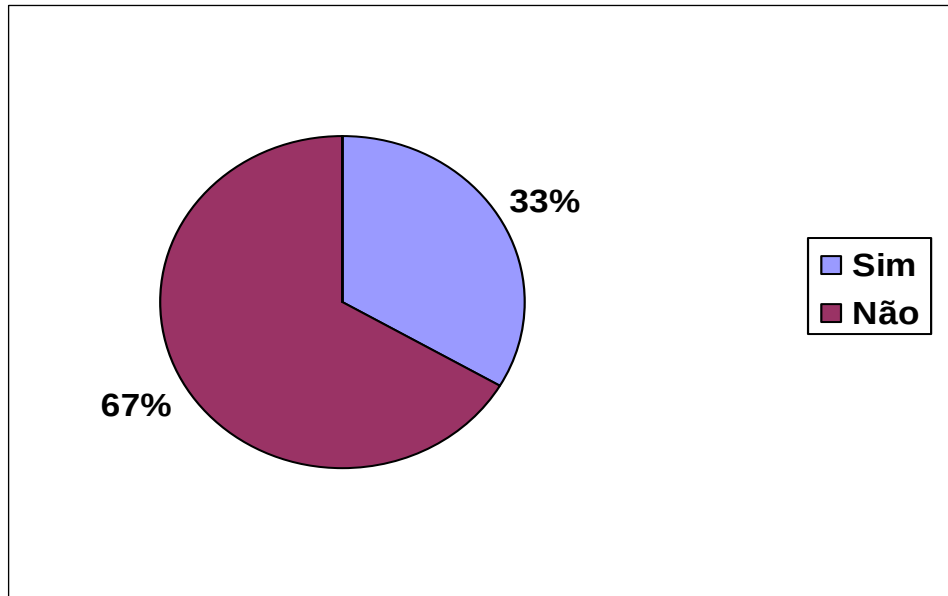
No gráfico 05 observamos que 67% dos entrevistados não ficaram em lista de espera para ingressar na Residência Universitária, e 33 % responderam que tiveram que esperar para entrar na “Casa”.

Tabela 03 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo formas de conhecimento sobre a Residência Universitária. João Pessoa – PB – 2007.

Formas de conhecimento	Abs.	(%)
Já tinha conhecimento	02	8,3
Através de amigos e parentes	20	83,3
Guia do Fera	01	4,2
Internet	01	4,2
Total	24	100,0

Fonte: Primária

Gráfico 05 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo permanência em lista de espera. João Pessoa – PB: 2007.

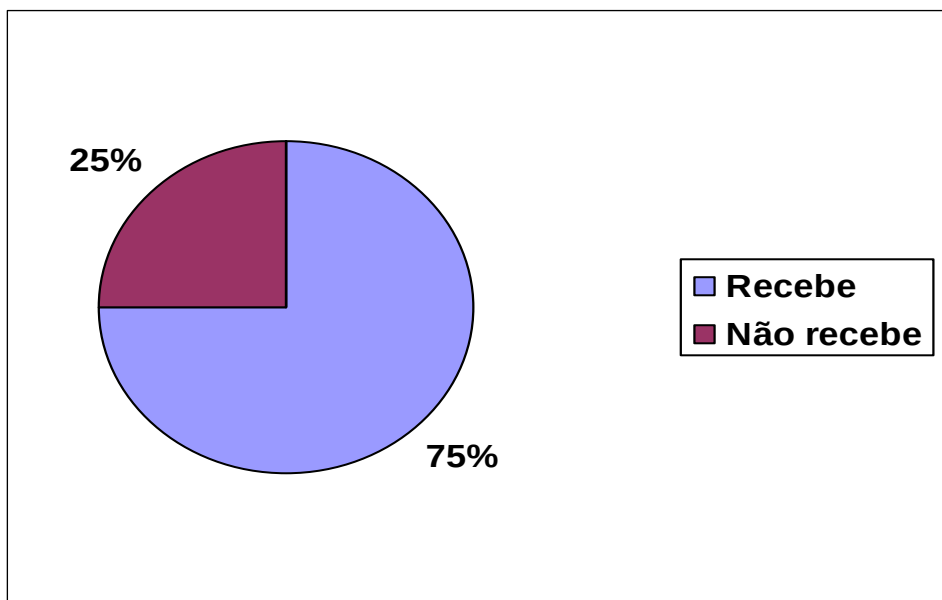


Fonte: Primária

4.5.1 A contribuição financeira dos pais e parentes para a permanência na universidade

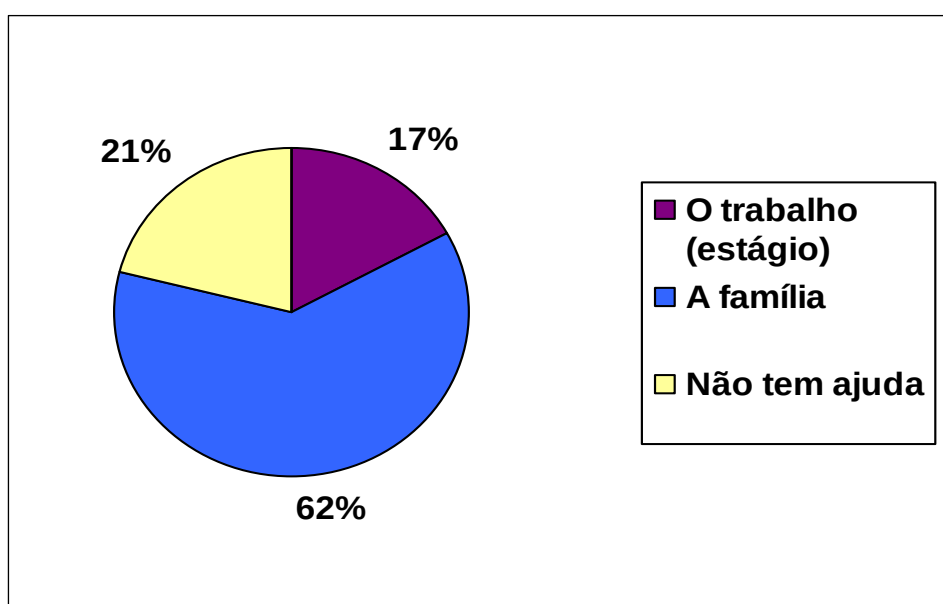
Constatamos na pesquisa que 75,0 % recebem ajuda de custo, quanto que 25 % não recebem. Sobre de quem eles recebem a ajuda, 62,0 % das respostas apontaram a família como suporte de apoio em todos os aspectos de suas vidas, 21 % não recebem ajuda e 17,0 % indicaram o trabalho. Quando indagados se a ajuda de custo é suficiente, informaram que sim com 50,0% das respostas, conforme mostram os gráficos 06, 07 e 08.

Gráfico 06 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo recebimento de ajuda de custo para a manutenção na universidade. João Pessoa/PB: 2007.



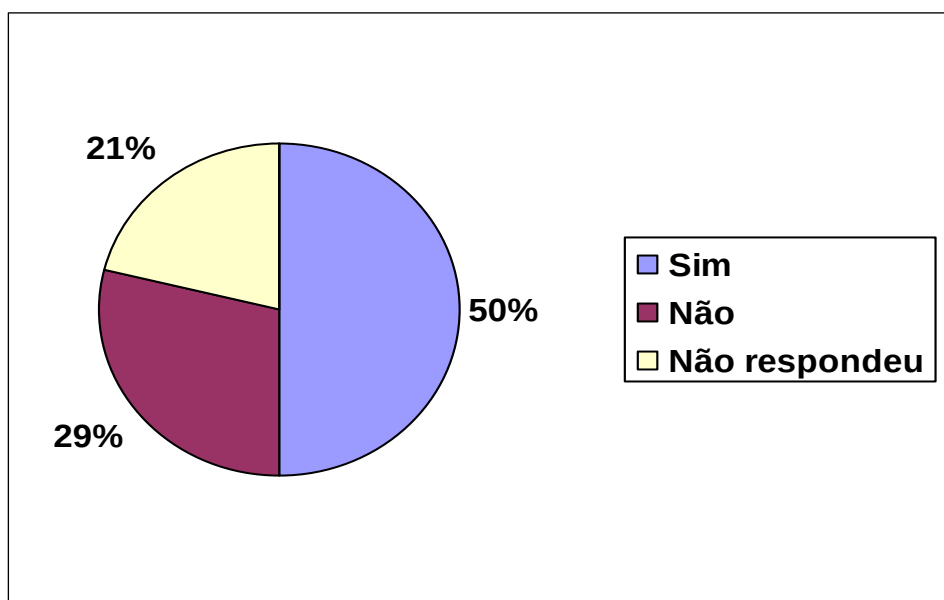
Fonte: Primária

Gráfico 07 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo classificação de quem recebe ajuda. João Pessoa/PB: 2007.



Fonte: Primária

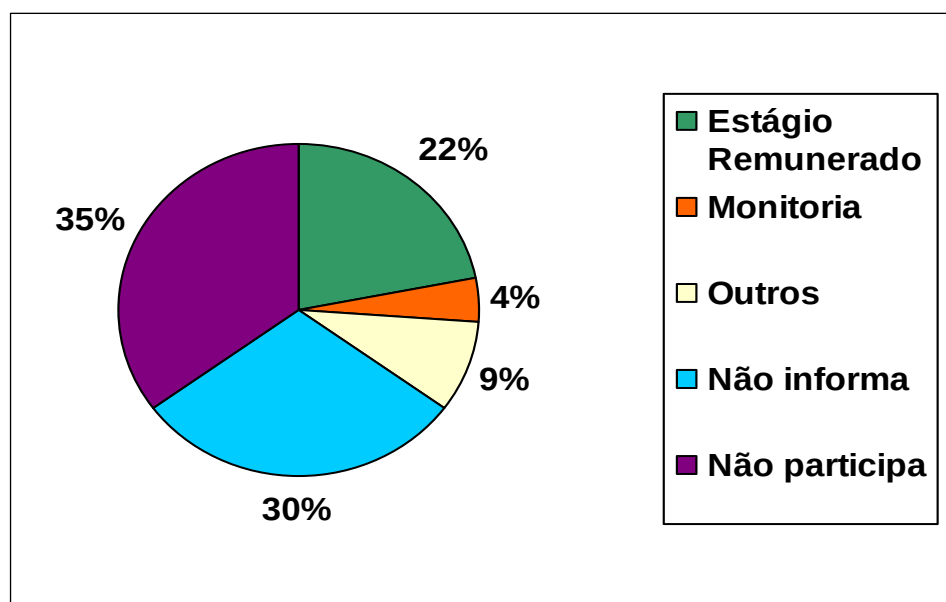
Gráfico 08 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo se ajuda foi suficiente. João Pessoa – PB – 2007.



Fonte: Primária

Além da ajuda familiar, alguns residentes também têm como subsídio a participação em atividades remuneradas oferecidas pela universidade, contudo, a inserção deles nestas atividades ainda é tímida. Constatamos nas respostas dos entrevistados que 22 % têm estágio remunerado, 4 % participam de monitoria, enquanto que a maioria, 35 %, não participa de estágio nem de bolsas remuneradas. 30 % não quiseram informar e, em outros, com 9 %, referem ao trabalho extra curso. O resultado destes dados demonstra que a universidade ainda deixa lacunas em relação ao apoio estudantil para alunos carentes. Verifica-se que a tendência para a busca da automanutenção apresentada pelos estudantes, aliada à baixa oferta de programas acadêmicos remunerados, aponta para a necessidade de sua ampliação, estimulando-se a inserção dos estudantes de baixa renda nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ver gráfico abaixo:

Gráfico 09 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo participação em alguma atividade remunerada. João Pessoa/PB: 2007.



Fonte: Primária

4.6 OS ESTUDANTES E A RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA

4.6.1 A vivência na Residência Universitária

A residência representa um suporte importante para 54,2 % dos estudantes, 37,5% chegam a considerá-la sua segunda casa, seu lar, como dizem alguns dos entrevistados citados abaixo, confirmados na tabela 04:

“É a minha casa, pois, sem ela não conseguiria estudar, manter-me, pois o custo de vida é caro.” (Paulo).

“Uma casa que me acolheu quando eu mais precisei e ainda preciso.” (Beatriz).

O dia-a-dia é apenas para estudar, segundo 54,2% dos residentes, 25,0% precisam conciliar trabalho e estudo. Os estudos, citados por eles, referem-se a assistir as aulas das disciplinas que estão cursando, conforme vemos nos depoimentos e demonstração na tabela 05.

“A maior parte do tempo eu passo no estágio e nas aulas, por isso o meu tempo de residência é muito pouco.” (Túlio).

“Acordo, passo os períodos da manhã e da tarde assistindo aula.” (Quebec).

“Trabalho e estudo e estudo e trabalho.” (Valter).

Tabela 04 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo o significado da Residência Universitária. João Pessoa – PB – 2007.

RESPOSTA	Abs.	%
Ambiente coletivo	02	8,3
Um lar (casa)	09	37,5
Suporte para conclusão do curso	13	54,2
Total	24	100,0

Fonte: Primária

Tabela 05 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo o dia-a-dia na Residência Universitária. João Pessoa – PB – 2007.

RESPOSTA	Abs.	(%)
Só estuda	13	54,2
Estuda e trabalha	06	25,0
Outros	04	16,6
Não respondeu	01	4,2
Total	24	100,0

Fonte: Primária

4.6.2 Os estudantes e as dificuldades enfrentadas

Segundo informações da tabela 06, 41,6 % dos entrevistados apontaram como a maior dificuldade o relacionamento interpessoal, e 16,6 % a falta de dinheiro para adquirir xérox, livros, passes estudantis, entre outros. As dificuldades no âmbito das relações interpessoais podem ser entendidas na própria dinâmica da convivência coletiva cotidiana, ocasionada pela convivência entre novatos e veteranos por apresentarem comportamentos diferenciados, os primeiros relacionados à adaptação a casa e os demais pelo acúmulo de dificuldades já vivenciadas. A saída da casa dos pais, agravada pelas dificuldades financeiras do dia-a-dia, interferem na vida pessoal e acadêmica dos estudantes. O choque cultural e as dificuldades de adaptação aparecem na convivência com colegas de quarto na moradia estudantil.

Os depoimentos abaixo ilustram o sentimento de alguns:

“Minha convivência é legal tem algumas pessoas difíceis assim, mas eu também nem falo muito, dou tchau no máximo, mas têm outras que me dou super bem, tenho uma relação muito legal, eu gosto... A maioria não, só a minoria que insiste em ser grosso, em ser chato, ta entendendo, não respeita o espaço do outro esse é o problema daqui, a COAPE também não faz nada.” (Alice)

“Sim, a principal dificuldade está no quarto na hora de dividir o quarto, mas isso é o de menos, o mais complicado é se adaptar ao companheiro pois quando ele é um pouco complexado com a vida, a convivência se torna mais difícil.” (Túlio)

“Sim. Conviver com pessoas estranhas, com opiniões diferentes e com relação ao horário de dormir, muito tarde.” (Quebec)

Tabela 06 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo tipos de dificuldades encontradas na Residência Universitária. João Pessoa – PB – 2007.

TIPOS DE DIFICULDADES	Abs.	%
Com alimentação	02	8,4
Relacionamento Interpessoal	10	41,6
Diversos	01	4,2
Problema financeiro	04	16,6
Não tem dificuldades	07	29,2
Total	24	100,0

Fonte: Primária

As dificuldades no relacionamento interpessoal são marcantes dentro da Residência Universitária por se tratar de um ambiente coletivo em que o estudante necessita conviver com pessoas estranhas e de culturas diferentes, o que leva, na maioria das vezes, a um atrito entre os moradores. De acordo com a Resolução nº. 10/2002, que trata do Regimento Interno das Residências Universitárias, há um número definido de pessoas em cada quarto. Assim, podemos vislumbrar na tabela abaixo que 66,7 % dividem o quarto com uma pessoa e 12 % com duas e/ou mais. Conforme a estrutura física das Residências, os quartos da Residência Universitária Masculina do Campus admite duas pessoas e, a do Centro, até quatro, estando dentro das normas da Resolução.

Tabela 07 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo número de pessoas que dividem o quarto da Residência Universitária. João Pessoa – PB – 2007.

MORA	Abs.	%
Sozinha	02	8,3
Com uma pessoa	16	66,7
Com duas pessoas	03	12,5
Com três pessoas	03	12,5
Total	24	100,0

Fonte: Primária

4.6.3 Dificuldades para estudar na Residência Universitária

Quanto à pergunta se a Residência oferece condições para eles estudarem, 54,0 % respondeu que não. Afirmaram que faltam materiais informativos, como jornais, livros e periódicos. A alimentação é precária, falta apoio para pesquisas, faltam cadeiras, internet, entre outros.

Tabela 08 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo se a Residência Universitária oferece condições para estudar. João Pessoa – PB – 2007.

RESPOSTA	Abs.	%
Sim	10	42,0
Não	13	54,0
Não respondeu	01	4,0
Total	24	100,0

Fonte: Primária

Podemos verificar em algumas falas dos entrevistados (as):

“Não, faltam materiais informacionais como jornais, livros e periódicos.” (Valter)

“Não, a sala de estudos não possui nem se quer cadeiras. A biblioteca não possui livros qualificados e os computadores são insuficientes.” (Noel)

“Nenhuma mais, pode existi no papel.” (Helen)

4.7 A ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NA UFPB

Os estudantes da UFPB consideram importante a assistência. Por serem de famílias cuja renda gira em torno de 1,5 SM, um salário mínimo e meio, a falta deste tipo de apoio inviabilizariam a sua permanência fora de casa, e consequentemente, o curso universitário.

Indagamos aos estudantes da pesquisa se eles acham importante que tenha esta assistência ao estudante. 62,5 % responderam que sim e justificaram ser necessário porque os estudantes moradores da Residência Universitária não têm condições financeiras de se manterem na universidade. Podemos constatar na tabela abaixo e em algumas falas dos estudantes entrevistados:

Tabela 09 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo a importância da assistência estudantil. João Pessoa – PB – 2007.

RESPOSTA	Abs.	%
Sim	15	62,5
Não	-	-
Não respondeu	09	37,5
Total	24	100,0

Fonte: Primária

Depoimentos:

“É de grande importância a assistência estudantil, pois os residentes universitários precisam dessa estruturação básica para desenvolver seus estudos.” (Fábia)

“Sim, pois por mais que alguns aspectos tenham que ser melhorados só estou concluindo meu curso na UFPB graças a esse suporte oriundo da assistência estudantil.” (Geralda)

Perguntamos se a assistência estudantil está sendo satisfatória, a maioria com 66,7 % respondeu não e relatou que precisa melhorar algumas questões. Podemos ver na tabela abaixo e nas respostas de alguns dos entrevistados:

Tabela 10 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo se Assistência Estudantil está sendo satisfatória. João Pessoa – PB – 2007.

RESPOSTA	Abs.	%
Sim	05	20,8
Não	16	66,7
Não respondeu	03	12,5
Total	24	100,0

Fonte: Primária

Depoimentos:

“Não, porque a assistência a qual temos, é oferecida com um decréscimo de qualidade...” (Beatriz).

“Não porque a realidade da Residência ainda é precária em alguns setores.” (Lúcio).

“Eu acho que tá sendo o mínimo oferecido. Porque não tem direito cem por cento a tudo, acho que só é o mínimo que se tem.” (Daniel).

“Creio ser insuficiente. Na UFPB o principal problema é a falta de verba específica para as residências universitárias.” (Geralda).

“Na verdade, eu acho que ela precisa melhorar muito! As vezes, apesar de todas as facilidades, eles tratam o assunto como se fosse um favor que eles estivessem fazendo. É obrigação do Governo garantir os nossos estudos e de todo mundo também.” (Joseane).

Entre os estudantes, 20,8 % consideram a assistência médica o serviço mais precário, 8 % gostariam de ter tratamento diferenciado no Hospital Universitário, e a maioria frisou faltar algum tipo de serviço para o estudante, como veremos na tabela abaixo. Também constatamos que as respostas foram diversas em relação aos tipos de serviços. Vejamos a seguir na tabela 11:

Tabela 11 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo tipos de serviço que faltam. João Pessoa – PB – 2007.

SERVIÇOS QUE FALTAM	Abs.	%
Assistência Médica	05	20,8
Bolsa/estágio	02	8,3
Qualidade dos serviços	02	8,3
Segurança	02	8,3
Ajuda de custo	01	4,1
Alimentação de qualidade	02	8,3
Mais informação sobre a residência	01	4,1
Ter preferência no H.U.	02	8,3
Lazer	02	8,3
Total	24	100,0

Fonte: Primária

Vemos que apesar de os estudantes residentes terem informados que os serviços mais utilizados são a alimentação e atendimento médico, provavelmente os que têm não estão sendo satisfatórios para com as suas necessidades básicas no cotidiano.

4.7.1 Atividade de lazer

No que diz respeito à questão sobre lazer, a maioria, com 70,84 %, respondeu não tê-lo. A falta de dinheiro não permite que se divirtam, portanto, aproveitam o fim de semana para estudar (33,3 %), lavar roupa, fazer faxina, etc.

O tempo livre dedicado ao lazer é preenchido assistindo TV. Vejamos nos depoimentos e nas tabelas a seguir:

“Difícilmente eu saio. Eu vou lavar roupa, arrumar o quarto, vou pra minha igreja” (Alice).

“Só se tiver dinheiro p/ sair, pois a residência o tempo todo estando lá estressa causa depressão.” (Iara).

“O lazer é lavar roupa, fazer faxina e estudar”(Carla).

“Estudo ou assisto TV.” (Valter)

“Eu saio de casa ou então eu vou estudar ou fico fora de casa.” (Fábia)

“Estudo, saio, namoro” (Ximena).

“Assisto televisão, ouço músicas, converso com amigos” (Ugo).

Tabela 12 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo opinião sobre lazer.
João Pessoa – PB – 2007.

RESPOSTA	Abs.	%
Sim	07	29,16
Não	17	70,84
Total	24	100,0

Fonte: Primária

Tabela 13 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo tipos de lazer João Pessoa – PB – 2007.

RESPOSTA	Abs.	%
Ouvir música	04	16,6
Estudar	08	33,3
Conversar com amigos	05	20,8
Praticar esporte	05	20,8
Assistir TV	07	29,2
Fazer faxina	03	12,5
Consultar a Internet	02	8,3
Passear	05	20,8
Ir a Igreja	01	4,2
Descansar	02	8,3
Namorar	03	12,5
Não respondeu	-	-
Total	45	187,3

Fonte: Primária

Obs.: Esta tabela totaliza 45 (quarenta e cinco), por corresponder ao número de vezes que os entrevistados citaram a respeito do seu lazer.

4.7.2 A agressão física ou psicológica na Residência Universitária

Quanto à questão sobre se eles sofrem algum tipo de agressão física e/ou psicológica e de quem, a maioria com 58 % respondeu que não e 42 % sim, mas não souberam defini-la claramente. Citaram os funcionários da COAPE (Coordenação de Apoio e Promoção Estudantil) e os colegas de quarto com o mesmo percentual de 12 %, e as exigências que fazem a si próprio, 17 %. Vejamos nas tabelas e nos depoimentos abaixo:

Tabela 14 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo passaram por algum tipo de pressão física e/ou psicológica. João Pessoa – PB – 2007.

RESPOSTA	Abs.	%
Sim	10	42,0
Não	14	58,0
Não respondeu	-	-
Total	24	100,0

Fonte: Primária

Tabela 15 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo quem comete pressão física e/ou psicológica. João Pessoa – PB – 2007.

RESPOSTA	Abs.	%
COAPE	03	12,5
Colegas de quarto	03	12,5
De si próprios	04	17,0
Não	14	58,0
Não respondeu	-	-
Total	24	100,0

Fonte: Primária

Depoimentos:

“Sim psicológica da COAPE” (Iara)

“Às vezes minha companheira de quarto fica descriminando minha maneira de agir e pensar.” (Helen)

“A única pressão é minha, eu me cobro demais.” (Carla)

4.8 SONHOS E PERSPECTIVAS

Na questão sobre os Sonhos e Perspectivas quando ingressaram na universidade e no momento atual, a grande maioria com 33,3 % respondeu que é concluir o curso, 17 % arranjar um emprego, 12,5 % de passar em concurso público e 8,3 % de adquirir conhecimento. Vejamos na tabela abaixo:

Tabela 16 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo os sonhos formulados antes e após o ingresso na universidade. João Pessoa – PB – 2007.

PERSPECTIVAS ANTES	QUAN T. (Nº)	%	PERSPECTIVAS NO MOMENTO ATUAL	QUAN T. (Nº)	%
Assistência maior	03	12,5	Assistência maior	01	4,2
Gostar do curso	01	4,2	Gostar do curso	-	
Concluir o curso	11	46,0	Concluir o curso	08	33,3
Passar em concurso	02	8,3	Passar em concurso	03	12,5
Arranjar um emprego	03	12,5	Arranjar um emprego	04	17,0
Fazer Pós-Graduação	02	8,3	Fazer Pós-Graduação	02	8,3
Mudar de curso	01	4,2	Mudar de curso	-	-
Adquirir Conhecimento	03	12,5	Adquirir Conhecimento	02	8,3
Ser Independente	02	8,3	Ser Independente	01	4,2
Compromisso dos docentes	-	-	Compromisso dos docentes	01	4,2
Não respondeu	01	4,2	Não respondeu	-	
Total	29	121	Total	22	92,0

Fonte: Primária

Obs.: A primeira coluna desta tabela totaliza 29 (vinte e nove) e a segunda 22 (vinte e dois) de número de vezes que os entrevistados citaram a respeito dos seus sonhos.

As tabelas 17 e 18 apresentam as informações sobre as opiniões dos estudantes entrevistados a respeito do que eles mudariam na sua vida e no ambiente em que vivem. Alguns responderam não quererem mudar nada, mas demonstraram insatisfação em relação as suas vidas e a sua situação financeira.

Vejamos em alguns depoimentos:

“Na minha vida, no sentido de morar na residência, se eu pudesse eu não tava lá, não ia pra lá. Tinha que mudar o sistema todo do ambiente que vivo, a universidade tinha que resolver todos os problemas do residente, do estudante ser apoiado, oferecer um emprego, ou ter uma bolsa ou renda para o estudante se manter” (Daniel).

“Na minha vida, acho que não mudaria nada. E no ambiente que vivo eu tiraria algumas pessoas que eu acho que não nasceram para viver em coletividade, não sabem respeitar o outro. Isso eu tiraria da casa” (Alice).

“A atitude das pessoas” (Ximena).

“A coisa que quero mudar e possível que é de quarto” (Túlio).

Tabela 17 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo a mudança de algo na vida deles. João Pessoa – PB – 2007.

RESPOSTA	Abs.	%
Nada	07	29,1
Ter mais responsabilidade	01	4,2
A situação financeira	04	16,6
Teria mais privacidade	01	4,2
Mudaria de Universidade	01	4,2
Meu comportamento	02	8,3
Ser mais independente	01	4,2
Não morava na universidade	01	4,2
A atitude das pessoas	02	8,3
Criava bolsas de estudos	02	8,3
Conseguia um emprego	01	4,2
Não respondeu	01	4,2
Total	24	100,0

Fonte: Primária

Tabela 18 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo a mudança no ambiente que vive. João Pessoa – PB – 2007.

RESPOSTA	Abs.	%
Fazer novas amizades	01	4,2
Não sei	01	4,2
Todos os gestores irresponsáveis	02	8,3
Algumas companhias	01	4,2
Faria uma reforma na Residência	03	12,5
A visão distorcida da Residência Universitária	01	4,2
As pessoas que convivo	03	8,3
Morava só	01	4,2
Total	13	50,1

Fonte: Primária

Obs.: Esta tabela totaliza 13 (treze), por corresponder ao número de vezes que os entrevistados citaram a respeito do que mudariam.

4.8.1 Os estudantes e suas perspectivas de vida

Com relação às perspectivas de vida após a formatura e em relação à família, eles esperam trabalhar e ter uma estabilidade financeira através de concurso público e ingressar numa pós-graduação; e, em relação à família, o desejo é de ajudar financeiramente como retribuição ao apoio moral, afetivo e financeiro que ela lhes proporcionou, mesmo distante. Podemos ver nas tabelas 19 e 20 e em alguns depoimentos:

Tabela 19 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo as perspectivas após a formatura. João Pessoa – PB – 2007.

PERSPECTIVAS APÓS A FORMATURA	Quant. de resposta	%
Ingressar no mercado de trabalho	10	41,6
Passar em concurso	08	33,3
Continuar os estudos	02	8,3
Ingressar na pós-graduação	07	29,1
Casar	04	16,6
Sem perspectiva	01	4,1
Não respondeu	01	4,1
Total	33	137,1

Fonte: Primária

Obs.: Esta tabela totaliza 33 (trinta e três) por corresponder ao número de vezes que os entrevistados citaram a respeito das perspectivas.

Tabela 20 – Identificação dos estudantes entrevistados segundo as perspectivas em relação à família. João Pessoa – PB – 2007.

PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO À FAMILIA	Abs.	%
Visitar a família	01	4,2
Voltar para a família	01	4,2
Morar perto da família	03	12,5
Ajudar a família	11	45,8
Não respondeu	08	33,3
Total	24	100,0

Fonte: Primária

Depoimentos:

“Conseguí um emprego digno e ajudar os meus familiares” (Noel).

“Poder trabalhar, ter família, minha casa e colaborar para uma sociedade melhor, além de dar uma qualidade de vida melhor para meus pais na velhice” (Ximena).

Pelo que foi exposto acima, compreendemos que a política de Assistência Estudantil brasileira ainda precisa ser tratada e vista com mais atenção, pois muitos estudantes de baixa renda esperam unicamente pelo apoio e promoção social dela para iniciar e concluir o sonhado curso acadêmico, a fim de alcançarem a autonomia e a realização profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência estudantil é uma política com suporte de apoio promocional à educação pública brasileira. Ela tem o objetivo de auxiliar o alunado na conclusão do ensino básico, que comporta o ensino fundamental, médio e superior. Neste estudo enfatizamos o de nível superior, pelo fato de o nosso sujeito de investigação estar inserido nela, como participante do programa Residência Universitária. A assistência estudantil foi uma conquista dos representantes do movimento pela educação surgida, inicialmente no começo do século XX, que lutavam pela melhoria do ensino público do Brasil.

Apesar dos avanços na educação, de fomento ao conhecimento científico, ainda há muito que realizar, pois para ter acesso a esse conhecimento é necessário criar uma base estrutural de investimento em material permanente, estímulos aos docentes através de uma remuneração compatível ao nível acadêmico, incentivo ao alunado através da inserção em pesquisa, orientá-lo da importância da formação profissional, auxílio ao aluno carente através de ajuda de custo e/ou bolsa – auxiliar, para que ele possa concluir o ensino superior e ter oportunidade de ingressar no mercado de trabalho.

Na política de educação, a assistência tem o papel de obter recursos para garantir a permanência dos estudantes, de distinta classe social, nos seus diferentes cursos.

É necessário levar em consideração os ideais, opiniões e os comportamentos dos jovens porque são eles os instrumentos indispensáveis para o desenvolvimento da sociedade, da ciência, da cultura e da política. Também porque estão inseridos numa fase da vida que se caracteriza por início da emancipação e quebra dos limites e barreiras impostas pelos seus familiares.

Ao refletirmos sobre assistência ao estudante universitário das Residências Universitárias, defendemos como um direito de cidadania e enfatizamos que se faz necessário estudar e rever a assistência dada aos estudantes carentes, dar a devida importância aos programas que comportam esta assistência estudantil.

A pesquisa se desenvolveu na Residência Universitária da UFPB, uma localizada no bairro: Centro de João Pessoa, capital da Paraíba, e a outra no

Campus I desta universidade. Estas Residências são integrantes do programa de assistência estudantil. Concretamente, foi analisada a realidade dos estudantes moradores da Residência Universitária, que demonstraram encontrar dificuldades no seu dia-a-dia para concluírem o curso, devido à ineficiência da aplicação da assistência estudantil.

A Residência Universitária não se limita apenas a um abrigo, mas ela é um programa assistencial. Neste caso, engloba um conjunto de ações e serviços oferecidos pelo Estado ao estudante, que visam criar condições de permanência aqueles que advêm do interior do Estado da Paraíba e de outros Estados brasileiros e que necessitam de assistência para realizarem seu curso superior.

No sentido de verificar a realidade e o dia-a-dia dos estudantes moradores das Residências Universitárias entrevistados, buscou-se construir o seu perfil e analisar questões pertinentes da assistência estudantil.

Dos dados analisados, evidenciam-se os resultados relacionados à assistência estudantil a partir da vivência dos estudantes universitários na Residência Universitária, que apontaram a aplicação insuficiente dos serviços desta assistência, as dificuldades vividas por eles e também a destituição de direitos inerentes aos mesmos.

Considerando que o número de jovens no Brasil, nas últimas décadas, aumentou consideravelmente, constatamos na pesquisa que os estudantes residentes fazem partes da categoria de jovens, já que estão inseridos na faixa etária entre 21 a 25 anos de idade (71 %). Apesar da comprovação, consideramos neste estudo, as influências sócio-culturais presentes no comportamento, costumes e vivências desses estudantes.

Os estudantes residentes se inserem na categoria juventude por estarem envolvidos num espaço social próprio e pela condição social que os distingue das demais classes sociais.

A maioria deles se considera de cor parda (46%) e branca (38%), e apenas uma minoria, 8%, declararam-se de cor negra. Estes dados constataam uma nítida realidade no Brasil, em que um número irrisório de pessoas de cor negra alcança chegar a tão sonhada e almejada vaga na universidade.

Os pais dos residentes não concluíram o ensino fundamental e sua renda é de até dois salários mínimos. O trabalho deles é caracterizado pelo labor rural como agricultores ou aposentadoria pelo mesmo posto de trabalho. A maioria das

mães dos residentes não exerce nenhuma função remunerada, ocupando o espaço de “dona-de-casa”.

A partir dos relatos dos estudantes residentes, identificou-se que os programas de moradia para estudante universitário são pouco divulgados pela própria universidade. Geralmente as informações chegam através de amigos e familiares (83,3%).

Neste sentido, entendemos que o processo de divulgação deve ser contínuo, uma vez que devem contribuir para que as informações cheguem aos estudantes de baixa renda.

Em relação ao tempo de espera para ter acesso à residência, 67 % não tiveram que esperar, porém, 33 % informaram que tiveram dificuldade em conseguir uma vaga. Enquanto houve aumento no número de vagas nos cursos da universidade, não ocorreu na mesma proporção o aumento de vagas para as residências.

Outro dado verificado na pesquisa é que 75 % dos residentes recebem ajuda financeira da família, ou seja, o pouco que vem para eles é oriundo de quem pouco tem, da renda mínima dos pais. Isto se apresenta num fato contraditório, pois morar na Residência Universitária deveria ser suficiente, já que se dá ênfase ao Programa de Moradia, sendo desnecessária a complementação do auxílio familiar.

Além da ajuda da família para as despesas pessoais, 26 % dos residentes participam de atividades remuneradas oferecidas pela universidade, mas este número ainda é insuficiente em relação ao total. São nestas atividades acadêmicas que o Governo Federal deveria oferecer mais oportunidade aos estudantes carentes que mais sentem dificuldades no trajeto do curso, pela sua própria condição social que os separam dos demais em situação mais favorável.

Outro dado averiguado foi que 25 % precisam trabalhar como forma de complementação para sua manutenção em João Pessoa.

Para os residentes, a assistência médica é insuficiente, e 8,3 % sugerem ter preferência de atendimento no HULW.

Os estudantes têm consciência do significado da Residência Universitária (Programa de Moradia), concordando que sem este serviço seria impossível manter-se nela. 37,5 % consideram a Residência como sua casa, pois habitam nela por um determinado tempo e passam a criar vínculos pessoais e materiais com a mesma.

Os estudantes residentes sentem dificuldade em administrar sua vida longe da família, pelo fato de sentirem dificuldades de adaptação na Universidade em função da saída de casa. Eles sentem dificuldades em estudar na Residência Universitária (54,0%) em decorrência de problemas financeiros, carência de materiais informativos, de apoio à pesquisa e de acesso à internet.

Viver longe da família e ter que conviver em grupo, num ambiente coletivo, em uma outra cidade, são as maiores dificuldades. Percebemos reações e respostas diferenciadas, confirmadas quando perguntamos sobre se eles mudariam alguma coisa no ambiente em que vivem, 8,3 % responderam que desejariam trocar as pessoas com as quais convivem na residência.

Foi citado também o número irrisório de bolsa e/ou estágio. 29 % não têm acesso a programas de apoio ao ensino, apenas 25,0 % têm estágio remunerado e 4% participam de monitoria. Há falta de segurança, de ajuda de custo para se manterem na universidade, ausência de uma alimentação de qualidade, falta de mais informação sobre a Residência, de lazer e de qualidade dos serviços oferecidos;

É importante enfatizar que participar destes programas de acesso ao ensino representa para o estudante residente um apoio para a sua formação acadêmica e também uma contribuição financeira para a sua manutenção na Residência, muitas vezes sendo sua única fonte de renda para arcar com suas despesas básicas e acadêmicas.

Quanto à questão sobre a importância de ter assistência estudantil, responderam que representa um apoio ao estudante de baixa renda e cria efetivamente condições de permanência do discente na universidade, assegurando os meios necessários a seu desenvolvimento profissional. Também afirmaram que esta assistência não está sendo satisfatória, pois ainda deixa muito a desejar.

Diante dos resultados da presente pesquisa, entendemos que é indispensável construir alternativas sólidas que responda às necessidades dos residentes e que dê suporte para a continuidade e conclusão do curso.

Nesse sentido, recomendamos que seja feito um remanejamento dos serviços médicos da Fundação para a universidade, como elemento de apoio na área de saúde aos residentes. Também que sejam criadas condições e/ou critérios que promovam o atendimento preferencial no HULW aos residentes.

Seguindo nessa perspectiva, outra questão que podemos levantar como sugestão é a criação de uma política de assistência estudantil local integrada às Coordenações dos cursos de Graduação e dos Centros Acadêmicos na divulgação dos programas de assistência estudantil existente na UFPB, como por exemplo, na ocasião de recepção aos “Feras”.

Elaborar um programa voltado para melhorar as condições de convivência no interior das Residências Universitárias. Segundo os estudantes, este é um dos pontos que mais os preocupa. O programa poderá ser constituído de palestras, atendimento individualizado e/ou de grupo através de uma equipe interdisciplinar composta por Assistentes Sociais, Psicólogos e Coordenadores da Assistência Estudantil e/ou de ouvir o usuário do programa de moradia sobre sua escolha em relação ao seu (sua) companheiro (a) de quarto.

Portanto, a ausência de uma assistência estudantil eficiente que possibilite uma boa formação profissional no campo da educação superior dificulta no desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional do estudante.

REFERÊNCIAS

ABDUCH, Chafi. **Grupos Operativos com Adolescentes**. Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento. / Nélia Schor, Maria do Socorro F. Tabosa Mota, Viviane Castelo Branco, organizadores. – Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 1999.

ABRAMO, Helena Wendel. BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005, 448 p.

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Política Social e Combate à Pobreza: Pobreza e destituição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ADORNO, Rubens. **Um olhar sobre o jovem e sua vulnerabilidade social**. São Paulo: Ática, 2003.

ALMEIDA, José Américo de. **Discursos do seu tempo**. 2.ed. João Pessoa: Universidade da Paraíba/Departamento Cultural, 1965.

ALMEIDA JÚNIOR, Parecer n. 3/63. Revista Documental, n. 13, p. 15-27 abr. 1963.

ARRUDA, José Jobson de A. e Piletti, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. As transformações religiosas e culturais da Baixa Idade Média 11.ed., São Paulo: Ática, 2002.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. **Casas de Campus**. Disponível em: <http://www.assistenciaestudantil/casasdecampus.html>>. Acesso em 10 de junho de 2005.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO INVESTIMENTO. Disponível em: <http://www.ufpa.br/beiradorio/arquivo/beira26/opinião.html>>. Acesso em 10 de junho de 2005.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA ANDIFES – completo pdf. Disponível em: <<http://www.portal.andifes.org.br>>. Acesso em: 26 de setembro de 2008.

BASTOS, Maria Durvalina Fernandes. **Desafios atuais à formação universitária**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 5-16, 1995.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura na Educação**. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2000, 239 p.

CALMON, João. **A educação e o milagre brasileiro**. Rio de Janeiro: Olimpio, 1974.

CANUTO, Vera Regina Albuquerque. **Políticos e Educadores - A organização do ensino superior no Brasil: A organização do ensino superior e o contexto sócio-político após 1964**. Petrópolis: Vozes, 1987.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A política de Assistência Social no Brasil: dilemas na conquista de sua legitimidade.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, Ano XX – n. 62 – março, 2000.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso. **A construção do mito do “meu filho doutor”: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil – Paraíba.** / Uyguaciara Veloso Castelo Branco. – João Pessoa: Editora Universitária, 2005.

CASTRO, M. G., ABRAMOVAY, M. (2002a) **Por um novo paradigma do fazer política: políticas de / para / com juventude.** Revista Brasileira de Estudos populacionais, vol. 19, n.2, jul./dez.

CHAVES JÚNIOR, Elizeu de Oliveira. **Política de Juventude: Revolução Histórica e Definição.** Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento. / Nélia Schor, Maria do Socorro F. Tabosa Mota, Viviane Castelo Branco, organizadores. – Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 1999.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1934

(De 16 de Julho de 1934). Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/constituicao.html>. Acesso em: 08 de junho de 2006.

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL DE 1946. Disponível em:

<http://pt.wikisource.org/wiki/Constituição_do_Brasil_de_1946>. Acesso em 10 de junho de 2006.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; Congresso Nacional, Brasília: 05/10/1988.

CORDEIRO, José Lucas. **Gasto federal com a Assistência Social e suas fontes de financiamento.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, Ano XX – n.62 – março, 2000.

COSTA, Iveraldo Lucena da. **Relatório sobre a Fundação José Américo, período de 1976 a 1979.** Relator: Cícero Ernesto Leite de Souza, 1979.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade Temporã.** 2.ed., revista e ampliada. Ed. Civilização Brasileira, 1980.

EDUCAÇÃO SUPERIOR: reforma, mudança e internacionalização. **A universidade na encruzilhada** (Cristovam Buarque) Anais. – Brasília: UNESCO Brasil, SESU, 2003.

ESTATUTO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Vida Social Universitária. Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931.

FÁVERO, Maria de Lourdes. (org.) **A universidade em questão.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, Coleção polêmicas do nosso tempo, 1989, v. 29.

FÁVERO, Maria de Lourdes. (org.) **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Inep, 2000, N. 1 188p.; 16x23 cm.

FERNANDES, Cristina. Política de cotas gera polêmica e foco muda de raça para renda. **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 01 junho 2008. Folha Cidades, p. B1-B4.

FONAPRACE (2004). **II Perfil Sócio-Econômico e Cultural do Estudante de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: FONAPRACE.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **Participação Social dos Excluídos. A Juventude: ascensão social e rebelião**. São Paulo: Hucitec, 1982.

GROPPO, Luís. Antônio. **A juventude. Ensaio sobre Sociologia e História das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIEL, 2000.

JUVENTUDE: trabalho, saúde e educação / Fábio A. Adamo...et.al.'. – Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

LEI DE DIRETRIZES E BASES – 1961. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_de_Diretrizes_e_Bases_da_Educacao.html>. Acesso em: 10 de junho de 2006.

LIMA, Carla Patrícia Novais E Silva, Valéria Malheiros. **A arte da Participação e a participação pela Arte: uma experiência nas Casas de Estudantes Universitários da UFPE**, Recife, Março de 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. Universidade Federal de Pernambuco.

LIMEIRA, Maria das Dores; FORMIGA, Zeluza da Silva. **UFPB: implicações políticas e sociais de sua história**. n.11, João Pessoa: UFPB/NDHIR, abril. 1986.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. **Rastros na areia – Solidão e glória de José Américo**, 2.ed. João Pessoa: A União Companhia Editora, 1994.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. **Evolução do ensino na Paraíba**. Coleção Biblioteca Paraibana. 3.ed. João Pessoa, 1996.

MELLO, José Batista de. **Evolução do Ensino Superior na Paraíba**. João Pessoa: A União, 1996.

MELLO, José Octávio de Arruda - **História da Paraíba: Lutas e Resistência** 7.ed. João Pessoa: A União. 2002.

NOVAES, Regina. (2005). **Juventude, oportunidade e apostas**. Brasília, www.presidencia.gov.br/secgeral/juventude/arquivos.

OLIVEIRA, Egléubia Andrade de. A assistência ao estudante no espaço universitário: limites e potencialidades. In: CBASS IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1998, Goiânia/GO. **Caderno de Comunicações**. Goiânia, 1998. p. 22-25.

OPINIÃO. **Assistência estudantil como investimento.** Disponível em: <<http://www.ufpa.br/beiradorio/arquivo/beira26/opinião.html>>. Acesso em: 11 de maio de 2005.

PAURA, Simone Giglio. Uma visão dos programas assistenciais na Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: CBASS IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1998, Goiânia/GO. **Caderno de Comunicações.** Goiânia, 1998. p. 22-25.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil.** São Paulo: Ática, 1990.

Política Nacional de Juventude Disponível em: <<http://www.politicancionaldejuventude.html>>. Acesso em: 18 de novembro de 2008.

POZOBON, Luciane Leoratto. [et al] **Apoio Estudantil: Reflexões sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior.** Santa Maria: UFSM, 2008.

RESOLUÇÃO n. 10/2002. **Regimento Interno do Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Paraíba.** Disponível em: <<http://www.prac.ufpb/prac/resoluções/resolucoes1002.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2005.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar** / 3.ed. São Paulo: Moraes, 1981.

ROCHA, Sheilla Nadéria Rodrigues. As perspectivas de operacionalização da assistência social no espaço universitário: limites/possibilidades para o acesso e permanência no ensino superior público. In: CBASS IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1998, Goiânia/GO. **Caderno de Comunicações.** Goiânia, 1998. p. 18-22.

SENA. Paulo. **Moradia Estudantil.** Câmara dos Deputados, Brasília, maio, 1994.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973),** 18.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. **Formação Profissional do Assistente Social. A universidade no contexto da realidade brasileira enquanto espaço da formação profissional.** Ed. Cortez, 1984.

SILVA, José Flávio da. **Propedêutica ao Ensino Superior na Paraíba.** Conc. João Pessoa. v.4 n.6, p. 1-180 Jul./Dez. 2001. p. 38-43.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira “Conjuntura da Assistência Social Brasileira”. In: **Cadernos Abong/CNTT/CUT,** São Paulo, n.19, outubro, 1997.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A assistência na trajetória das políticas sócias brasileiras: uma questão em análise** / Aldaíza de Oliveira Sposati... [et. al] – 8.ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social** / Aldaíza Sposati. – 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

UFPB. **A criação da Universidade Federal da Paraíba.** Disponível em: <<http://www.ufpb.br/histórico.html>>. Acesso em: 11 de maio de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/UFOP>>. Acesso em: 24 de julho de 2007.

WERTHEIN, Jorge. *et al.* **Políticas públicas de/para/com juventudes.** – Brasília: UNESCO, 2004.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO DO (A) USUÁRIO (A)

Caro (a) Senhor (a)

Solicito sua participação nesta participação, cujo título é “A Assistência ao Estudante da Residência Universitária da UFPB”, realizada na cidade de João Pessoa – PB, sob a responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

Este estudo não lhe oferece risco nenhum e objetiva conhecer o cotidiano dos estudantes moradores das Residências Universitárias da UFPB. Para realizar este trabalho necessitarei de preencher um questionário no intuito de levantar a sua opinião sobre sua vivência e condições de vida na Residência Universitária.

Durante a pesquisa o (a) senhor (a) receberá respostas a qualquer pergunta ou esclarecimentos a qualquer dúvida sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados ao estudo. Terá a liberdade de desistir em qualquer momento, de participar da pesquisa, sem constrangimento e nem prejuízo algum.

Terá ainda garantia do acesso aos benefícios vindos do estudo, do sigilo da sua identidade e das informações fornecidas.

Sua participação é voluntária. Conto muito com a sua colaboração.

Nome da Pesquisadora

Eu concordo em participar desta pesquisa, dando as informações que forem necessárias.

Assinatura do (a) Participante da Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

PROJETO DE PESQUISA: "A Assistência ao Estudante da Residência Universitária da UFPB"

INSTITUIÇÃO: Residência Universitária da UFPB: Campus I e Centro.

ORIENTADORA: Prof^ª Dr^ª M^ª de Fátima Melo do Nascimento

NOME DA PESQUISADORA: Roseane de Almeida Barbosa

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Nº _____

1. Dados do Perfil do(a) Usuário (a)

1. Dados Pessoais:

1.1. Sexo : () Masculino () Feminino

1.2. Cor/raça: () Branca () Negra () Amarela () Parda () Indígena

1.3. Idade: _____

1.4. Estado Civil:

() Solteiro(a)

() Viúvo(a)

() Casado(a)

() Separado(a)

() Divorciado(a)

() Outro _____

1.5. Local de Nascimento :

Cidade _____

Estado: _____

() Zona Urbana () Zona Rural

1.6. Curso: _____

1.7. Nível de escolaridade:

() Graduação

() Pós-graduação

() Especialização

1.8. Ano de entrada na UFPB: _____

1.9. Qual o nível de instrução do seu pai?

- () Não frequentou escola
- () 1ª fase do Ensino Fundamental – (1ª à 4ª série) incompleta
- () 1ª fase do Ensino Fundamental – (1ª à 4ª série) completa
- () 2ª fase do Ensino Fundamental – (5ª à 8ª série) incompleta
- () Ensino Fundamental (1º grau) completo
- () Ensino Médio (2º grau) incompleto
- () Ensino Médio (2º grau) completo ou equivalente
- () Curso Universitário incompleto
- () Curso Universitário completo
- () Pós-graduação (mestrado e/ ou doutorado)

1.10. Qual o nível de instrução de sua mãe?

- () Não frequentou escola
- () 1ª fase do Ensino Fundamental – (1ª à 4ª série) incompleta
- () 1ª fase do Ensino Fundamental – (1ª à 4ª série) completa
- () 2ª fase do Ensino Fundamental – (5ª à 8ª série) incompleta
- () Ensino Fundamental (1º grau) completo
- () Ensino Médio (2º grau) incompleto
- () Ensino Médio (2º grau) completo ou equivalente
- () Curso Universitário incompleto
- () Curso Universitário completo
- () Pós-graduação (mestrado e/ ou doutorado)

1.11. Qual é a atual situação ocupacional de seu pai?

- | | |
|------------------|-------------------|
| () Ativo | () Não trabalha |
| () Desempregado | () Aposentado(a) |
| () Pensionista | () Estudante |
| () Do lar | () Subempregado |
| () Outro _____ | |

1.12. Qual é a profissão do seu pai? _____**1.13. Qual é a atual situação ocupacional da sua mãe?**

- | | |
|------------------|-------------------|
| () Ativo | () Não trabalha |
| () Desempregado | () Aposentado(a) |
| () Pensionista | () Estudante |
| () Do lar | () Subempregado |
| () Outro _____ | |

1.14. Qual é a profissão da sua mãe? _____

1.15. Qual é a renda total mensal da sua família?

- ☐ () menos de R\$ 380,00
- ☐ () de R\$ 380,00 a R\$ 699,00
- ☐ () de R\$ 700,00 a R\$ 1.049,99
- ☐ () de R\$ 1.050,00 a R\$ 1.749,99
- ☐ () de R\$ 1.750,00 a R\$ 3.499,00

1.16. Onde fica situada sua residência:

- ☐ () Zona Urbana
- ☐ () Zona Rural

2. Moradia:

2.1. Como você tomou conhecimento da Residência Universitária? Quem lhe indicou?

2.2. Você ficou em lista de espera? Quanto tempo?

2.3. Foi fácil conseguir vaga?

2.4. Há quanto tempo você mora na residência?

2.5. O que é a Residência Universitária para você?

2.6. Fale sobre seu cotidiano na Residência Universitária;

2.7. Como é viver longe da família e ter que enfrentar sozinho(a) uma realidade diferente da sua?

2.8. Você encontra alguma dificuldade no dia-a-dia para viver na Residência? Se sim, qual?

2.9. A Residência Universitária oferece condições para você estudar?

3. Relação Interpessoal:

3.1. Com quantas pessoas você divide seu quarto?

3.2. Como é sua relação com o seu(sua) companheiro(a) de quarto?

Enumere pontos positivos e negativos.

3.3. Como é sua relação com outras pessoas da Residência?

4. Universidade:

4.1. O que a universidade oferece ao estudante morador da Residência Universitária?

4.2. Algo ou alguém contribuiu para que você permanecesse na universidade?

() Sim () Não

Se sim, quem?

4.3. Você encontrou e/ou encontra algum obstáculo no trajeto do curso?

() Sim () Não

Qual? Teve e/ou tem ajuda de alguém? Especifique.

5. Renda:

5.1. Você recebe alguma ajuda de custo para se manter na universidade? De quem?

5.2. É suficiente? Por que?

5.3. Você participa de:

() estágio remunerado () monitoria

() extensão () PIBIC () Outros _____

6. Assistência Estudantil:

6.1. Você conhece algum tipo de assistência voltada para o estudante universitário que mora em Residências Universitárias?

() Sim () Não

Que tipo? Já utilizou e/ou utiliza? Por que? Justifique.

6.2. Você acha importante que tenha esse tipo de assistência estudantil? Por que?

6.3. Você acha que as políticas públicas direcionadas a assistência estudantil estão assegurando o direito a cidadania desse segmento? Por que?

6.4. Falta algum tipo de serviço para você? Qual? Por que?

6.5. Você tem assistência médica?

6.6. Você tem lazer nos finais de semana?

6.7. O que você faz nas horas vagas?

6.8. Você sofre algum tipo de pressão seja física e/ou psicológica? De quem?

6.9. Que tipo de assistência a UFPB oferece ao morador da Residência Universitária além da moradia?

7. Sonhos e perspectivas:

7.1. Quais são os sonhos formulados e/ou as perspectiva, quando você ingressou na universidade? E no momento atual?

7.2. Se você pudesse mudar alguma coisa, o que mudaria na sua vida e no ambiente em que vive?

7.3. Qual a sua perspectiva de vida após a formatura? E com relação à família?

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CADASTRAMENTO: RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA E RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

CADASTRAMENTO RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA- RUMF/RUF DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INSCRIÇÃO

1. Horário Individual (Coordenação do Curso - xerox)
2. Registro Geral de Identidade (xerox)
3. Duas fotos- coloridas 3 x 4 (recente)
4. Comprovante de residência – (João Pessoa e da cidade de procedência - xerox)
5. Histórico Escolar- UFPB (CODESC ou Coordenação do Curso - xerox)
6. Histórico Escolar ensino fundamental e médio (e ensino superior, caso o aluno (a) já tenha cursado algum período)
7. Atestado de conduta para alunos (as) oriundos (as) de outras residências estudantis (emitido pela instituição)
8. Comprovante de bolsa de estudo (original), caso tenha cursado o ensino fundamental e/ou médio em escola particular, na qualidade de bolsista
9. Comprovação de Renda Familiar (de todos os membros ou responsáveis - xerox)
10. Comprovação de Imposto de Renda (Pais ou responsáveis - xerox)
11. Certidão de Nascimento de Irmãos (menores de 18 anos- xerox)
12. Certidão de óbito de pai e/ou mãe (caso aluno (a) seja órfão - xerox)
13. Comprovante do IPTU e/ou INCRA, Sindicato.

***OBS:**

→INFORMAÇÕES FALSAS IMPLICARÃO NO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DO BENEFÍCIO;
→INSCRIÇÃO PARA O CADASTRAMENTO DA RUMF/RUF SÓ COM A DOCUMENTAÇÃO COMPLETA.

→CASO RECEBA ALGUM BENEFICIO (bolsa-família) DO GOVERNO FEDERAL, TRAZER COMPROVANTE (xerox)

Fone: (83) 3216-7078 / 7686

CADASTRAMENTO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA OS CALOUROS e NÃO USUÁRIOS

1. Horário Individual (Coordenação do Curso - Xerox)
2. Comprovação de Renda Familiar (Pais ou responsáveis - Xerox)
3. Comprovação de Imposto de Renda (Pais ou responsáveis - Xerox)
4. Registro Geral de Identidade (Xerox)
5. Retrato colorido 3 x 4 (recente)
6. Comprovante de residência – (João Pessoa e da cidade de procedência - Xerox)
7. Histórico Escolar (Veteranos não usuários - CODESC ou Coordenação do Curso - Xerox)
8. Histórico escolar do ensino fundamental e médio
9. Comprovante de bolsa de estudo (original), caso tenha cursado o ensino fundamental e médio em escola particular, na qualidade de bolsista

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA OS USUÁRIOS

1. Horário Individual (Coordenação do Curso - xerox)
2. Histórico Escolar (CODESC ou Coordenação do Curso - Xerox)

***OBS:**

→INFORMAÇÕES FALSAS IMPLICARÃO NO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DO BENEFÍCIO;
→INSCRIÇÃO PARA O CADASTRAMENTO DO RU SÓ COM A DOCUMENTAÇÃO COMPLETA.

Fone: (83) 3216-7078 / 7686



Panorama frontal da Residência Universitária Feminina “Camponesa e Educadora Elizabeth Altina Teixeira” localizada no Centro de João Pessoa – PB.



Panorama do térreo da Residência Universitária Feminina “Camponesa e Educadora Elizabeth Altina Teixeira”.





Panorama interno da Residência Universitária Feminina “Camponesa e Educadora Elizabeth Altina Teixeira”.



Panorama da cozinha localizada no 1º andar, podendo também ser visualizado o 2º andar da Residência Universitária Feminina “Camponesa e Educadora Elizabeth Altina Teixeira”.



Panorama frontal da Residência Universitária Masculina-Feminina localizada no Campus I da UFPB.



Panorama interno da Residência Universitária Masculina-Feminina.



Panorama da biblioteca da Residência Universitária Masculina-Feminina.

B238a Barbosa, Roseane de Almeida.
 A assistência ao estudante da residência universitária da
 UFPB / Roseane de Ameida Barbosa. – João Pessoa, 2009.

131f. il.

Orientadora: Maria de Fátima Melo do Nascimento.
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

1. Serviço social. 2. Assistência estudantil – Residência
universitária – UFPB. 3. Assistência estudantil – Políticas
públicas.

UFPB/BC

CDU: 36(043)